

AGOSTO SETEMBRO/2006 N°86 R\$ 8,00

25 anos

Princípios

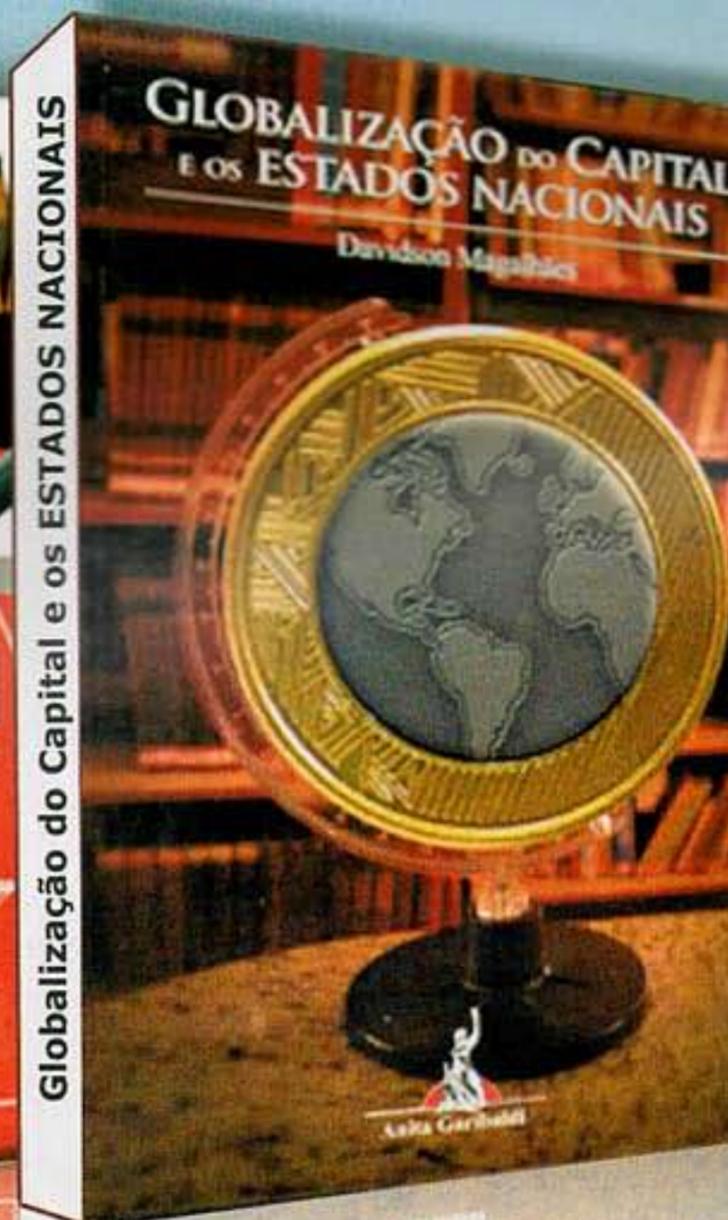
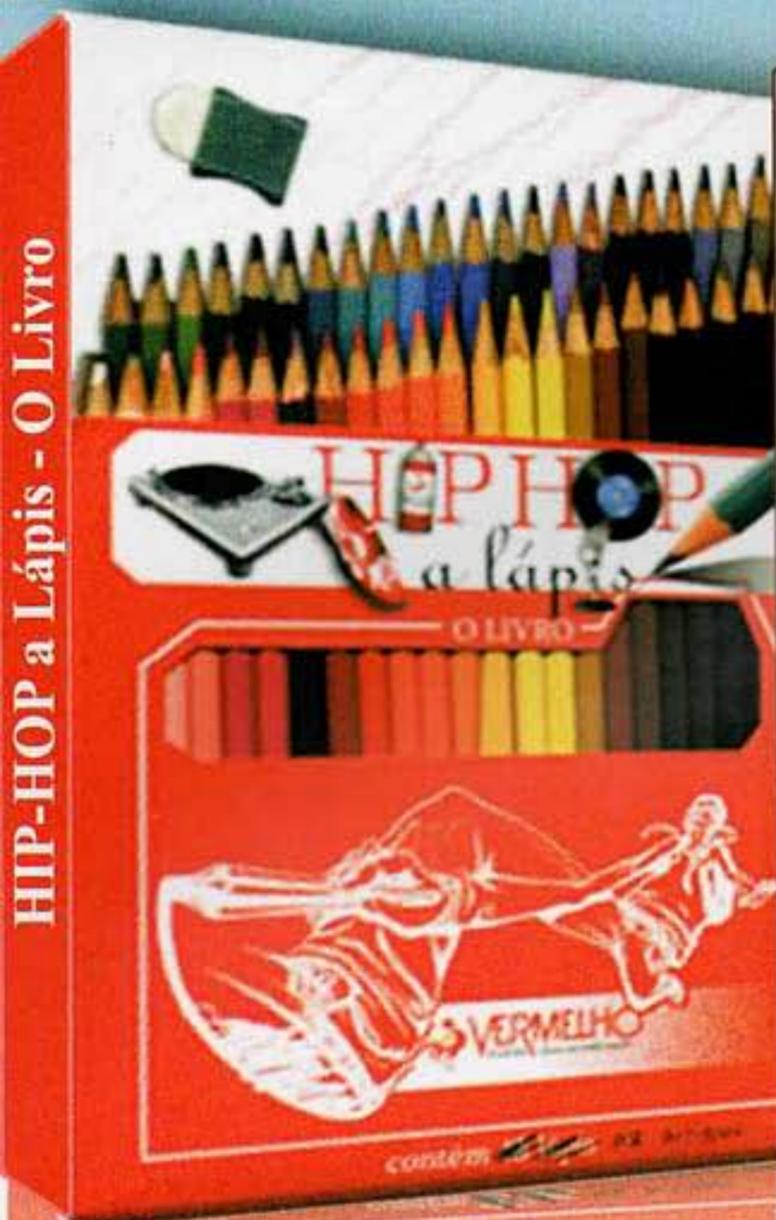
REVISTA TEÓRICA, POLÍTICA E DE INFORMAÇÃO

Lula: desenvolvimento
com distribuição de renda

GRANDE SERTÃO: *Veredas*

A obra-prima de Guimarães Rosa completa meio século

Anita Garibaldi *Aqui você encontra o que procura*



"Bendito o que
semeia Livros à mão cheia
E manda o povo pensar!"

Castro Alves

Pedidos : www.anitagaribaldi.com.br
ou pelo telefone: 11.32891331



Lula: desenvolvimento será o nome de um eventual segundo mandato

No fechamento desta edição, o programa de governo da campanha de reeleição do presidente Lula ainda não havia sido divulgado. Mas os conteúdos programáticos da sua campanha até aqui publicados explicitam com nitidez o compromisso de avançar com mais ousadia na realização de um projeto nacional de desenvolvimento.

Será objetivo de um eventual segundo mandato de Lula perseguir mais aceleradamente o rumo desse novo ciclo de desenvolvimento. Um desenvolvimento – como tem pronunciado a campanha de Lula – de longa duração, com redução das desigualdades sociais e regionais, respeito ao meio ambiente e a nossa diversidade cultural, a emprego, bem-estar social, controle da inflação, democracia e garantia dos Direitos Humanos, presença soberana no mundo e forte integração continental.

É um compromisso com lastro de credibilidade. Afinal, o governo do presidente Lula saneou no essencial a herança maldita do reinado de oito anos de FHC, equilibrou a situação caótica da economia e das finanças e deu início a uma transição para um novo estágio da vida nacional, com desenvolvimento, geração de empregos e distribuição de renda. As realizações do atual governo criaram as condições básicas para que a transição iniciada, em 2003, adquira celeridade e avance na realização desse projeto nacional.

Um projeto que proporcione simultaneamente crescimento econômico e distribuição de renda, aumento da produção e valorização do trabalho, rompendo, assim, com uma “secular” diretriz econômica que até então impedia os trabalhadores e o povo de usufruir a riqueza que produzem. Não se deve esquecer que o Brasil entre as décadas de 1930 e 1970 foi um dos países de maior crescimento econômico e, ao mesmo tempo, atingiu o topo da concentração de renda.

Um projeto que, levando em conta a aprendizagem acumulada no primeiro governo das forças avançadas, estabeleça ajustes e redirecionamentos. Destaque, por exemplo, à necessidade de uma diminuição contínua da taxa de juros e a um aumento ascendente dos investimentos públicos e privados. Reafirme a integração regional solidária como parte desse projeto nacional e a inserção soberana no Brasil no mundo.

Um projeto que, na esfera institucional e política, evidencie o compromisso de realizar uma reforma política democrática que ataque pela raiz os escândalos, a prática de ilícitos envolvendo parlamentares e partidos. Uma reforma que fortaleça o pluripartidarismo, estabeleça o financiamento público de campanha e o voto em lista de candidatos. E, também, uma reforma do Estado que aumente o controle dos cidadãos sobre a máquina estatal e fortaleça ainda mais os órgãos e instituições da República encarregados de combater a corrupção e empreender a defesa do patrimônio público.

Neste debate programático, a campanha de Lula precisa desmascarar o ideário da campanha de Alckmin, demonstrando suas falácias. Como pode o tucano prometer crescimento econômico se os oito anos de FHC representaram justamente o oposto? Como pode falar em justiça social se Alckmin e FHC comandaram em suas gestões uma verdadeira caçada para eliminar e cortar direitos dos trabalhadores, além de sucatearem os serviços públicos? Como pode falar em “choque de gestão”, se os tucanos e pefelistas são responsáveis pelo apagão energético no país e pela crise da segurança pública em São Paulo? Que autoridade os tucanos têm para se apresentarem como campeões da ética se o povo tem presente na memória os escândalos que envolveram o processo de privatizações e a aprovação da emenda da reeleição de FHC?

As eleições de 2006 são um desses episódios que concentram décadas de luta. É imperativo que as forças patrióticas, democráticas e populares impeçam o retorno da direita neoliberal ao poder e assegurem a reeleição do presidente Lula. O Brasil precisa continuar no caminho das mudanças!

Índice

BRASIL

Alckmin e os tucanos
são o retrocesso
Entrevista com Renato Rabelo 6

O ultraconservador
Geraldo Alckmin
José Carlos Ruy 12

Política econômica:
as velharias de Alckmin
Oswaldo Bertolino..... 15

Enfrentar o desafio
da reforma política
Entrevista com Aldo Rebelo 18

Desenvolvimento: uma agenda para
além da estabilidade
Luiz Gonzaga Belluzzo, Maria da
Conceição Tavares 22

Heloísa Helena e os dilemas do
esquerdismo
Altamiro Borges 24

Barreira à democracia
Walter Sorrentino..... 28

Questão nacional e
universalismo
Eduardo Bomfim 32



CAPA/Grande Sertão: Veredas

Grande Sertão: Veredas – a mais
esplêndida rosa de
Guimarães faz 50 anos 35

João Guimarães Rosa:
travessias
Luiz Claudio Vieira de Oliveira 36

“Sertão: estes seus vazios. O senhor
vá, alguma coisa encontra”
Fotografias de Germano Neto 41

Diálogo com Guimarães Rosa
Por Günter Lorenz 48

Riobaldo, Zé Bebelo, Antonio Dó... na
formação da bravura do povo
brasileiro
Kerison Lopes..... 52

As incertezas contemporâneas de
Riobaldo
Jô Moraes 57

INTERNACIONAL

A resistência do mundo árabe é parte da luta antiimperialista
José Reinaldo Carvalho..... **58**

Até quando?
Eduardo Galeano **62**

Auto-suficiência defensiva na América do Sul
Héctor Herrera Jiménez..... **64**



ENTREVISTA

A esquerda militar no Brasil
Entrevista com
João Quartim de Moraes **66**

DIREITO

Registro crítico
ao legado
de Miguel Reale
Edvar Luiz Bonotto..... **72**

Resenhas **78**



Capa: Arte de Flávio Nigro
sobre foto de Germano Neto

Entrevista com Renato Rabelo*Alckmin e os
tucanos são o
retrocesso*

POR ADALBERTO MONTEIRO

O presidente do PCdoB expõe suas idéias sobre a conjuntura que precede a eleição de outubro próximo

Tendo em vista a conquista da reeleição do presidente Lula, o PCdoB, já no início deste ano, apontou alguns pressupostos necessários a um novo êxito das forças avançadas; dentre eles, a formação de uma ampla frente política e a elaboração de um programa que sinalizassem avanços em relação aos êxitos do atual governo. Como você avalia o resultado desse processo?

Renato Rabelo – O resultado desse processo político – ainda em desenvolvimento – envolveria uma análise para além desses pressupostos.

A primeira questão diz respeito à ênfase que é

preciso ser dada aos dois desafios enfrentados pelo presidente Lula em seu primeiro mandato. Primeiro, foi urgente circundar a crise herdada e, segundo, tentar construir um processo de transição para um novo projeto de desenvolvimento. Assim, foi necessário enfrentar uma crise iminente, que compreendia: uma acentuada vulnerabilidade do país, a volta da inflação aos dois dígitos, um avançado sucateamento da infra-estrutura do país e os índices econômicos bastante deteriorados. E o governo Lula conseguiu enfrentar isso ao estabilizar a situação e superar a crise. A partir daí tentou-se abrir caminho para uma transição a um novo projeto de desenvolvimento que



Lula propõe a integração sul-americana; Alckmin prefere a Alca.

pudesse levar em conta a idéia da transformação econômica e social. De certa forma estas questões foram enfrentadas. A crise foi de fato contida e iniciada certa transição, apesar de limitada.

Para este segundo mandato, ora pleiteado – parte-se da situação construída no primeiro governo –, procura-se sustentar um novo ciclo de desenvolvimento mais forte, com distribuição de renda e inclusão social, ampliação democrática e avanço na integração continental. É por essa razão que a reeleição de Lula tem importância de sentido histórico, pois se tal não ocorrer possivelmente se retornará àquela situação lastimável da década de 1990.

Para que o processo político do país avançasse com a conquista do segundo mandato do governo Lula tínhamos frisado, no início deste ano, a necessidade da formação de uma frente ampla e representativa de forças políticas democráticas e progressistas que poderiam, de uma forma ou outra, respaldar um novo mandato de Lula com base na definição de um

programa comum que desse curso ao novo projeto de desenvolvimento nacional. Se isso não ocorresse, haveria um vazio político: uma frente ampla sem uma explicitação e consistência política necessária.

Estes dois pressupostos foram levantados pelo PCdoB, além de destacar que no centro dessa movimentação política deveria estar a liderança de Lula, que conquistou maior prestígio popular e elevou a autoridade do Brasil no âmbito das relações internacionais. Assim, a frente ampla, o programa comum e a liderança mais fortalecida de Lula fazem parte do conjunto de pressupostos suscitados no início de 2006.

A frente política que se conseguiu organizar está hoje formalizada em um Conselho Político e é bastante ampla e representativa. Engloba não apenas os partidos que apóiam oficialmente a candidatura de Lula (PT, PCdoB e PRB) – em função das injunções impostas pelas novas regras estabelecidas pela Justiça Eleitoral – como vai além com PSB, PL,



Desenvolvimento requer energia renovável.

PTB e a maior parte do PMDB. Tal frente envolve ainda entidades e representantes do movimento social mais importante do país, personalidades, intelectuais, setores políticos e partidários que apóiam a candidatura Lula em determinadas regiões. Portanto, conclui-se que a reeleição de Lula passou a ter grande respaldo. Boa parte dessas forças está representada no Conselho Político que organiza esses segmentos na atual campanha. E hoje nos chamados palanques de apoio à candidatura Lula nos estados há uma grande amplitude, incluindo também setores vinculados a frentes partidárias que não apóiam Lula, mas que adotam a neutralidade em relação à campanha presidencial.

Quanto ao outro pressuposto – a conformação de um programa comum que fosse expressão de um entendimento de todos os partidos e agrupamentos que apóiam Lula –, ainda está em elaboração. Apesar disso, o projeto inicial deste programa comum inicialmente elaborado por PT e PCdoB está bastante avan-

çado. Em tal projeto, denominado “O enfrentamento do atraso e a construção do futuro”, há uma espécie de comparação entre o passado e a perspectiva vindoura. “Enfrentamento do atraso” se refere à situação herdada das forças políticas conservadoras que sempre conduziram o país e foram responsáveis pela aplicação do projeto neoliberal. “Construção do futuro” compreende a proposta para o segundo mandato – a tentativa de dar maior força à transição ao novo modelo de desenvolvimento nacional. A transição poderia então ganhar celeridade e concretude.

Na construção do futuro também estão colocados alguns compromissos, como o desenvolvimento com características definidas: com inclusão social e distribuição de renda. Nele, argumenta-se que a distribuição de renda é um fator alimentador do próprio desenvolvimento – e não o contrário, como crêem os tucanos. Que o investimento social e o aumento real do salário (sobretudo o salário mínimo) são fatores alimentadores do desenvolvimento e não um fator produtor de inflação. O pensamento que prevaleceu durante o período anterior era de que o aumento real do salário mínimo e a distribuição de renda seriam fatores de desequilíbrios e ameaça de surtos inflacionários. Um desenvolvimento mais acentuado, com crescimento acima de 5% ao ano, não é um fator inflacionário. Essas questões fazem parte da atual polêmica acerca do desenvolvimento do país e demarcam a diferença entre os projetos em disputa no atual pleito. Um novo governo Lula reúne autoridade para levar adiante este projeto de desenvolvimento mais acelerado com crescimento do emprego e da renda, pelo que alcançou vencer no primeiro mandato.

O outro compromisso para um segundo mandato de Lula envolve a democracia e diz respeito à ampliação da participação democrática – o desenvolvimento do Estado democrático e a participação efetiva do povo e do movimento social, bem como o diálogo necessário com os movimentos sociais. São marcas já evidenciadas no primeiro mandato de Lula e que seriam ampliadas. Neste contexto se situa a necessidade de uma reforma política de caráter democrático que leve em conta a pluralidade partidária do país e aprimore o sistema de representatividade política.

Destaca-se também a adoção de um conjunto de medidas para garantir a segurança pública. Den-

tre as propostas destaca-se ainda a inserção soberana no mundo, que já foi uma marca durante o primeiro governo de Lula – e seria aprofundada neste segundo. Refere-se a uma política que preserve os interesses nacionais e esteja voltada para as relações Sul-Sul, com grandes parcerias com países continentais como o nosso (China, Índia, África do Sul, Rússia, etc...), a integração da América Latina (em especial a América do Sul) e o reforço à construção de um mundo multipolar, com uma nova conformação política e econômica. Isso leva em consideração um objetivo estratégico da mais alta importância.

Assim, as grandes ações do novo governo Lula estariam respaldadas nestes compromissos. Dentre elas, destaca-se uma de ordem imaterial e outra material: a necessidade de um grande esforço no terreno da educação – levando em conta a universalização da qualidade do ensino público – e, outra, no terreno da infra-estrutura, com sua pedra angular na questão energética: a busca de alternativas energéticas num mundo em que o petróleo vai se tornando escasso. Aqui o Brasil teria condições de ter alternativas concretas por ter enorme potencial e fontes de energia renovável com destaque à biomassa (álcool, biodiesel etc).

Há outras ações como o incremento da produção de maior valor agregado e da inovação tecnológica, como a articulação da integração continental, com ações para a integração física entre os países, e a necessidade de grandes ações de investimento e obras para habitação popular e saneamento básico.

A oposição conservadora tenta dissimular ou ocultar seu verdadeiro programa, utilizando slogans genéricos como “crescimento”, “choque de gestão” e “defesa da ética”. Como a campanha de Lula deve enfrentar esse discurso camuflado da campanha de Geraldo Alckmin?

Renato Rabelo – O discurso tucano fica mais claro pelo que Alckmin nega em relação às propostas de Lula e pela prática dos tucanos quando estiveram no governo federal e em alguns estados, como São Paulo.

No fundo, seu atual programa é o mesmo da era FHC, a chamada era tucana. Claro, ora apresentando programa de forma mitigada, conforme o período ou

o momento. Em essência, sua concepção nutre-se da ideologia do Estado mínimo e do pressuposto de que o mercado resolveria tudo, com o Estado tendo um papel de mero administrador da ação do mercado. O mercado seria o centro de todas as saídas econômicas e sociais. Ou seja, sem o mercado como centro, as alternativas de desenvolvimento seriam artificiais. E conforme outra questão fundamental levantada por essa direita dominante, não haveria outra saída para o Brasil no mundo atual “globalizado” a não ser a associação com os Estados Unidos e a Europa, mas, sobretudo, com os EUA. Seria uma saída do tipo Alca (ou Nafta como no hemisfério norte do continente) – uma espécie de associação, mas com o Brasil entrando de forma subalterna. Nesse rumo, o Mercosul seria uma iniciativa ultrapassada. No fundo é esta a proposta básica dos tucanos.

Contudo, a divulgação do programa tucano, evidentemente, procura dizer que com essas concepções mesmo não explicitadas eles responderão à questão do crescimento do país, provocariam um “choque de gestão” e, levando em conta os últimos acontecimentos políticos, eles seriam os “defensores da ética”. Em verdade, criticam a proposta de Lula, de crescimento com forte investimento social e aumento do salário real, porque ela se choca com a concepção dos tucanos que assinalamos acima. O mesmo ocorre em relação às críticas à proposta de integração sul-americana e às relações internacionais, quando dizem ser mais proveitoso se juntar com os Estados Unidos do que se compor com os “populistas” na América do Sul. É preciso responder a essas questões e armadilhas do discurso tucano.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao crescimento econômico, se se considerar a prática do que ocorreu na era tucana, essa foi justamente a era da estagnação. Com que autoridade moral essa gente vem agora defender o crescimento? Foram oito anos (e não um mandato apenas) de aprofundamento da chamada década perdida (1980). E eles ainda contribuíram para mais uma década de retrocesso.

Em segundo lugar, quanto ao chamado “choque de gestão”, mesmo com todo o potencial do Brasil em recursos energéticos e um montante de mais de 100 bilhões de dólares arrecadados nas privatizações, a gestão tucana foi capaz de produzir um apagão de grandes proporções. Que capacidade de ges-

tão é esta!?

No que se refere à ética, basta ressaltar que as privatizações no governo FHC ficaram conhecidas como “privataria” – marcando um período de maior incidência de grande corrupção no período republicano. Mas, diferentemente de hoje, todos os escândalos foram abafados e os tucanos e a direita usaram um rolo-compressor para impedir as investigações (as CPIs foram impedidas de funcionar por parte daquele governo da aliança PSDB-PFL). Outro exemplo da ética tucana foi a aprovação do instituto da reeleição, para atender a seus interesses políticos, episódio rumoroso que campeou todo tipo de ilícitos – tudo prontamente abafado pelos novos “éticos” da atualidade.

A oposição conservadora procura impor o debate da ética como a questão central da disputa. Como a campanha de Lula deve reagir a isso?

Renato Rabelo – A tentativa de criar ou forjar uma crise política se fixando na moralidade em geral, sempre foi uma tática utilizada pela direita e pelos setores dominantes diante de novos governos, sobretudo os de sentido progressista, em nosso país. Com ela, eles procuram desqualificar os governos progressistas via discurso moralista. Historicamente temos citado exemplos disso, principalmente no período udenista, com seu discurso moralista raivoso (ensaiado hoje pelos representantes do PFL e do PSDB) visando a atrair a chamada classe média.

Mas, a verdade que se procura esconder é a seguinte: sob o governo Lula tem havido liberdade de investigação e apuração por parte dos órgãos e instituições estatais e governamentais. Esse correto procedimento acabou impedindo que uma série de acontecimentos de corrupção e ilícitos fosse abafada. Assim, justamente no governo Lula as denúncias e punições têm ocorrido – como nunca se fez em nenhum governo anterior. A ampla liberdade de investigação, apuração, a existência e funcionamento pleno das CPIs não aconteciam antes. O governo permitiu-se ter um ambiente, como antes não existia, para investigar, denunciar e punir. Portanto, a impunidade não está ocorrendo, o que é um dado saliente deste governo – distinto da situação vivida no período do governo tucano de Fernando Henri-

que. A Polícia Federal tem autonomia e age, CPIs são instauradas, a Controladoria Geral da União (CGU) tem atuado como nunca. Esse escândalo das sanguessugas veio à tona porque partiu do então ministro Humberto Costa a iniciativa de apuração, em recurso à CGU, mas os ilícitos agora revelados já vinham desde o governo anterior.

Para resolver os problemas de corrupção e afins há necessidade de uma democratização maior do Estado e o estabelecimento de instrumentos de controle social para evitar o desvio do dinheiro público e a realização de uma reforma política democrática, que é um fator importante para se aprimorar a representatividade política e seus elementos.

Em suma, pelo próprio fato de não existir uma situação de impunidade, com a publicização dos responsáveis pelos ilícitos e as inúmeras condenações, podemos afirmar que no governo Lula tem sido constante o combate à corrupção e, por isso mesmo, vem à luz do dia o subterrâneo que era desconhecido e mantido no governo anterior, contraditoriamente ao que dissemina a maior parte da mídia e da oposição que a corrupção maior é no governo Lula.

Neste período decisivo da campanha eleitoral é nítida a tática da oposição conservadora (PSDB/PFL) de tentar arrastar a disputa para o segundo turno. No seu modo de ver, a que estratégias essa oposição recorre para tal fim? E qual deveria ser o procedimento político da campanha Lula para não ficar sob a égide da tática de seus adversários?

Renato Rabelo – Faz parte da atual campanha que Lula é uma candidatura com apoio de vastas camadas populares. Segundo as pesquisas espontâneas, ele já tem 35% de apoio, que expressam o voto já decidido. Levando em conta o nível das pesquisas, se ele chegar a 37-38% na espontânea, pode até ganhar no primeiro turno. Diante disso, a tática da oposição é tentar desconstruir esse amplo apoio a Lula. Tenta desconstruir o governo e a autoridade do presidente, procurando abalar sua liderança política. Nesse rumo, a direita apela mais uma vez para um discurso agressivo e intolerante de denúncia de corrupção, tentando envolver o governo.

Isso é uma prova de que a oposição conserva-

dora não encontrou condições para enfrentar o governo no terreno das propostas e das idéias, nem no terreno dos resultados alcançados pelo governo. Com tal enfrentamento, a oposição não conseguiria erodir a autoridade do governo Lula. Portanto, numa tentativa de desmoralizá-lo, os setores conservadores utilizam a política rasteira, de baixo calão, a campanha negativa (que dizem ter tido êxito na recente eleição mexicana). Tentando desconstruir a qualquer custo a liderança política de Lula, para permitir levar a disputa ao segundo turno, já reconhecendo abertamente o risco de serem derrotados desde o primeiro.

Mas, na campanha Lula há a compreensão de que se está preparado para vencer no primeiro e no segundo turno.

Como você analisa o papel da candidatura Heloisa Helena...

Renato Rabelo – A direita e sua mídia utilizaram até aqui esse recurso secundário para tentar forçar um segundo turno, reforçando uma candidatura à esquerda a Lula – o extremismo de esquerda. Mas hoje vai ficando claro ser este também um instrumento perigoso para eles, pois Heloisa Helena começa a tirar votos de Alckmin. Ela cresce subtraindo eleitorado da direita. Segundo as pesquisas, boa parte dos eleitores de Heloisa Helena votaria em Alckmin (52%, pela última informação disponível).

Nossa tática é a defesa do governo Lula, mostrando que comparativamente com a era tucana houve mudanças e muitos avanços significativos, e este é o governo que se coloca com maior autoridade e capacidade para dar curso à tentativa de um novo projeto que norteará um ciclo de desenvolvimento mais acelerado com distribuição de renda. De um lado, a campanha de Lula tem de mostrar ao povo quem são os tucanos e quais seus intuitos e também, de outro, o equívoco do voluntarismo que prega ilusões e contribui em última instância para a volta das forças conservadoras alijadas em 2002.

Que mensagem política o PCdoB tem apresentado aos eleitores para vencer a cláusula de barreira?

Renato Rabelo – Em primeiro lugar, o PCdoB deve combater idéias como as que defendem a necessidade de se ter agora um “plano real na política”, com uma reforma política restritiva para acabar com o número “excessivo” de partidos. Isso é uma atitude antidemocrática e apenas beneficia o atual *status quo*. A vida política mostra que nossa realidade é plural, forjada pelo próprio eleitorado. Dessa forma, promover a restrição aos partidos tem essência antidemocrática.

Em segundo lugar, o critério de representatividade partidária, adotado com a cláusula de barreira de 5% na votação à Câmara dos Deputados, é errado justamente porque se resume à Câmara – por ter sido copiado do modelo alemão (que é um sistema diferente e unicameral).

O PCdoB continua na luta e defende uma reforma política democrática, que fortaleça e não restrinja os partidos, levando em conta outros critérios e mecanismos de aperfeiçoamento democrático. Por exemplo, com a lista pré-ordenada dos candidatos e o financiamento público das campanhas seria gerada uma mudança para melhorar o atual sistema de representatividade. Nessas novas condições, a cláusula de barreira nem teria mais sentido.

O PCdoB luta para ter uma bancada maior na Câmara Federal e ampliar sua presença no Senado. Além disso, estamos presentes na disputa ao governo do estado do Tocantins e temos candidaturas a vice-governador em estados como o Rio Grande do Sul e São Paulo.

É importante ressaltar que, dentre os demais partidos, o PCdoB tem vida organizada e permanente. Atua o ano todo, e não apenas nas eleições. Tem seus instrumentos de atuação em todo o país. Está organizado no seio do povo e da sociedade. Tem explicitação ideológica clara. E não se envolveu em nenhum dos recentes acontecimentos negativos tão propalados atualmente.

Por tudo isso, temos a convicção de que o apoio que sempre tivemos do povo e das forças progressistas será ainda maior nestas eleições.

Adalberto Monteiro é jornalista e editor de Princípios.

O ultraconservador

Geraldo Alckmin

JOSÉ CARLOS RUY

A escolha de Alckmin como candidato tucano para a Presidência da República indica que o PSDB assumiu de vez a posição de centro aglutinador dos ideais conservadores

Um candidato à Presidência da República como Geraldo Alckmin “seria impensável nos primórdios do PSDB, no final dos anos 1980”. Esta afirmação foi feita pelo cientista político Luis Felipe Miguel, da UnB (Universidade de Brasília), para quem trata-se de uma escolha “emblemática” (1).

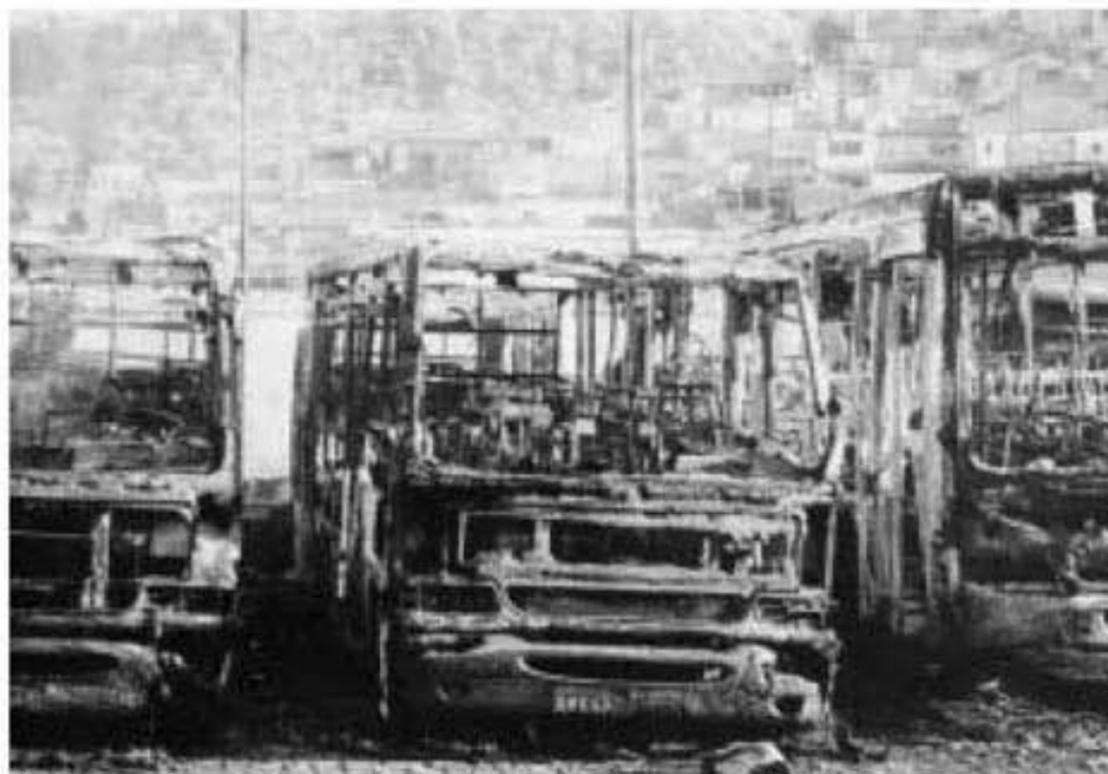
Ele representa a consolidação de uma nova direita no Brasil, cuja principal expressão é constituída pelo PSDB e o PFL, movimento que faz parte de um fenômeno mundial que vem desde meados da década de 1970, quando o neoliberalismo começou a ganhar espaço, principalmente depois da eleição de Margaret Thatcher, na Inglaterra (1979), e de Ronald Reagan, nos Estados Unidos (1980).

Na América Latina, diz a estudiosa Maria Teresa Gonzaga Alves (2), a onda neoliberal chegou mais tarde, no final dos anos 1980, trazida pelos governos Alberto Fujimori (Peru), Carlos Menem (Argentina), Carlos Salinas (México) e Fernando Collor (Brasil).

Durante seus primeiros anos, o PSDB teve uma postura ambígua, com um discurso social-democrata que ocultava seu programa neoliberal – circunstância que não permitia ao partido apresentar-se ao eleitorado, e à sua militância, com sua verdadeira face. Não é de hoje que o PSDB assume, gradualmente, “representação institucional do conservadorismo no país”, registrou o professor Miguel. E a escolha de Geraldo Alckmin como candidato tucano para a eleição de outubro significa, para ele, que “o partido assumiu de vez a posição de centro aglutinador dos ideais conservadores na política brasileira”.

O Partido da Social Democracia Brasileira foi fundado em 1988, e seus primeiros anos foram marcados por duas mentiras. Primeira: de que era guiado por um pensamento de esquerda “modernizado”; segunda: de que a aliança do com o PFL, na eleição de 1994, foi uma decisão pragmática, à margem do pensamento social-democrata do partido tucano.

Nem uma coisa, nem outra. Segundo o cientista político Celso Roma, da USP (Universidade de São



A gestão tucana: crise da segurança em São Paulo.

Paulo), o PSDB já nasceu com um programa de direita, neoliberal (3). O partido foi fundado por um cardinalato político com forte presença no Congresso Nacional, mas sem espaço no governo Sarney. Esta tese de Celso Roma ajuda a entender a trajetória política desta agremiação que é um dos esteios da nova direita brasileira. Na verdade, diz ele, o PSDB nasceu movido por objetivos pragmático-eleitorais, não por questões ideológicas; e sua evolução posterior, desembocando na aliança com o PFL, foi facilitada pelas afinidades ideológicas entre estes dois partidos conservadores.

A adesão tucana ao neoliberalismo está registrada no programa do PSDB desde o início. Seu manifesto de fundação, de 1988, rompia com o caráter nacionalista do Estado brasileiro, rejeitava a intervenção estatal na economia e pregava que o governo não devia se envolver em negociações trabalhistas e conflitos entre patrões e empregados, deixando sua solução para a “livre” negociação entre patrões e empregados, sem a intervenção do Estado.

A trajetória política de Alckmin – marcadamente quando foi vice-governador de São Paulo, sob Mário Covas, e depois como governador, desde 2001 – é a demonstração radicalizada do neoliberalismo tucano.

Sua filiação ao programa da direita mundial é nítida, por exemplo, quando o ex-governador paulista define o papel do Estado na economia (4). Em entrevista à revista *Época*, pouco antes de deixar o governo para concorrer à eleição presidencial, ele deu uma de-

finição didática da concepção neoliberal deste conceito-chave: “Estado moderno hoje é o Estado eficiente. É preciso recuperar a capacidade do Estado de governar, que é a capacidade de investir. Temos milhares de obras paradas no país inteiro. Vamos chamar a iniciativa privada para participar. O PT acha que tudo precisa ser estatal. Para nós, precisa ser público. Dou um exemplo: em nossos 20 hospitais novos, não há funcionário público. É tudo organização social sem fins lucrativos, do terceiro setor, com contrato de gestão para ser fiscalizado”.

É uma visão claramente privatista, que prevê a participação da iniciativa privada (isto é, da empresa capitalista) na gestão do Estado, sem funcionários públicos – deixando claro, também, que o emprego público é um dos alvos dessa sanha privatista. Este é o “choque de capitalismo” que, imitando seu guru, o falecido Mário Covas, Alckmin prega.

Ele fala ainda em uma reforma tributária baseada no corte de impostos para facilitar a vida das empresas. Anuncia que vai aprofundar as mudanças na Previdência, defendendo uma “Previdência básica, estatal”, mas não confessa claramente aquilo que fica implícito na seqüência de sua resposta ao jornalista de *Época* (a Previdência estatal ficaria restrita aos salários mais baixos): “Dali para frente”, diz, “é complementar” – ou seja, fica nas mãos das empresas capitalistas. E quer uma reforma política ao modelo conservador de resumir a política a um conjunto pequeno de interlocutores. “A reforma política pode se resumir a um item: fidelidade partidária. Se você tem fidelidade partidária, deixa de ter 594 interlocutores, os 513 deputados e 81 senadores, para ter seis interlocutores, que são os partidos”, disse ele.

Tem também uma clara preferência pela Alca que, em sua opinião, “foi totalmente paralisada”. Diz que dará prioridade a ela e a acordos bilaterais de comércio, semelhantes aos que Chile e outros países latino-americanos assinaram com os EUA, abandonando o fortalecimento do Mercosul e a integração da América do Sul, um dos grandes feitos do governo Lula.

Isto é, o mesmo velho receituário tucano que

Alckmin pretende trazer de volta, radicalizado, ao Palácio do Planalto: ajuste das contas públicas, redução de gastos, corte de impostos.

Alckmin tem cacifê para prometer retorno neoliberal, radicalizando mudanças conservadoras como essas, como demonstrou em sua passagem pelo governo paulista. Como vice-governador, foi presidente do Conselho Estadual de Desestatização, responsável pela privatização das empresas paulistas em processos suspeitos, acusados de inúmeras denúncias de irregularidades. Ele entregou para capitalistas brasileiros e estrangeiros o Banespa, a Fepasa (ferrovias), a Eletropaulo (concessionária de energia) a Comgás e a Companhia Paulista de Força e Luz, além de enfraquecer outras empresas como a Sabesp e o banco Nossa Caixa.

Como governador, ele comandou o desmonte do Estado paulista numa gestão marcada pela ortodoxa orientação neoliberal, pelo desprezo aos problemas sociais e pela atitude autoritária e antidemocrática em relação aos movimentos sindicais e populares. Cortou verbas da saúde, educação, moradia etc, gerando uma inaudita degradação dos serviços públicos, e arrochando os salários dos servidores.

Em relação à democracia o reinado de Alckmin foi um desastre: avesso ao diálogo, desprezou os movimentos sociais, perseguiu suas lideranças e criminalizou a luta pela terra e pelo direito à moradia, em especial o Movimento Sem-Terra (MST), alvo da sanha anti-reforma agrária do ex-governador de São Paulo.

É um programa condizente com a simpatia, amplamente divulgada pela imprensa, do ex-governador de São Paulo pela Opus Dei, uma organização católica de extrema direita que corresponde ao conservadorismo predominante na época neoliberal, com a qual Alckmin tem uma ligação familiar antiga de mais de trinta anos. Em 1972, o expoente mais destacado da organização no Brasil era seu tio José Geraldo Rodrigues Alckmin, nomeado naquele ano ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) pelo general Emílio Médici.

“A revitalização da direita”, diz Maria Teresa Gonzaga Alves, “não se manifesta apenas pelo êxito do programa neoliberal em diversas partes do mundo”. Ela tem outra faceta, que indica a existência de “um paralelo entre a ofensiva neoliberal e uma simétrica barbarização da vida societária, com os problemas do desemprego, da exclusão social, das várias formas de preconceito (racial, cultural, sexual, religioso etc) e da escalada da violência em grande parte do mundo capitalista”.

O rótulo de “nova direita” refere-se genericamente a partidos políticos, políticas públicas, movimentos culturais e círculos de debates acadêmicos que têm, em comum, diz ela, a crítica ao modelo político baseado na idéia do *estado de bem-estar social* que surgiu após a Segunda Guerra Mundial. “De uma forma geral, as correntes da nova direita querem repensar e propor novos parâmetros para as sociedades capitalistas avançadas frente à crise do Estado de Bem-Estar seja através da justificativa teórica do antiigualitarismo ou de propostas de cortes nas políticas de bem-estar social”.

O longo período de predomínio tucano no governo de São Paulo, particularmente a gestão de Geraldo Alckmin, constitui uma demonstração didática dessa combinação entre neoliberalismo e barbarização da vida social, conseqüência de seu cortejo de misérias formado pelo desemprego, miséria e violência. As ações do PCC, organização criminoso que cresceu justamente durante o reinado tucano em São Paulo, são o retrato da verdadeira crise civilizatória que decorre do escandaloso descaso dos governos liberais com os verdadeiros interesses da população, e com a busca do bem-estar de todos. É esta a política que os tucanos e os pefelistas querem trazer de volta ao comando do país, pelas mãos de Geraldo Alckmin.

José Carlos Ruy é jornalista e diretor do Instituto Maurício Grabois.

Notas

(1) Agência Carta Maior, 14 de março de 2006.

(2) Maria Teresa Gonzaga Alves, “Conteúdos ideológicos da nova direita no município de São Paulo: análise de surveys”, in *Opinião Pública*, vol. 6, n. 2, Campinas, outubro de 2000.

(3) Citado por Carlos Haag no artigo “Separados no nascimento”. Revista *Pesquisa Fapesp*, julho de 2006.

(4) Entrevista à revista *Época*, 20 de março de 2006.

Política econômica: as velharias de Alckmin

OSVALDO BERTOLINO

O candidato tucano evita expor a essência econômica do seu programa, que só se viabilizará com a retomada das reformas neoliberais – principalmente a trabalhista e a previdenciária

A economia brasileira tem andado com arrancos de cachorro atropelado, como diria Nelson Rodrigues, mesmo durante o governo Lula, porque a sua administração reflete aquela disputa fundamental pelo poder definida pelo ex-presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Barbosa Lima Sobrinho, como a luta do partido de Tiradentes contra o partido de Joaquim Silvério dos Reis. Nos últimos tempos, com os mitos que vieram ao mundo na década de 1990 e que acabaram confundindo a cabeça de muita gente de boa vontade, essa disputa ganhou contornos dramáticos. Os con-

servadores definiram um rumo para o país, depois de prolongar artificialmente a âncora cambial até as eleições de 1998 que lhes deram mais quatro anos no Palácio do Planalto, por meio de um contrato internacional com o Fundo Monetário Internacional (FMI), com metas detalhadas e quantificadas.

O acordo comprometeu o país com o cumprimento de metas fiscais e monetárias definidas e controladas trimestralmente, em troca de um empréstimo de US\$ 40 bilhões, que permitiu à “era FHC” enfrentar a crise terminal do Plano Real – protelando seus efeitos mais dramáticos. Esta tutela não era uma mera imposição externa. Ela foi uma opção consciente da elite brasileira que adotou a estratégia de abertura e desre-

gulação econômica com vistas a uma transnacionalização radical dos centros de decisão e das estruturas econômicas brasileiras. Nas duas últimas décadas, principalmente, a desnacionalização da economia atingiu índices alarmantes. Uma parcela considerável do empresariado brasileiro preferiu vender suas empresas às multinacionais e viver das benesses de curtíssimo prazo da ciranda financeira internacional, sem oferecer resistência à ofensiva do imperialismo.

Eles ganham, mas o país se afunda na degradação social e na dependência externa. A experiência brasileira das últimas duas décadas mostra cabalmente não haver correspondência entre o discurso de que a “globalização” neoliberal garante ganhos equânimes, de escopo planetário, e o de progresso para todos. O detalhe é que os lucros das multinacionais são carreados para um determinado país-sede e isso faz balanças de pagamentos penderem para um lado ou para outro, levando consigo expectativas, juros, entradas e saídas de capital, pontos no crescimento econômico e nível da renda per capita. Trocando em miúdos: esse modo de gerir a economia aumenta brutalmente a riqueza no pico da pirâmide social e a pobreza em sua base.

A liberalidade sem limite concedida ao grande capital internacional abriu as portas para ele ciscar em nosso quintal, revirar nossas finanças públicas e imiscuir-se na vida política nacional. Essa página da nossa história começou a ser virada com a eleição de Lula, mas as forças conservadoras, sem outro projeto, se apresentam para as eleições deste ano com as mesmas bandeiras. A diferença é que a esquerda conseguiu, com o governo Lula, mostrar para uma boa parte da sociedade que a hegemonia liberal no Brasil implica em manter a velha estrutura social fendida em dois extremos.

Essa constatação ajuda a desvendar por que no Brasil a direita morre de vergonha em admitir-se de direita. Manter baixa a visibilidade das cores de sua bandeira contribuiu muito para a sua aceitação perante o brasileiro médio. Afinal, sua bandeira não tem as cores de um projeto social para o país. Ela representa privilégios e arcaísmos oligárquicos já sepultados há séculos por países que, não por acaso, ao fazê-lo, desbloquearam seus caminhos em direção ao progresso. A direita brasileira não assume o escopo ideológico que lhe corre nas veias porque ele já está

há muito superado pela história. Daí o grande constrangimento de Alckmin em expor claramente o que pretende para o país.

Assim como na campanha eleitoral de 1994, quando FHC mostrava aqueles 5 dedos simbolizando suas falsas prioridades de governo, a candidatura de Geraldo Alckmin evita expor a essência econômica do seu programa de governo que só se viabilizará com a retomada da “agenda de reformas” neoliberal – principalmente a trabalhista e mais uma rodada da previdenciária. Se aqueles dedos de FHC significaram alguma coisa para o eleitor, foi a promessa de melhorias sociais e infra-estruturais no país. Nenhuma reforma de cunho liberal foi claramente referendada pelo pleito de 1994. Elas vieram a reboque. Eram as cláusulas do contrato escritas em letras minúsculas. Alckmin imita seu mestre.

A direita, em grande medida, sempre se soube na contramão. Em uma pesquisa divulgada pela revista *Veja* em junho de 1996, 62% dos conceitos que a elite brasileira atribuía a si própria eram negativos. E a esquerda, quem diria, posava de ala progressista da política nacional enquanto muros iam sendo tombados da Tchecoslováquia à Sibéria. A direita tenta fugir dos rótulos que, não por coincidência, lhe caem bem. Ela é de fato conservadora, por desejar a manutenção da estrutura inviável que temos no país, e reacionária, por se relacionar incestuosamente com o poder político, dando sustentação a qualquer regime que protege seu senhorio.

Na outra margem, a esquerda tenta capitanear um movimento de desenvolvimento sócio-econômico de cores progressistas. Ao final de quatro anos de governo Lula, o Brasil ostenta muitas oportunidades prontas, esperando empreendedores arrojados. E está construindo um ambiente democrático, munido de uma grande idéia: entregar este país às novas gerações com mais riqueza e menos desigualdades sociais. O momento histórico que vivemos é muito rico.

Nossa economia deve partilhar arranjos internacionais em consonância com um projeto nacional e de acordo com as potencialidades de um país com o porte do Brasil. Para tanto, devemos ter em conta que o capitalismo de hoje não é mais aquele concorrencial da Primeira Revolução Industrial. Vivemos a era dos grandes blocos econômicos e, por isso, nossa visão deve estar projetada também em termos globais.

Será decisivo para o Brasil o rumo que as economias da América Latina seguirão nos próximos anos.

Por outro lado, não devemos menosprezar o poder – sobretudo econômico – do imperialismo. O sistema de brutal transferência de recursos da periferia para o centro – remessas de lucros, pagamentos de juros, troca desigual etc – aprisionou os países mais pobres. Ao se submeter à estratégia imperialista, países como o Brasil limitaram suas economias quase que somente às exportações de produtos primários e aos ditames dos grandes bancos que dominam os mercados de empréstimos de curto prazo. Não sabemos o que o futuro trará, nem quantas lutas serão necessárias para enfrentar a pressão imperialista. O sistema “global” tem como método de relações internacionais a imposição de suas vontades, que engolfa e determina o rumo a ser seguido. Pode ser dado como certo que a resistência à Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e a defesa do Mercosul gerarão ainda muitos atritos.

Esse é outro aspecto essencial da disputa presidencial deste ano. O candidato da direita conta em sua equipe com defensores de uma guinada radical em relação à política externa que vem sendo adotada pelo governo Lula. A prioridade é para temas como o estabelecimento de acordos bilaterais e a retomada de negociações para a formação da Alca. Um dos “especialistas” nessa área é Rubens Barbosa, ex-embaixador do Brasil em Washington e Londres. Ele defende a criação de uma secretaria de comércio exterior, subordinada à Presidência da República, para comandar e coordenar o comércio brasileiro com outros países – uma forma de desvincular a estratégia defendida por setores do Itamaraty da essência do programa de governo de Alckmin.

Na última reunião de cúpula do Mercosul, realizada no final de julho em Córdoba, na Argentina, a Venezuela fez sua estréia oficial como país-sócio e o Brasil assumiu para o próximo semestre a presidência da associação. Além dessas formalidades, foram fechados acordos comerciais importantes para o bloco, de tom progressista (com o reforço da presença do líder revolucionário Fidel Castro, convidado de honra do evento). O Mercosul tem uma essência política e uma lógica econômica muito bem definida. Ou seja: o Brasil mostra claramente que está seguindo por um novo rumo.

Pouco antes de morrer, o economista Celso Furtado, em uma mensagem em vídeo para os partici-

pantes da mesa redonda “Diálogo social, uma alavanca para o desenvolvimento”, promovida pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), perguntou: “Como você pode dirigir uma sociedade sem saber para onde vai?”. A intervenção trazia palavras de estímulo ao trabalho a que se propunha o Conselho, de elaborar uma agenda nacional de consenso entre os vários atores sociais lá representados. “A hegemonia do pensamento neoclássico-neoliberal acabou com a possibilidade de pensarmos um projeto nacional; em planejamento governamental, então, nem se fala. O Brasil precisa se pensar de novo, partir para uma verdadeira reconstrução. Para mim, o que preza é a política”, disse ele.

As palavras de estímulo de Celso Furtado foram uma incitação à coragem. “Temos que ter coragem política. Coragem política é um fenômeno social que decorre do estado da sociedade. Ter coragem política na ditadura é uma coisa. Outra, muito diferente, é ter coragem política na complexa e instável realidade em que vivemos. Considero fundamental que a coragem política seja posta a serviço das autênticas causas do povo brasileiro”, afirmou. A mensagem de Furtado, atualíssima neste período de campanha, se soma à constatação do então assessor econômico do candidato Lula, em 2002, o hoje ministro da Fazenda Guido Mantega, de que a saída para a crise econômica brasileira é política. A saída é política – sempre. Ela define os rumos da economia.

A renda nacional é uma espécie de síntese de toda a atividade econômica do país. Sendo assim, a forma como ela é distribuída constitui necessariamente o objetivo fundamental de uma política de desenvolvimento econômico e social. Surge, portanto, a indagação de como lidar com a renda nas dimensões e características necessárias. Medidas que valorizem o trabalho conduzirão, inevitavelmente, ao aguçamento da luta de classes – o que, do ponto de vista social, é um enorme progresso. O avanço econômico sempre vem acompanhado do crescimento quantitativo e da capacidade de mobilização dos trabalhadores. O mercado interno ganha em extensão e elasticidade. E a vida política do país ganha dinâmica. Não é difícil observar este fenômeno hoje.

Oswaldo Bertolino é jornalista.

Entrevista com Aldo Rebelo

*Enfrentar
o desafio da
reforma
política*

O presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo (PCdoB/SP), enfoca questões como a disputa eleitoral e os desafios do Congresso neste contexto. Para ele, “mais importante que conquistar o governo é mantê-lo nas mãos da frente popular e democrática que elegeu um presidente de origem operária”



Aldo: precisamos pautar a reforma política com espírito democrático.

A Câmara dos Deputados, por iniciativa sua, realizou em maio último, um seminário sobre o desenvolvimento nacional. Neste momento em que os partidos que sustentam a campanha pela reeleição do presidente Lula concluem a elaboração do programa de governo, que diretrizes em sua opinião devem reger esse programa?

Aldo Rebelo – A grande meta é um programa de unidade nacional, baseada num projeto desenvolvimentista que assegure soberania e independência ao País em todos os campos. Trata-se de construirmos uma Nação forte e justa, com a universalização dos direitos sociais e bem-estar generalizado do povo. É inexorável que a política econômica seja aperfeiçoada no segundo governo do presidente Lula. Terá de equilibrar a decisão de garantir a estabilidade do governo e promover o desenvolvimento, sob pena de cobrar um preço alto para a população. Certamente crescerá de forma mais consistente o debate acerca das políticas de juros e de câmbio, as metas de supe-

ravit e os custos da dívida, de forma que a economia seja desemperrada e haja recursos para investimentos. Não há atalhos nem encruzilhadas: estamos condenados a trilhar a mão única do desenvolvimento. Só crescendo o País vai extinguir as graves desigualdades sociais que constituem um estigma histórico.

A campanha de Geraldo Alckmin, nesta fase decisiva, radicaliza os ataques ao presidente da República. Conforme Lula denuncia, “há rancor e ódio” na conduta da oposição. De onde vem essa agressividade da direita? Trata-se meramente de uma conduta de marketing ou revela questões de essência das elites brasileiras?

Aldo Rebelo – A elite brasileira não é o diabo que muitos pintam. Alguns dos nossos maiores patriotas e estadistas saíram da elite, como a maioria dos protagonistas da Conjuração Mineira, o próprio José Bonifácio ou Getúlio Vargas. Uma exceção luminosa foi o caboclo Floriano Peixoto, nascido tão pobre que

os pais o deram para um tio criar. Mas ele soube associar-se à burguesia agrária de São Paulo para consolidar a República. Convém notar ter sido com esta elite que construímos um grande País. O problema é que, tal como outros estratos, a elite tem desvios antinacionais. Alguns setores vivem de costas para o Brasil e preferem nos recolonizar. Outros alimentam uma consciência nacional fraca e vacilante. E há ainda aqueles para os quais a democracia é o melhor regime – desde que exclua o povo. São estes que tradicionalmente recorrem a golpes para manter-se no poder ou impedir a ascensão das classes populares. Num ambiente de amplas liberdades democráticas, como o de hoje, desesperam-se ao ter de disputar no voto o que sempre conquistaram no grito.

Em outubro do ano passado, logo após sua vitória à presidência da Câmara, como resposta ao anseio da sociedade que reclamava medidas para combater pela raiz os escândalos referentes a financiamento de campanhas, o senhor propôs aos líderes partidários a imediata realização da reforma política. Apesar dos esforços, ela não foi votada. Por que isso aconteceu?

Aldo Rebelo – Algumas reformas são pactos sociais difíceis de tecer, mas o relatório final da reforma política foi feito pelo deputado Ronaldo Caiado e teve aprovação unânime na comissão especial criada para analisá-la. Nesse momento há um clamor da sociedade por mudanças que aperfeiçoem o sistema de representação política. O relatório da reforma política, feito pelo deputado Ronaldo Caiado, está pronto para ser votado e teve aprovação unânime na comissão especial.

O que o senhor achou da proposta do presidente Lula de convocar uma Assembléia Constituinte?

Aldo Rebelo – Há um grande debate, quase um consenso, sobre a reforma política. É quase uma exigência. O País precisa de uma reforma que passe a limpo o sistema político, partidário. A Câmara já se antecipou a esse debate. Esse relatório do deputado Ronaldo Caiado foi amplamente discutido por todos os partidos. Nele, estão previstos dois pontos fundamentais, que todos exigem e é quase um clamor: o financiamento público de campanha, o voto em lista para va-

lorizar e favorecer os partidos. E temos ainda, já aprovado numa comissão especial da Câmara presidida pelo deputado Michel Temer, o relatório do deputado Roberto Magalhães, de projeto de autoria do deputado Luiz Carlos Santos, que prevê a convocação de um Congresso revisor. Ou seja, o próprio Congresso assumiria o papel de Congresso revisor e discutiria, entre outras questões, a reforma política que poderia ser aprovada. Precisamos pautar a reforma política, fazer a reforma política. Não sei se o melhor caminho é a convocação de uma Constituinte exclusiva para essa finalidade, pois o próprio Congresso e a Câmara apresentaram alternativas já prontas para votar, como é o caso da proposta do deputado Ronaldo Caiado ou também para exame do próprio Congresso revisor relatado pelo deputado Roberto Magalhães.

O senhor acha, então, não ser preciso mandar proposta de Assembléia Constituinte para a reforma política pelo fato de já existir um projeto pronto para ser analisado?

Aldo Rebelo – Pelo meu entendimento, se o Poder Executivo quiser participar desse debate – não sei se é o caso como Poder –, ele pode enviar propostas ou projetos. Ressalto o fato de existir – depois de processo de ampla negociação, inclusive com aprovação consensual na Comissão especial que analisou o tema – uma proposta de reforma política que prevê duas medidas que resolvem boa parte da reforma política: o financiamento público e o voto em lista. Um desses dispositivos disciplina o financiamento e, o outro, fortalece, moraliza e prestigia os partidos e não as individualidades. Para mim, aí reside boa parte da fonte dos dilemas e dramas que vivemos nos dias de hoje.

A criação de uma Assembléia Constituinte é polêmica. Alguns juristas criticam, dizendo que a Constituição não prevê esse instrumento.

Aldo Rebelo – Já tivemos várias Assembléias Constituintes no Brasil – a última presidida pelo saudoso deputado Ulysses Guimarães. Devemos é examinar se para esse caso específico há necessidade disso. Pela minha opinião, embora a expectativa da reforma política seja clamor nacional – acredito que o presidente da República também partilhe de-

la –, para essa finalidade não precisamos da Assembleia Constituinte. Já temos os instrumentos capazes de enfrentar a necessidade da reforma política. Ou enfrentamos pelo projeto já existente do deputado Ronaldo Caiado ou enfrentamos pela proposta relatada pelo deputado Roberto Magalhães. Por essas duas alternativas podemos enfrentar com tranquilidade e espírito democrático o desafio da reforma política.

Diante do escândalo da máfia das sanguessugas, além das punições aos que comprovadamente cometeram crimes, que medidas poderiam ser adotadas para proteger o Parlamento brasileiro de situações tão aviltantes como esta?

Aldo Rebelo – O Legislativo é o poder popular por excelência, pois seus 594 integrantes (513 deputados e 81 senadores) são eleitos diretamente pelo povo. Reflete a composição, as deformidades e virtudes da sociedade nacional. É necessário protegê-lo dos aventureiros e, na mesma medida, dos pescadores de águas turvas que em tudo vêem pretexto para enfraquecê-lo. Não queremos um Parlamento infectado por mafiosos, tampouco o velho Congresso elitista. Nosso desafio é fortalecer o Parlamento como a Casa do Povo, consolidando sua legitimidade e conexão com os interesses nacionais.

Se o senhor tivesse de destacar três razões para justificar a importância da reeleição do presidente Lula quais apresentaria?

Aldo Rebelo – A reeleição do presidente Lula em 2006 é, por paradoxal que pareça, mais determinante que a eleição em 2002. Mais importante que conquistar o governo é mantê-lo nas mãos da frente popular e democrática que elegeu um presidente de origem operária. Quatro anos são um ápice histórico na trajetória de cinco séculos de um país marcado pela exclusão social, concentração de bens e renda, desrespeito aos direitos da maioria da população. A permanência dessa frente no governo significará a continuidade dos programas sociais que destacam esta administração. O salário mínimo aumentou, a renda do trabalhador melhorou, o povo está comendo mais. Na outra ponta, cumpre manter

a política externa realmente independente, afinada com os interesses nacionais e dos aliados, baseada no multilateralismo e não em alinhamentos automáticos que tanto mal nos causou no passado. O povo entende isso e mostra intenção de reeleger o presidente Lula.

O seu partido, o PCdoB, enfrenta nestas eleições a cláusula de barreira de 5%, tendo inclusive lançado um “apelo democrático” aos eleitores em busca de apoio para vencer esse obstáculo. Que argumento o senhor apresenta aos eleitores quanto à importância dos comunistas no Congresso Nacional?

Aldo Rebelo – Atrevo-me a dizer que os comunistas são o fiel da democracia. Sua presença institucionalizada na cena política atesta a maturidade do regime democrático, ao contrário de outros tempos em que se tentou banir esta corrente política e ideológica – com golpes de tribunal, como em 1947, com truculência implacável, como em 1935, 1937 e 1968, como forma de impedir a livre organização da sociedade. Não só para nós, a cláusula de barreira de 5% é um travo antidemocrático. Este número cabalístico foi abstratamente copiado da legislação eleitoral da Alemanha. Os alemães tinham lá seus motivos para conter o que chamam de excesso de partidos. No Brasil não há excessos de partidos. São 30 para um universo de 126 milhões de eleitores. Países muito menores têm dez vezes mais partidos. No meu entender, um grupo de cidadãos tem direito de se organizar em torno de um programa que não esteja expresso em outras plataformas e disputar o poder.

Por Adalberto Monteiro.

Desenvolvimento: uma agenda para além da estabilidade

LUIZ GONZAGA BELUZZO, MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES E ROSA FREIRE D'AGUIAR FURTADO

Documento divulgado durante o seminário internacional “Pobreza e Desenvolvimento no Contexto da Globalização”, organizado pelo Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento

1 A eleição presidencial de 2006 oferece aos brasileiros uma oportunidade para definir uma nova agenda de desenvolvimento.

2 Na vida democrática contemporânea o sufrágio universal não se limita a conferir legitimidade aos que recebem mandato para o exercício do poder,

mas deve exprimir a soberania do povo sobre temas e metas de interesse dos cidadãos-eleitores. Deliberada, ou involuntariamente, nas últimas décadas essas questões foram usurpadas pelos mercados e seus porta-vozes. Vivemos o questionamento e a luta pela reversão e superação desse processo.

3 As condições internacionais, com a crise da hegemonia neoliberal, abrem espaço para a retomada do desenvolvimento. Os impasses que limitam o avanço dessa nova agenda no Brasil escapam à lógica estreita do economicismo. Originam-se antes, e acima de tudo, na incapacidade das camadas dominantes de construir as articulações necessárias a um projeto nacional capaz de promover conjuntamente a prosperidade econômica, o avanço da igualdade social e a garantia efetiva das liberdades políticas. Essa inépcia – é preciso dizê-lo com todas as letras – aprofunda o amesquinha-mento do imaginário social e a ausência de compromissos históricos capazes de reinventar um futuro que não seja a dolorida e indesejável reiteração do passado.

4 Aos desequilíbrios sociais, econômicos e culturais do passado associou-se, com o predomínio do neoliberalismo, o revigoramento do individualismo darwinista. Sua hostilidade aos destinos coletivos é impossível exagerar. Esse arranjo tem feito prevalecer deformações socioeconômicas que se evidenciam em democracias oligárquicas, repúblicas privatizadas e nações desprovidas de projetos nacionais. O resultado tem sido o semidesenvolvimento que submete os povos, há mais de duas décadas, ao flagelo do crescimento medíocre, incapaz de conter a deterioração valores da convivência solidária.

5 Uma nova etapa do desenvolvimento brasileiro e latino-americano exige a construção de uma hegemonia democrática vigorosa o bastante para superar essa armadura de consensos pré-fabricados nas usinas da desigualdade e da injustiça. Essa, a relevância da integração política e econômica, é que está mudando a paisagem continental.

6 A próxima eleição presidencial do Brasil pode contribuir para desarmar a engrenagem produtora de uma lógica social e econômica ao mesmo tempo intolerável e auto-referente. Diante dos obstáculos ao desenvolvimento, é necessário que partidos e candidatos assumam seu papel, respeitando a política como o espaço da liberdade. Em especial, a liberdade dos que não dispõem de poder econômico, social ou burocrático para projetar seu próprio destino.

7 No Estado Democrático de direito, a nenhuma instância do aparelho estatal é permitido exercer autoridade, ou atribuir-se esferas de indepen-

dência decisória, sem que para isso haja uma delegação da soberania popular. Tampouco se deve tolerar que os poderes privados da economia ou da mídia – como afirmava Karl Mannheim, um dos inspiradores de Celso Furtado – tenham a pretensão e a prepotência de se impor à sociedade como se estivessem acima da lei.

8 Reconhecer os direitos civis, sociais e econômicos das classes desfavorecidas – e ao mesmo tempo ampliar os canais de participação da sociedade nas decisões – é a melhor maneira de fortalecer e aprofundar a democracia, o voto e a esperança, bem como superar as assimetrias de poder e riqueza.

9 Esse é o desafio lançado pela cidadania aos que disputam a eleição presidencial. Se, na sociedade moderna, é obrigação dos especialistas e técnicos debater abertamente as alternativas de políticas públicas, não cabe aos mercados ditar condições – em nome de uma racionalidade abstrata – com a pretensão de desacreditar escolhas políticas que decorrem do exercício pleno da soberania popular – antes, durante e depois do voto.

10 Para além da agenda da estabilidade, exortamos partidos e candidatos à Presidência da República a se comprometerem a buscar um novo pacto político para superar o abismo que separa liberdade civil de igualdade econômica em nossa história.

11 Um pacto político – vale dizer – que possibilite à grande maioria da sociedade resistir a imposições dos mercados e afirmar definitivamente uma nova agenda de desenvolvimento para o Brasil. Uma agenda que garanta maior crescimento econômico e substancial melhoria de vida para o nosso povo.

12 Cabe, portanto, às lideranças progressistas retomar a construção interrompida – assinada por Celso Furtado – rumo a um Brasil em que a democracia não seja apenas coadjuvante do desenvolvimento, mas possa modificar sua substância para torná-lo, de fato, duradouro, justo e humanista.

Pela Diretoria do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Luiz Gonzaga Beluzzo – Presidente Institucional; Maria da Conceição Tavares – Presidente Acadêmica; Rosa Freire d'Aguiar Furtado – Presidente Cultural. Rio de Janeiro, 25 de julho de 2006.

Heloísa Helena e os dilemas do esquerdismo

ALTAMIRO BORGES

A candidata esquerdista pode dar grande auxílio à direita se ajudar a levar a disputa ao segundo turno

Nos últimos dias, a mídia hegemônica tem feito grande alarde com a candidatura de Heloísa Helena, que encabeça uma chapa composta por três partidos de frágil densidade eleitoral e de pequeno enraizamento social (PSOL, PSTU e PCB). Não que alguém acredite que a senadora tenha con-

dições reais de vencer as eleições presidenciais ou mesmo de ir para o segundo turno. Há consenso nos meios de comunicação e no front político em relação ao “fenômeno HH” apenas apimentar a disputa, viabilizando o segundo turno entre Lula e Alckmin – que não consegue decolar na campanha. Em recente entrevista, o próprio FHC, conspirador-mor da direi-

ta, reconheceu que o candidato do PSDB-PFL “não tem carisma”, chegando a confessar ter sido um erro sua escolha. Heloísa Helena seria a última chance para dar fôlego ao seguidor da Opus Dei!

Sem escamotear sua tática diversionista, a direita brasileira nem esconde mais sua intenção de inflar esta candidatura! Logo que soube da “ascensão” da senadora, Alckmin soltou rojões: “Eu e a Heloisa Helena somos menos conhecidos e a tendência é que as duas candidaturas cresçam, garantindo o segundo turno. Tenho respeito pela candidatura da senadora”. Já um dos novos ícones da direita, Reinaldo Azevedo, editor da falida revista *Primeira Leitura*, explicitou a manobra tática. Em resposta a um leitor do seu blog, escancarou: “Um leitor aí disse que a minha ‘simpatia por Heloisa Helena acabaria se ela ultrapassasse o Alckmin’. Mas quem disse que eu tenho simpatia por Heloisa Helena? Não votaria nela nem para síndica. O fato de eu achar que ela pode ajudar a levar a disputa para o segundo turno não quer dizer simpatia”.

No ápice da sua arrogância, ele ainda deu conselhos à senadora. “Se sou do PSOL, torço, evidentemente, para que o Alckmin vença a disputa pela Presidência por razões muito objetivas. O PT estando fora do poder, Heloísa Helena tem alguma chance de ter relevância no cenário de esquerda. Aí a luta se estenderá às franjas do poder petista, nos sindicatos e outras organizações da sociedade civil.” Mais: “a chance de o PSOL continuar existindo, com a cláusula de barreira, é a sua candidata ter bom desempenho nas urnas”. Noutro texto, insiste: “Ah, a mulher vai dar trabalho. Sobretudo ao PT. Como ela não é tonta, já sabe que, se Alckmin ganhar, fica mais fácil para seu partido crescer no terreno em que pode crescer: à esquerda”.

Outro direitista convicto e metido à estrategista eleitoral, César Maia, prefeito do Rio de Janeiro e chefe do PFL, chegou a publicar em seu blog uma estranha “carta aberta” com conselhos publicitários a Heloisa Helena: “Trabalhando com pesquisas qualitativas, verificamos com preocupação que sua contundência na TV está passando da posição firme para a percepção da arrogância. Cuidado, reveja seus pronunciamentos no *Jornal Nacional* [da poderosa Rede Globo]”. Dias depois, ao saber que a candidata “foi convencida a abrandar o discurso para não as-

sustar a classe média”, o pefelista comemorou e deu novas dicas: “Muito bem, senadora! Mas, além de suavizar o conteúdo, o tom da voz e os olhos devem ser suavizados”.

O generoso impulso da mídia

Na avaliação unânime dos especialistas em campanhas eleitorais, o repentino crescimento da candidatura de HH – o novo rótulo da senadora – decorreu de sua forte exposição na mídia nas últimas três semanas. Enquanto o presidente Lula se mantém preso ao cargo, e seu partido encerrou seus anúncios na televisão, PSDB e PFL aproveitaram seus programas para fustigar o governo. Já a senadora surgiu em raia própria com inusitado destaque na mídia. Sua ascensão, sobretudo nos estratos mais ricos da classe média, seria um fenômeno passageiro. A tendência – garantem –, é de que com o começo do horário eleitoral gratuito, em 15 de agosto, e com a inevitável polarização da disputa, ela retorne a patamares inferiores nas pesquisas.

Se o crescimento de Heloísa Helena é apenas um fenômeno volátil, “fogo de palha”, somente a campanha poderá comprovar. Quanto à generosa exposição na mídia, os fatos são irretocáveis. Conforme constatou o jornalista Nelson de Sá, que faz um meticuloso monitoramento da mídia para o insuspeito diário *Folha de S.Paulo*, desde o final da Copa do Mundo a senadora “jamais faltou, dia após dia”, da cobertura do *Jornal Nacional*, o programa recordista em audiência da poderosa TV Globo. Ainda segundo ele, a candidata, que gosta de posar de ultra-radical, “abrandou seu discurso para não assustar a classe média” e inclusive já “agradeceu pelo tratamento que tem recebido das emissoras de televisão”.

Outro estudioso da mídia, o jornalista Renato Rovai, da Revista *Fórum*, confirma esta análise. Num artigo intitulado “Jornal Nacional explica o fator HH”, ele garante que foram “os preciosos minutos” da Globo que fizeram a candidatura da senadora decolar. “Esse tipo de fenômeno não é novo. Em outras disputas, candidatos com discurso forte e claro se deram bem na TV. O crescimento da candidatura do PSOL pode ser só isso e, como em outras épocas, se tornar um mero estampido quando a campanha co-

meçar de vez, já que as estruturas partidárias precisam ser sólidas nas localidades para garantir o crescimento real”.

A generosidade da mídia chega a ser piegas! Colunistas bem pagos e de ligações sombrias não param de descobrir virtudes na senadora. Dora Kramer, articulista dos jornais *O Globo* e *O Estado de S. Paulo*, vê nela uma “mulher, valente, amena no trato, uma fera na tribuna, vítima do autoritarismo do PT, a petista que se recusou a vender sua consciência aos ditames do poder”. Já para Merval Pereira, tido nos bastidores da mídia como “homem do PSDB”, a candidata cresceu nas pesquisas “devido a um segmento do eleitorado que continua querendo as mudanças que Lula prometeu e não entregou”. Animado, reconhece que a candidatura “ajuda a levar a disputa para o segundo turno”, viabilizando o projeto de Alckmin.

Outra entusiasta da senadora é a jornalista Eliana Catanhêde, colunista da *Folha de S. Paulo* e tucana enrustida. Na sua coluna de 23 de julho, ela elegeu a candidata como o principal estorvo do presidente Lula. “Contundente, mulher, nordestina e ‘do povo’, Heloísa Helena é o Lula de saias (apesar de só usar calças jeans) e o Lula de antigamente – a mesma empatia, o mesmo calor, a mesma indignação”. Outro articulista do mesmo jornal, que se transformou em palanque da direita, mostra-se menos seduzido e mais isento. “Heloísa Helena caiu nas graças de uma parcela do que o governador Cláudio Lembo gosta de chamar de ‘elite branca’”, registra Fernando de Barros e Silva com base nas pesquisas eleitorais.

Ausência de unidade e de consistência

Há outro fato inquestionável: a candidata abandonou seu discurso nas últimas semanas, talvez visando a atrair os segmentos da classe média como originalmente sugeriu César Maia. Nas suas várias aparições no *JN* da TV Globo, sempre editadas tão cari-

nhosamente – com a senadora carregando ramalhetes de flores, cercada de populares e beijando crianças –, ela já defendeu a “redução da carga tributária para a classe média e o setor produtivo”; diante da onda de violência urbana, ela pregou “uma repressão implacável ao crime organizado”; e reforçando o coro da mídia de satanização do presidente da Venezuela, afirmou: “se eu tiver a honra de chegar à Presidência, não manda no meu governo nem o Bush nem o Chávez”.

Segundo fontes confiáveis, este discurso tem preocupado várias correntes internas do PSOL – um partido que mais se assemelha a uma frente partidária, com cerca de dez agrupamentos no seu interior. HH já era vista com reservas no movimento feminista, devido a sua posição contrária à descriminalização do aborto. “Não há nada mais primitivo do que o aborto”, desdenha a senadora.

Também causava desconfiança a sua formação teórica. Ela gosta de dizer que “aprendeu a ser socialista lendo a Bíblia”. Sua postura de cantora solo, que menospreza as instâncias coletivas de decisão, já causou alguns curtos-circuitos no comando da campanha. Agora, ela ainda resolveu adocicar seus discursos, o que deve atizar as turbulências no PSOL – “um estranho casamento de esquerdismo e eleitoralismo”, segundo definição do sociólogo Emir Sader.

Para tensionar ainda mais a campanha da senadora, a sua coligação agrega forças diametralmente opostas. O PSTU nunca escondeu suas reservas diante do PSOL, taxando-o de “reformista e eleitoreiro”. A briga é antiga. O primeiro acreditou que seria o desaguadouro dos militantes desiludidos com o PT e a criação do segundo frustrou o projeto. O PSOL ainda fez questão de rejeitar os “sectários” do PSTU e atraiu várias de suas lideranças. Após propor a formação de uma “frente de esquerda classista” e de indicar José Maria de Almeida para vice de HH, o PSTU teve de se contentar com alguns candidatos majoritários e ainda foi obrigado a engolir a

“Não há nada mais primitivo do que o aborto”, desdenha a senadora. Também causa desconfiança a sua formação teórica. Ela gosta de dizer que “aprendeu a ser socialista lendo a Bíblia”

escolha do economista César Benjamin, “um nacional-desenvolvimentista”.

Ou seja: a aliança eleitoral é muito frágil, um casamento bem litigioso. Bastou o vice de HH antecipar as balizas do programa da coligação para o PSTU vir a público novamente escancarar suas divergências. No final de julho, a direção nacional do partido lançou uma dura “carta à coordenação da frente de esquerda”, na qual rechaça uma entrevista de César Benjamin à *Folha de S.Paulo*. “Causou-nos enorme estranheza a entrevista... Não reconhecemos nenhum programa que esteja sendo elaborado unilateralmente por César Benjamin, ou por um dos partidos da frente. E achamos um grave erro que isso tenha sido anunciado na mídia sem nenhuma consulta aos partidos”, afirma o documento que, ao final, ainda faz um ultimato: “Não reconhecemos esse ‘programa’ anunciado por César Benjamin, nem a metodologia unilateral com o qual ele está sendo construído. Diante disso, solicitamos uma reunião da coordenação para discutir o tema”.

Para o PSTU, entretanto, o problema mais grave não estaria na forma. “Ele se agrava qualitativamente porque César Benjamin anunciou, como proposta de governo de Heloísa, posições opostas às definidas em comum por PSOL, PSTU e PCB, e expressas no manifesto da frente. Em relação à dívida externa, na entrevista somente a auditoria é proposta. No manifesto, defendemos, além da auditoria, a suspensão do pagamento da dívida. César também propõe a duplicação do salário mínimo em oito a dez anos, enquanto no manifesto defendemos a sua duplicação imediata. Na entrevista, César afirma ainda não saber o que fazer com a Vale do Rio Doce, porque não pode prometer reestatizá-la. No manifesto, propomos a reestatização de todas as empresas privatizadas, a começar pela Vale”, condena o citado documento.

Como se observa, a campanha presidencial da senadora padece da ausência de unidade e de con-

A campanha presidencial da senadora padece da ausência de unidade e de consistência programática. Enquanto a crise não transborda, Heloísa Helena continua percorrendo o país, sempre com a generosa exposição na mídia

sistência programática. Enquanto a crise não transborda, Heloísa Helena continua percorrendo o país, sempre com a generosa exposição na mídia. Conforme registro da imprensa, “Heloísa concentra os ataques em Lula para atrair votos do PT”. Num encontro com pequenos empresários, no final de julho, ela simplesmente “poupou o candidato tucano, Geraldo Alckmin” e partiu para a baixaria udenista contra o atual presidente. Esta postura explica por que 52% dos seus simpatizantes afirmam que podem migrar para a candidatura de Alckmin. Na prática, independentemente das intenções dos valiosos lutadores sociais entusiastas da sua campanha, HH faz o jogo da direita ao possibilitar a realização do segundo turno da eleição presidencial.

Caso vire um risco real ao candidato tucano, a mesma mídia que hoje a beatifica fará de tudo para destruí-la – como já fez com um pobre “garotinho” que apareceu com chifres e rabo de demônio na capa da abjeta revista *Veja*. A disputa presidencial no Brasil será dura e decisiva, inclusive por seus reflexos no restante da América Latina. E a direita brasileira e alienígena utilizará todas as armas disponíveis para retornar ao poder. Se, de fato, houver segundo turno, PSOL, PSTU e PCB precisarão explicar seu papel nesta disputa e ainda estarão diante de um dilema nevrálgico para o seu futuro: “Lula ou Alckmin, that’s the question”. Até hoje os zapatistas não conseguiram explicar sua postura na recente eleição presidencial do México, que resultou numa apertada, suspeita e questionada vitória de outro seguidor da seita Opus Dei.

Altamiro Borges é jornalista, membro do Comitê Central do PCdoB, editor da revista Debate Sindical e autor do livro As encruzilhadas do sindicalismo (Anita Garibaldi, segunda edição).

Barreira à democracia

WALTER SORRENTINO

Não se deve permitir que sob argumentos de ocasião se mutile algo muito mais profundo e perene já conquistado: o sistema de representação plural e democrático da sociedade no seu Parlamento

Há uma inquietação nas camadas politicamente avançadas da sociedade brasileira relativa às eleições de outubro que diz respeito ao efeito da vigência da cláusula de barreira no desempenho de legendas como o PCdoB.

Essa barreira foi estabelecida para este ano no âmbito das iniciativas conduzidas sob a orientação do governo FHC de restringir a democracia no país, buscando estabelecer um sistema elitista de representação partidária. Acompanhou, assim, o mesmo rumo estabelecido pela ofensiva neoliberal no mundo: medidas restritivas foram adotadas em diversos países na década de 1990. No Chile, cuja ofensiva nesse sentido data do período pós-Pinochet, o voto distrital binominal tem conseguido suprimir reitera-

damente a representação de forças avançadas como o PC chileno. Na Itália as medidas foram adotadas e refluíram-se como parte do combate associado a forças mais democráticas.

Juntamente com a introdução do direito de reeleição, em 1997 (sob medida para o príncipe FHC), a barreira foi estabelecida sem um amplo debate nacional, confundindo a opinião pública quanto aos reais interesses em jogo e à sua resultante em longo prazo no sistema político. Arguiu-se o pretendido "caráter nacional" dos partidos, que deverão ultrapassar barreira de 5% dos votos válidos à Câmara dos Deputados, e mais a de um mínimo de 2% em 9 Estados (um terço do total).

Importou-se, no caso, mais uma *idéia fora do lugar*: cópia do sistema alemão inteiramente alheia às características políticas próprias do Brasil. Não se levou em

conta que nesse país há um sistema unicameral e parlamentarista, o que poderia explicar o porquê de estabelecer a barreira com base na votação de deputados federais. Explicar, mas não justificar, porquanto a medida restringe a representação proporcional e, com ela, o pluripartidarismo democrático.

A cláusula de barreira no Brasil é uma excrescência antidemocrática. Na prática são duas barreiras (5% + 2% em 9 Estados), como obstáculos últimos que se somam à barreira da influência do poder econômico nas eleições e ao virtual monopólio das comunicações no país, atuando em defesa dos interesses dominantes na sociedade. A única brecha existente, a do fundo partidário e do tempo de TV e rádio à disposição dos partidos, será garroteada agora pelos que não a ultrapassarem. Pretendeu-se, à guisa de conter as chamadas legendas de aluguel, restringir o sistema partidário a cinco ou seis agremiações.

Diz-se, descuidadamente, que excesso de partidos dificulta a governabilidade, o que não resiste a um exame mais atento dos sistemas políticos em diversos países e dos seus miasmas contemporâneos. Porque a democracia, no Brasil e no mundo, vem sendo limitada pelos poderes efetivamente reais na sociedade, como o poder econômico e financeiro, o poder das grandes corporações de mídia. Eles são completamente infensos a qualquer controle social. Soma-se às características fragmentárias e de certa anomia vigentes na sociedade, organizada pelos "interesses de mercado". É daí que parte um forte impulso que esvazia crescentemente o sistema político representativo que desenvolve os *lobbies* políticos corporativos, que transforma as eleições em espetáculos midiáticos inteiramente financiados em recursos privados, cujos custos são inalcançáveis pelas forças populares.

É preciso partir de algo mais comprovado historicamente: é preciso mais democracia e não menos para garantir governabilidade para um projeto verdadeiramente inclusivo das grandes maiorias sociais no sistema político. Nossa sociedade sequer completou seu processo de integração social, dada a marginalização de enorme contingente da população, carente de voz e representação política. Essa integração tem como corolário político sanar o déficit de democracia política, sob a forma de pluripartidarismo democrático. A sociedade brasileira é plural e preci-

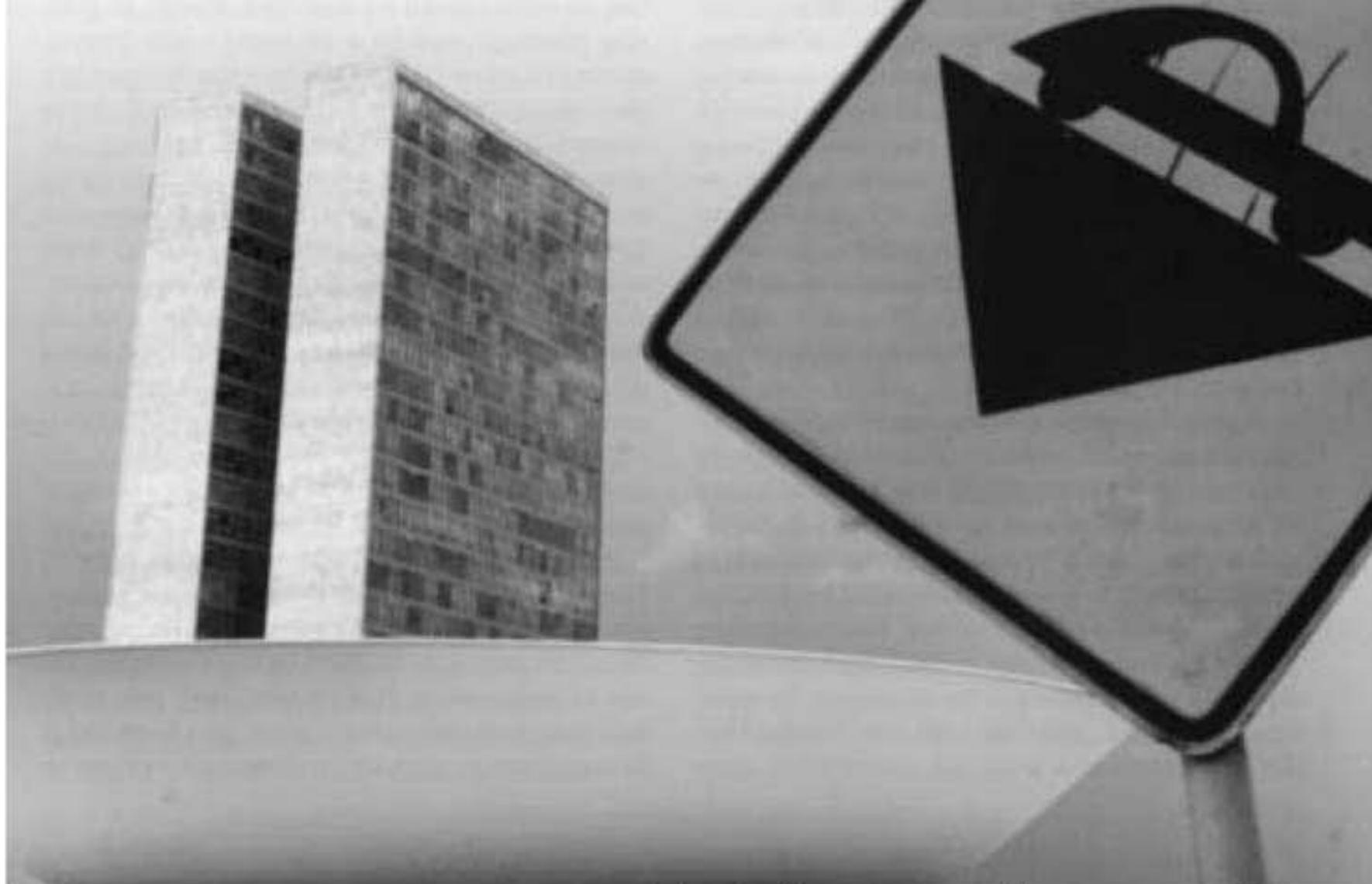
sa estar representada na Casa que é a sua mais concentrada expressão, a Câmara dos Deputados. A cláusula de barreira é uma violentação da norma mais democrática de que se carece para implementar essas mudanças avançadas que o país reclama. É um entulho autoritário que FHC resgatou do período ditatorial de 1964 e o incorporou à "herança maldita" de oito anos de governo.

A inquietação diz respeito ao fato de haver um espaço político para o fortalecimento de uma legenda de esquerda firme, hábil politicamente, respeitada por sua história e sua coerência, como tem sido o PCdoB, seus parlamentares, seus militantes nos movimentos sociais. Um partido cuja história se confunde e funde com a própria história do povo brasileiro por liberdades, direitos sociais e afirmação nacional. Pode haver partidos que tenham prestado o mesmo tributo à democracia no país, mas nenhum supera aquele pago pelo PCdoB nestes 84 anos de existência. Mesmo com o atual sistema político elitista, logrou alcançar a presidência da Câmara dos Deputados, com a ilustre figura de Aldo Rebelo, o que seria mais difícil se já vigorasse a barreira em 2002.

O crescimento do PCdoB está claramente associado às exigências de dar seguimento à luta, num segundo mandato Lula, por um projeto nacional mais nítido, com crescimento e distribuição de renda, com valorização do trabalho e inclusão social, com soberania nacional e democracia. A barreira poderá comprometer ou limitar esse papel? Como enfrentá-la?

O PCdoB estabeleceu um projeto político e eleitoral frente a isso. A questão central é eleger em outubro o máximo de deputados federais, garantindo 2% em no mínimo nove estados e buscando alcançar os 5% de votação nacional. A primeira barreira já foi ultrapassada em 2002, quando elegeu 12 federais com 2,3% dos votos válidos à Câmara dos Deputados. A segunda é o desafio deste ano. Motivou inclusive um Apelo Democrático ao Voto nos Candidatos Comunistas. É um objetivo a perseguir no âmbito de um posicionamento político maduro, em sustentação do governo Lula e de sua reeleição.

O PCdoB (mais o PRB) está coligado nacionalmente com o PT. Está organizado em todos os estados do país, tendo lançado 73 candidatos e candidatas a federal e 271 candidatos e candidatas a deputado estadual. Buscará eleger até 20 deputados fe-



A cláusula de barreira é um entulho autoritário que FHC resgatou.

derais. A base para isso foi estabelecida na Resolução Política da Convenção Nacional Eleitoral, onde se afirma: "O PCdoB é beneficiário dos êxitos destes últimos anos, aumentou seu prestígio e autoridade política, incrementou o respeito e presença nos movimentos sociais, reforçou suas relações com amplos setores sociais e aumentou suas fileiras militantes. Teve papel decisivo no enfrentamento da crise política instalada no país e esteve isento de qualquer imputação frente ao denunciamento golpista da oposição. A esquerda brasileira passou por transformações importantes nos últimos anos, os trabalhadores e o povo trilharam experiências políticas novas. O PCdoB teve um lado bem definido nesses enfrentamentos, demonstrou clareza, coragem e lealdade diante das tentativas ainda em curso de destruir a experiência de um governo advindo das forças e lutas populares. Trata-se de transformar esses êxitos em força eleitoral".

Em reforço disso, o projeto postula, com equilíbrio, a apresentação de candidaturas às eleições majoritárias, uma ao governo (Tocantins) e, em seis estados, ao Senado (Rio de Janeiro, Ceará, Pernambuco, Distrito Federal, Goiás e Mato Grosso). Elas certamente reforçam a visibilidade política e eleitoral do PCdoB e podem efetivamente conquistar mandatos. Exclusivamente nessas candidaturas pode-se ultra-

passar a cláusula de 5% dos votos nacionais – cerca de 5 milhões de votos válidos – e certamente a ultrapassará se somados também os votos das eleições proporcionais. Com isso põe-se em evidência o esdrúxulo critério estabelecido para a cláusula de barreira de só contabilizar uma determinada votação. Isso poderá ser referência para retomar o debate nacional sobre uma reforma de fato democratizante do sistema político, partidário e eleitoral.

Haverá, de todo modo, um debate regimental no âmbito do Congresso Nacional quanto ao papel e direitos das bancadas que não tenham alcançado 5% dos votos nacionais. A posse dos eleitos é assegurada, nos termos da lei – a eleição deles é soberana. Há jurisprudência já estabelecida com respeito ao direito integral de representação partidária dessas bancadas, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, em resposta à pendência apresentada pelo PV e o PRONA. Resta a questão, estabelecida em lei, da restrição do direito ao Fundo Partidário e ao tempo de TV e rádio, só resolvível no âmbito da retomada da reforma política.

O fundamental é precisamente isso – a reforma política. Ela deverá ser uma prioridade do segundo mandato de Lula, que assumiu esse compromisso programático, inclusive o de pôr a questão já no início de seu segundo mandato, se vitorioso. Aliás, o

mesmo compromisso foi assumido pelo candidato Alckmin, com o sentido exatamente oposto – o de elitizar decididamente o sistema partidário e eleitoral. Em suas hostes há quem defenda explicitamente o voto distrital-majoritário, cuja resultante, como já demonstrado na experiência de vários países, é o afunilamento para poucos partidos dominantes que se alternam no poder. Aliás, essa foi tentativa também do governo FHC, malograda. Na célebre expressão de Tancredo Neves, quando da Nova República, o voto distrital cria “vereadores federais”, esvaziando o sentido representativo proporcional da sociedade brasileira na casa Legislativa e o próprio papel desta.

Tal reforma é uma prioridade porque a crise política vivida no país nesses longos meses, hoje concentrada no Congresso Nacional, é no fundo a crise de um sistema político-partidário e eleitoral. Ao abrir caminho, pela primeira vez na nossa história, a novas forças sociais e políticas populares ocupando o posto central da República, tendo por base central partidos de esquerda, esbarrou-se nos limites de um sistema político e representativo plasmado por outros interesses, voltado para outros objetivos. Não obstante o conteúdo relativamente democrático do atual sistema – conquista da luta do povo na Constituinte de 1988 – é patente a enorme influência do poder econômico e das práticas tradicionais da política brasileira – patrimonialismo, clientelismo etc. O financiamento inteiramente privado das campanhas e a ausência de cláusulas de fidelidade partidária fragilizam o sistema partidário, ao lado de permitir o surgimento de um *mercado* de legendas cumprindo papel auxiliar dos interesses dos grandes partidos. Boa parte do sistema de representação política hoje se dá à margem do real significado das legendas partidárias. Essas características foram devidamente manipuladas pelos interesses dominantes, centralmente a grande mídia, para forjar uma pressão pela restrição do sistema, e não pela sua reforma com sentido democrático.

A reforma política deve articular uma reforma partidária e eleitoral que reforce o sistema representativo em bases mais democráticas, tendo por base o fortalecimento dos partidos políticos. Se se quer – e é necessário – restringir o *mercado* de legendas que se constituiu no Brasil as medidas são outras. Impõe-se o financiamento público das campanhas eleitorais e

mecanismos de fidelidade partidária. Outra medida na mesma direção é o sistema de voto em listas partidárias. Entretanto, essa é só a ponta mais visível do iceberg, que alcança também questões de fundo do sistema representativo no país. Nos termos do projeto nacional que se necessita para o país, trata-se de pôr em relevo o fortalecimento do papel do Congresso Nacional com base num sistema pluripartidário verdadeiramente democrático, ou seja, uma representação proporcional que expresse a diversidade de forças sociais e regionais de que é feito nosso sistema político. É o que está em maior consonância com as tradições políticas e a diferenciada realidade econômica, social e regional do Brasil. E é mesmo uma exigência central – a da democracia e a da integração social do país – para impulsionar um novo projeto nacional, de desenvolvimento acelerado e distribuição de renda.

Daí a necessidade de não apenas re-eleger Lula como também fortalecer a representação comunista, das demais forças de esquerda e democráticas em geral no novo parlamento. Isso permitirá retomar os projetos já em avançada tramitação no Congresso Nacional (particularmente os relatórios Rubens Ottoni e Marcelo Barbieri) que já estabelecem o financiamento público, a fidelidade partidária, o voto em lista. Uma coisa é certa – há que remover o entulho autoritário da cláusula de barreira. Há inclusive emenda segundo a qual, para assegurar o caráter nacional dos partidos políticos, basta *apenas uma* das duas barreiras atuais – 5% ou 2% em no mínimo nove estados.

Os brasileiros já acumulam, em sua trajetória enquanto povo-nação, larga experiência de luta pelas liberdades. A democracia é um bem indispensável para seguir adiante na luta pela construção de nossa nação. Aliás, com algumas variações, em nossa América do Sul seria inimaginável a atual onda progressista conquistando eleitoralmente governos não fosse um caminho democrático e a defesa que dele fizeram gerações inteiras. Não se deve permitir que sob argumentos de ocasião se mutile algo muito mais profundo e perene: o sistema de representação plural e democrático da sociedade no seu parlamento, que é o que mais convém a essa construção na atualidade.

Walter Sorrentino é secretário de organização do PCdoB.

Questão nacional e universalismo

EDUARDO BOMFIM

A luta pela emancipação social passa pela reafirmação nacional contra o imperialismo

A proclamada morte da esquerda em todo o mundo foi, como demonstram os fatos e a História atual, muito mais manifestação de desejo por parte dos governantes e precipitação dos teóricos defensores do capitalismo do que a expressão da realidade.

É correto afirmar que a esquerda sofreu ao final do século passado um revés de grandes proporções, obrigando-a a repensar toda uma trajetória inaugurada em 1917 com a vitória da revolução soviética, espalhando suas esperanças, materializando-se por todos os continentes.

A investigação do episódio que alterou o curso do contexto mundial exige apurado estudo multifacetá-

rio, inclusive do equilíbrio geopolítico do planeta, favorecendo atualmente a construção de um mundo unipolar sob a hegemonia incontestável do império do norte, que espalha seus interesses e tropas pelos vários continentes.

O surgimento de blocos como a União Européia, o Mercosul, o estreitamento das relações entre Brasil, China, África do Sul, Índia representam iniciativas ainda no âmbito da resistência neste quadro.

No entanto, a inquestionável superioridade militar dos EUA, combinada ao dólar como padrão planetário da economia e das finanças, alavanca o alto padrão de consumo da sua população. Além do complexo industrial militar, dos investimentos científicos e em tecnologia de ponta. Mas também acarreta o gi-

gantesco desequilíbrio financeiro em suas contas. Na verdade, no entanto, em horizonte perceptível, tal hegemonia encontra-se distante de ser alterada em favor dos povos do mundo inteiro.

De fato são enormes as despesas em gastos militares e as dificuldades dos EUA em manter suas ambições imperiais. A trágica resistência em Iraque, Afeganistão e em vários outros países, as baixas sofridas pelos exércitos de ocupação norte-americanos e ingleses, a adoção nos EUA e na Inglaterra de legislações autoritárias, além de espionagem, provocam altos índices de impopularidade de seus governos e principais mandatários.

A aventura guerreira por riquezas começa a exigir um imenso custo em mortes, recursos econômicos, insegurança dos cidadãos americanos e ingleses. No entanto, tamanha é a força militar e financeira dos Estados Unidos que, mesmo assim, seus interesses encontram poderes suficientes para confrontar a União Européia, tentar desestabilizar o mercado comum entre as nações sul-americanas, ameaçar o Irã, a Coreia do Norte, além da capilarizada presença de tropas no continente africano e em várias regiões do mundo.

Neste contexto, os conflitos se apresentam sob a égide da globalização. Quer pelos novos instrumentos de alta tecnologia postos à disposição das guerras expansionistas ou em função dos interesses do capital financeiro.

Torna-se evidente a contradição entre os discursos que pretextam a defesa da democracia – por parte de uma nação “predestinada” a arbitrar questões internas de outros países – e o seu objetivo real: a anexação de matérias-primas estratégicas.

Na verdade, assim como a globalização, a velocidade cibernética e a volatilidade do capital rentista em busca de mercados com juros atraentes são situações incontestáveis. Apesar disso, a época dos Estados nacionais, longe de ser uma premissa ultrapassada, é uma realidade indiscutível.

Como em poucas vezes na História dos Estados Unidos, a reafirmação de sua “liderança mundial” tem sido exaustivamente alardeada a seus cidadãos como justificativa à sua política externa intervencionista.

A proclamação dos valores norte-americanos, modo de vida, símbolos pátrios tem se transformado

em uma verdadeira “lavagem cerebral” – denunciam intelectuais americanos de estatura internacional “insuspeitos” por não pertencerem a nenhum partido de esquerda.

Na própria justificativa das agressões externas usam como argumento a defesa dos princípios de democracia, direitos humanos ou “guerra santa” em defesa do mundo ocidental cristão.

Ao mesmo tempo mobilizam o poderio militar e a opinião pública, exaltando como “tarefa divina” desta nação policiar os hereges. Trata-se de uma nova cruzada contra os infiéis. Mistura-se religião, o perigo marxista, além da ameaça de armas atômicas contra o território do Império.

Paradoxalmente, os maiores promotores do terrorismo global, desencadeado por Osama Bin Laden e seus seguidores, são os EUA. Mesmo porque eles é que financiaram, armaram, operaram a logística, a inteligência, protegeram em seu território essa organização, sob as suas ordens, durante o período final da guerra fria. Seus destacados líderes frequentaram universidades norte-americanas.

Seu papel foi de fundamental importância na guerra contra o governo progressista afegão, respaldado pela então União Soviética.

Suas famílias possuíam negócios milionários nos EUA, protegidos pelo clã do presidente Bush pai. Suas relações com os bilionários do petróleo do país eram abertas. Igualmente, com os senhores das armas do império. Trata-se, por conseguinte, de uma causa podre, jamais de uma luta em defesa de altos princípios civilizatórios.

Em consequência destas observações acredito que possamos abordar a discussão sobre as formas com que ao longo do século passado os povos, as nações, colonizadas ou neocolonizadas, enfrentaram a luta contra os diversos impérios e as suas características em conjugação com o período Histórico em que elas existiram.

Ao mesmo tempo, observarmos maior ou menor conteúdo de compromisso social com que essas batalhas memoráveis se apresentaram. Algumas delas tinham como base principal a afirmação da soberania nacional aviltada. Sem dúvida, no contexto histórico determinado, possuía caráter avançado, progressista mesmo.

Outras contendas pela libertação nacional, além

desse propósito fundamental, estavam associadas a outro objetivo de conteúdo e sentido revolucionário. Visto que associavam ao combate pela independência nacional, a empreitada pela transformação social, extremamente injusta, excludente às grandes massas populares. Os dois caminhos, nesses casos, incorporaram-se em um único.

Os primeiros exemplos aconteceram em Brasil, Indonésia, Egito, Índia em 1949, algumas nações da África, entre várias outras. Nesses casos, prevaleceu como vetor central a autonomia nacional.

Evidentemente, em tais condições, a participação de movimentos, organizações e partidos com programas vinculados às transformações estruturais da sociedade confundiam-se em alianças com os nacionalistas desvinculados de projetos revolucionários, circunscritos ao caminho da autodeterminação nacional.

Porque em dadas circunstâncias políticas e históricas, mesmo limitado, o projeto de tornar o país dono do seu próprio destino já representava uma tremenda ousadia contra as forças retrógradas, reacionárias mesmo, tanto internas como externas.

Para aí confluía a trajetória de todas as forças envolvidas na peleja contra as várias formas de imperialismo.

Em outros casos, esse mesmo ambiente, através de circunstâncias particulares, distintas de um país para outro, fez com que o grande movimento pela soberania política, econômica, cultural de certas nações estivesse bastante articulado através de uma luta intimamente associada com as transformações sociais mais radicais.

Pode-se citar China, Vietnã, Cuba, determinados movimentos anticolonialistas na África, inclusive de colonização portuguesa. As realidades foram diversas, a maturidade e experiência das vanguardas diferenciadas.

Muito já se falou sobre o fato de ao ser atingido um estágio avançado, quando a humanidade dispensar a existência de Estados nacionais e conseqüentes fronteiras, persistirão as identidades de cada povo, suas permanências e renovações.

Este momento da História, como já se constatou anteriormente, encontra-se longe de acontecer. Mas a globalização é um fenômeno concreto decorrente da revolução científico-tecnológica. Apesar disso, não

exclui o papel do Estado-nação. E as abissais distâncias entre os países ricos e a esmagadora maioria dos emergentes ou mesmo miseráveis.

Na atualidade, a defesa dos interesses de um país confunde-se com a sobrevivência do seu povo, da sua cultura, auto-estima, das suas riquezas e conhecimentos.

Nestes tempos, o conceito de guerra ou anexação de territórios tornou-se mais complexo e sutil. Faz-se através de um ataque especulativo na economia. Como também pela recusa em consentir que determinado país desenvolva ciência e tecnologia de excelência. Ou pela absorção acrítica, subliminar de valores culturais que nada representam de elevado para a humanidade.

Atualmente, dizem os chineses, filósofos milenares, sobre a arte de combater que, por um lado, já não é mais possível rotular a guerra como recentemente, porque através de todo o curso da História, a guerra sempre tem mudado.

Por outro, em países como o nosso, vítima durante décadas dos horrores de uma ditadura militar que usou os símbolos nacionais como forma de legitimação, criou-se um estigma sobre o sentido de patriotismo, das nossas referências como nação. Muito lentamente este trauma vem se dissipando.

Domenico Losurdo, intelectual e militante marxista italiano, alerta para a diferença entre a retórica patrioteira de certos regimes e a verdadeira defesa dos interesses nacionais como elemento-chave para a resistência, em largo sentido, de um povo contra o imperialismo.

Reafirma, a meu ver, a distância entre o nacionalismo xenófobo, fascista, obscuro e imperial, e o que ele considera o nacionalismo de caráter universal. A diferença reside em que esse último apóia-se nas relações de igualdade e autodeterminação dos povos.

A luta pela emancipação social passa pela reafirmação nacional contra a dominação dos gigantes imperialistas. Reserva estratégica dos trabalhadores para sua libertação de classe. É o que a História nos ensina.

Eduardo Bornfim é advogado e ex-deputado federal constituinte pelo PCdoB/AL (1987-1990).



Trecho de Grande Sertão: Veredas exposto no Museu da Língua Portuguesa em São Paulo.

Grande Sertão: Veredas *A mais esplêndida rosa de Guimarães faz 50 anos*

Neste ano de 2006 uma série de eventos marca o meio século do aparecimento de *Grande Sertão: Veredas*, obra de Guimarães Rosa. A “Semana Roseana” foi realizada em Cordisburgo/MG, em julho de 2006 e teve como tema: “*Grande Sertão: Veredas* – 50 anos depois a história continua”. Em agosto também ocorre o “Encontro dos Povos do Grande Sertão: Veredas”, evento que ocorre no Vale do Urucuia, no noroeste de Minas, para mostrar o potencial cultural e de desenvolvimento da região, cenário da obra de Guimarães Rosa.

Além de eventos, matérias e textos têm aparecido por toda imprensa falada e escrita.

Princípios, cônica de que um país, uma nação, se constrói e se ergue não apenas de seu alicerce material, mas também de sua riqueza cultural, rende suas homenagens e esta obra que bem demonstra que o Brasil não é só metrópole, tampouco apenas litoral. É também sertão! Esta edição oferece artigos do professor Luiz Claudio Vieira de Oliveira, do jornalista Kerison Lopes, trechos da famosa entrevista de Guimarães Rosa a Günter Lorenz, uma crônica de Jô Moraes e fotos de Germano Neto realizadas no grande sertão de Minas Gerais.

João Guimarães Rosa: travessias

LUÍZ CLAUDIO VIEIRA DE OLIVEIRA

Rosa deixou para nós um grande sertão de textos que nos enlevam e nos cativam, onde sempre poderemos trilhar novas veredas

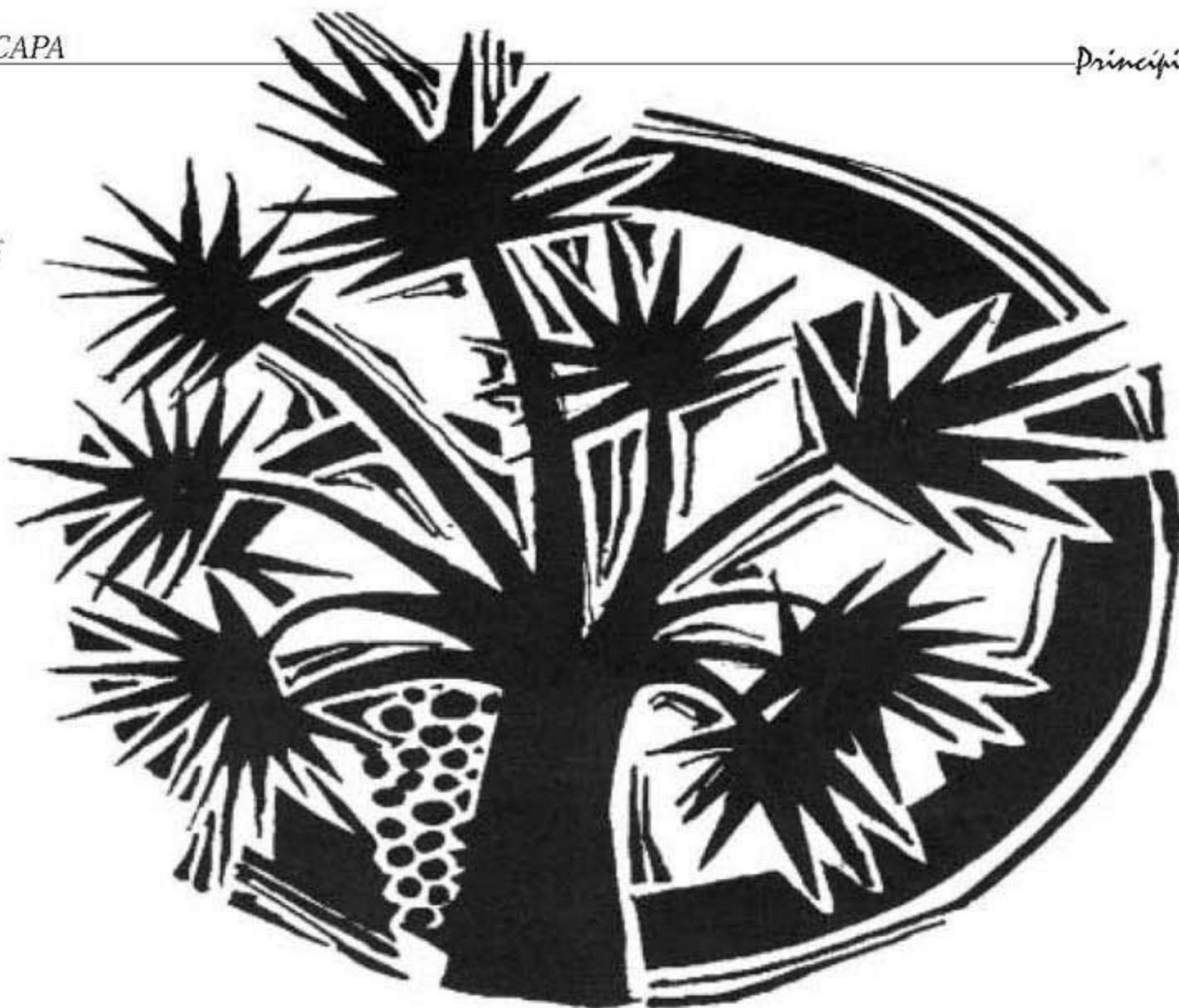
O ano de 2006 comemora o aniversário de publicação de três obras de Guimarães Rosa: *Sagarana* de 1946, *Corpo de baile* e *Grande Sertão: Veredas*, de 1956. São obras importantes que viraram a literatura brasileira de cabeça para baixo, despertando paixões e críticas radicais. Juntamente com *Magma* – publicado postumamente apenas em 1997, apesar de ter sido o primeiro livro de Rosa – os demais títulos compõem a travessia do autor rumo ao aprimoramento estético e à construção de uma poética. Muito da qualidade literária de Guimarães Rosa provém dessa consciência no uso das palavras, na busca pelo “ileso gume do vocábulo”, que o faz recusar o lugar-comum, as idéias feitas, os hábitos irrefletidos.

Magma é a primeira experiência literária de Rosa. Ali estão, de forma embrionária, temas e propostas que desenvolverá mais tarde, a partir de *Sagarana*. Trechos inteiros de poemas, personagens, situações,

descrições serão aproveitadas em outros textos. Apesar de em seu conjunto *Magma* revelar o grande escritor e sua habilidade no trato com as palavras, é um livro ruim. Rosa percebeu isso e jamais o publicou.

Sagarana é o amadurecimento do autor, a manifestação de seu domínio do instrumento lingüístico e de uma técnica literária sofisticada. No concurso da Livraria José Olympio de que Rosa participou, a leitura atenta de Graciliano Ramos já percebera os altos e baixos dos contos, como nos revela na crônica *Conversa de bastidores*: “montanhoso, subia muito, descia – e os pontos elevados eram magníficos, os vales me desapontavam.” Mais tarde, no contato com a edição depurada dos contos de *Sagarana*, altera-se o julgamento de Graciliano: “Vejo agora, relendo *Sagarana*, que o volume de quinhentas páginas emagreceu bastante e muita consistência ganhou em longa e paciente depuração”. E acrescenta, de forma premonitória: “Certamente ele fará um romance, romance que não lerei, pois, se for começado

Poy



agora, estará pronto em 1956, quando os meus ossos começarem a esfarelar-se”.

Corpo de baile e *Grande Sertão: Veredas* foram publicadas no mesmo ano, o que constituiu uma temeridade editorial. Se *Corpo de baile*, de certo modo, deu continuidade ao mesmo tipo de narrativa de *Sagarana*, apresentou algumas diferenças. Dentre elas, as epígrafes. Enquanto o primeiro livro de contos dá preferência a cantigas populares, quadrinhas e modinhas da roça, cantigas de roda, *Corpo de baile* mistura epígrafes de diferentes origens: de Plotino e Ruysbroeck e de cantigas da roça.

As epígrafes em Rosa têm uma dupla função: esclarecer e antecipar o texto que antecedem e, ao mesmo tempo, criar um enigma para o leitor: decifra-me ou devoro-te. Por isso mesmo, a leitura de Rosa é um permanente desafio, manifestando-se em múltiplas direções, como um caminho que se abra-se em múltiplas veredas, com idas e vindas, em volutas e espirais, sem nunca cessar.

Grande Sertão: Veredas confirma o veredicto de Graciliano: “A arte de Rosa é terrivelmente difícil. Esse antimodernista repele o improviso. Com imenso esforço escolhe palavras simples e nos dá impressão de vida numa nesga de catinga, num gesto de caboclo, numa conversa cheia de provérbios matutos. O seu diálogo é rebuscadamente natural”. Com essas palavras, tem-se a caracterização do estilo rosiano: trabalhado, natural, simples, rebuscado. Ali, não há improviso. A dificuldade de sua arte não está na leitura, mas na sua própria construção, em que nada é deixado ao acaso. A arte de Rosa nos encanta porque ele conseguiu dar vida – a impressão de vida – ao sertão.

Mas o que é *Grande Sertão: Veredas*? O que é este livro que, por um lado, provocou críticas ferozes, como as de Roberto Simões, Silveira Bueno, Adonias Filho e Ferreira Gullar e, por outro, reações de admiração incondicional como as de Rubem Braga, Antonio Candido, Cavalcanti Proença, entre outros? Os pri-

meiros estudos sobre esse romance identificaram suas características mais evidentes, como as origens ibéricas do mito da *donzella guerrera*, isto é, a jovem donzela que se veste de homem e vai para a guerra, tal qual Diadorim; as narrativas medievais que sobreviveram no imaginário brasileiro, como a história de Roberto do Diabo; a sobrevivência em nosso interior de uma ética medieval, que transforma Riobaldo num cavaleiro andante.

Esse tipo de análise possibilitou uma outra abordagem, a sociológica, que vê na estrutura romanesca a supervivência da estrutura social, política e econômica de uma região bem marcada do interior mineiro e brasileiro: o sertão. Teve o mérito de indicar que o romance de Rosa estava embasado nessa região, mas não com intuítos documentais. *Grande Sertão: Veredas* não é um documento, mas um texto literário e ficcional, através do qual se consegue ler uma sociedade característica.

Paralelamente, fez-se uma análise lingüística do romance, num trabalho de mineração que intentava descobrir as grupiarias onde Rosa havia garimpado palavras e expressões inusitadas. Numa nota de pé-de-página da famosa entrevista com Rosa, Günter Lorenz explicita que o romancista falava português, espanhol, francês, inglês, alemão e italiano e possuía conhecimentos suficientes para ler em latim, grego clássico e moderno, chinês, japonês, sueco, dinamarquês, servo-croata, russo, húngaro, persa, malaio, hindu e árabe. A crítica foi levada a buscar as evidências desse conhecimento lingüístico e, mais que isso, a estudar como se deu o trabalho de aclimação de palavras estrangeiras ao português do sertão das Gerais. Osvaldino Marques publicou um profundo ensaio sobre o tema.

Esse trabalho investigativo foi complementado pela análise de poetas como Haroldo de Campos, Augusto de Campos e Pedro Xisto, que viram o outro lado das palavras. Não mais a etimologia, a erudição, a versatilidade das fontes, mas “o quem das coisas”, a “palavra nunca vista ou jamais ouvida”, o “canto e plumagem das palavras”: a poesia. Esses autores tiveram o mérito de apontar que o trabalho de Rosa estava além da mera aparência das palavras: era mais sutil, mais profundo, mais visceral. Em outras palavras: ia além do significado, ia ao significante, ao jogo de palavras, à sonoridade, à ambigüidade, à sugestão, ao esvaziamento dos sentidos fossilizados dos

vocábulos e ao preenchimento de cada um com novas possibilidades semânticas.

A vereda esotérica também foi trilhada pela crítica. Em *Grande Sertão: Veredas* há símbolos em profusão: cabala, alquimia, zodiacais, astrologia, tarô, tao, zen-budismo. O romance está repleto de símbolos gráficos, a começar pelas orelhas do volume, em que há um mapa do sertão, supostamente representativo da área em que se passa o romance. São cruces, triângulos, círculos, hexagramas e pentagramas, signos planetários e astrológicos, que têm a função de orientar/desorientar o leitor, como o haviam feito as epígrafes de *Corpo de baile*.

Faz parte da poética rosiana esse jogo de informar e desinformar o leitor, confundindo-o quanto à “verdade” das informações dadas. Isso, inclusive, é um dos atrativos para o leitor, levado a tentar, como dissemos, o deciframento dos enigmas criados pelo autor. *Grande Sertão: Veredas* começa por um símbolo gráfico, o travesão, signo paradoxal da oralidade e da escrita, e termina pela lemniscata, o símbolo do infinito, nada mais que um laço, indicando o encerramento e a abertura do romance, logo após as frases: “Existe é homem humano. Travessia”. Aproveitando a vasta simbologia do romance, alguns autores analisaram as vertentes filosóficas e religiosas presentes na obra: Benedito Nunes, Heloísa Vilhena de Araújo, Paulo César Carneiro Lopes. Outros, como Consuelo Albergaria, Ana Maria de Almeida, Lauro Belchior Mendes, Francis Utèza, Antônio Roberval Miketen, trilharam essa vereda alquímica e semiótica.

Grande Sertão: Veredas é um livro que chocou pela novidade. Ainda hoje nos espanta pela fecundidade com que se abre a novas leituras. Em épocas de estudos culturais, as novas tendências críticas passam a buscar no romance os sinais de sua integração à realidade política brasileira, como uma outra vertente da análise feita por Euclides da Cunha em *Os Sertões*. Assim, dão ao romance rosiano uma dimensão política de resgate das origens e de construção da nacionalidade que, parece-nos, ele não teve nem procurou ter. Nessa linha estão as análises de Heloísa Starling e Willi Bolle, por exemplo.

Grande Sertão: Veredas tem uma estrutura simples sob uma aparente complexidade. Trata-se da narrativa de um fazendeiro, ex-jagunço, sobre sua vida a um interlocutor. Esse interlocutor, douto e forasteiro,

participa ativamente da narrativa: faz perguntas, evidenciadas pelas respostas dadas, e anota a narrativa de Riobaldo. Isso o torna um co-autor ou co-responsável pela narrativa. Riobaldo se apresenta como um velho jagunço aposentado, quase barranqueiro – uma estratégia que disfarça sua posição de fazendeiro e de chefe jagunço vitorioso, detentor do poder no sertão.

Sua narrativa parece oscilar, confundindo-se, ao misturar nomes, situações, lembranças. Apesar disso, nada fica fora do lugar, pois sua consciência pensante organiza a narrativa, tecendo os fatos de acordo com uma lógica interna: seus próprios interesses como personagem e narrador da própria história. Quando Riobaldo começa a contar tudo já aconteceu e ele, como narrador, tem ciência de tudo, revelando o que quer, quando quer. Como narrador único, dono da fala – e não se pode esquecer que dominar a fala é uma forma de poder –, Riobaldo conta sua versão da história, a que lhe interessa recordar e contar.

Assim, Diadorim é associado à palavra neblina, palavra ambígua que o caracteriza como alguém encoberto, dúbio, misterioso. Diadorim, sabe-se durante a narrativa, é o jagunço por quem Riobaldo é apaixonado. Uma paixão proibida, um amor irrealizável, pois ambos são homens e, na ética sertaneja, uma união impensável. Esse amor homossexual aproxima e afasta, ao mesmo tempo, os dois personagens. Por outro lado, Diadorim é filho de Joca Ramiro, grande chefe jagunço, e herdeiro natural do poder no sertão.

Riobaldo é oriundo das camadas mais baixas do sertão: pobre, pedidor de esmolas em beira de rio. Aos poucos, toma consciência de seus desejos, de sua habilidade com as palavras e sua perícia com as armas. É um grande atirador, é o Tatarana. Riobaldo percebe que é diferente dos demais jagunços: pensa, reflete, deseja o poder. Apesar de seu amor por Diadorim, este se converte em seu oponente: por ser um homem e por ser o herdeiro de Joca Ramiro.

Na batalha final, Diadorim morre. Riobaldo, bom atirador, mesmo estando em posição favorável para atirar, no andar superior de um sobrado, não atira. Seja qual for o motivo que alegue, não atira e deixa que Diadorim morra. Nesse momento, vem a revelação que Riobaldo já sabia durante toda a narrativa, mas que só revela agora, no instante em que conta: Diadorim é uma mulher. Poderia ter sido a sua mulher. É aí que surge o motivo da narrativa, a necessi-

dade de fazê-la para compreender o que aconteceu, por que aconteceu e qual a parcela de culpa de Riobaldo por ter deixado Diadorim morrer.

Riobaldo não narra apenas para seu interlocutor: narra para si mesmo, para entender o que houve. É um autoconvencimento. Mas, ao mesmo tempo, Riobaldo não aceita a verdade e, por isso, busca desculpas, culpados. O destino ou o demônio teriam sido responsáveis por tudo. Nesse sentido, a narrativa de Riobaldo pode ser comparada ao inquérito conduzido por Édipo, que imagina todos culpados, menos ele mesmo. Só reconhece a culpa frente às evidências irrefutáveis. Mas a narrativa romanesca não termina com uma certeza. Ao contrário, acaba de forma aberta, ambígua, ampla: “Existe é homem humano. Travessia”. O laço final, como dissemos, acentua essa imprecisão.

A profundidade do romance e de seu protagonista consiste nesse jogo argumentativo, nessa construção de uma verdade que convença o próprio narrador, o seu interlocutor e a nós, os leitores. Tal construção é a própria construção narrativa, com todas as suas estratégias, suas negações, seus avanços e recuos, suas meias-verdades, suas revelações parciais, suas reflexões sobre Deus e o demo, sobre o homem e sua oscilação entre esses dois pólos. Teria havido um pacto demoníaco? Teria havido uma desmedida, uma *hybris*, tal como na tragédia clássica? Teria havido uma armadilha do destino, que dobra a vontade do homem, fazendo-o sempre atingir um ponto mais abaixo, como na travessia de um rio? Teria havido um castigo divino, uma culpa trazida de vidas anteriores, e que estaria sendo paga nesta vida?

Por isso Riobaldo especula idéia e não tem respostas. Aliás, tem. E é a resposta que mais lhe agrada e a que mais agrada a nós, leitores, que nos identificamos com o narrador. Riobaldo, como nós, é uma vítima desse destino. Agiu sem saber o porquê, guiado por uma força maior que ele (possivelmente demoníaca), inconscientemente, tendo até desmaiado na hora do confronto final.

Essa imagem de vítima é a que cultiva durante toda a narrativa, sem que seja questionada por ninguém. Afinal, ele é o dono da palavra e a usa para sacramentar sua verdade. Mas, ficam claros o seu remorso e a tentativa de encontrar uma resposta que o tranquilize e o libere do sentimento de culpa: “Compadre meu Quelemém sempre diz que eu posso aqui-

etar meu temer de consciência, que sendo bem-assistido, terríveis bons-espíritos me protegem". Por isso, a busca de todas as religiões: "Muita religião, seu moço! Eu cá, não perco ocasião de religião. Aproveito de todas. Bebo água de todo rio... Uma só, para mim é pouca, talvez não me chegue".

Poderíamos dizer que a maior parte da crítica que se dedica ao estudo de *Grande Sertão: Veredas* se ocupa com a estrutura narrativa. E o faz porque a preocupação de Guimarães Rosa com a narrativa está presente desde *Magma*, concretizando-se em vários contos de *Sagarana*, como "O burrinho pedrês", "São Marcos", "Conversa de bois", "A hora e a vez de Augusto Matraga", para citar apenas aqueles em que é mais ostensiva. Sua poética, como a de João Cabral de Melo Neto e a de Carlos Drummond de Andrade, tem uma intenção metalingüística muito clara. Nela se inclui a reflexão sobre "o gume dos vocábulos" e sobre o modo como a narrativa se constrói.

Para Rosa, nada é definitivo, tudo é muito provisório – incluindo as narrativas. Essas são apenas versões, que podem mudar a cada momento em que um novo narrador toma a palavra, ou em que o mesmo narrador conta a sua visão/versão dos fatos. *Corpo de baile* demonstra o experimentalismo narrativo de Rosa. "O recado do morro" retrata o desdobramento de uma história, contada e recontada sete vezes; "Dão-lalalão" mostra como a novela é ouvida no rádio e, em seguida, retransmitida por vários narradores, até "para o lado de lá do São Francisco se afundava, até em sertões"; "Uma estória de amor" apresenta dois contadores, Joana Xaviel e o velho Camilo, que têm maneiras diversas de contar suas estórias.

"Cara-de-bronze" é o conto em que Guimarães Rosa se permitiu as maiores liberdades, a começar pela representação de um forasteiro curioso, um duplo do próprio Rosa, que pergunta tudo aos vaqueiros. É o Moimeichêgo, vários "eus" reunidos numa só palavra: *Moi, me, ich, ego*. Nesse conto, há o recurso ao pé-de-página para a citação de Dante, do *Cântico dos Cânticos*, de Salomão, de Platão, e para a enumeração de nomes de flores, plantas e aves. De repente, no meio do conto, há um roteiro cinematográfico, com sua didascália e seus planos de tomada para as câmeras. Mas, principalmente, há a temática da busca da palavra, da expressão, da forma diferente de ver o mundo e a vida, da permanente transformação do re-

al. É o que o fazendeiro, o Cara-de-bronze, quer. Não a verdade definitiva, radical: queria "as engraçadas bobéias", "o que acontece miudim, momenteiro", "a brotação das coisas", "uma idéia como o vento", o "não-entender, não-entender, até se virar menino", enfim, queria "o quem das coisas".

Esse processo experimental presente nesses livros se concretizará em *Grande Sertão: Veredas*. Nele, a narrativa terá sua reflexão metalingüística, sua teoria e sua prática. A todo momento Riobaldo questiona e se questiona sobre o narrar: "O que eu falei foi exato? Foi. Mas teria sido? Agora, acho que nem não". Nessa fala do narrador se colocam algumas questões interessantes: primeiro, a relação entre a palavra e o referente que ela designa – o que falou foi exato; segundo, a capacidade da fala (da palavra) de criar uma nova realidade, um novo referente – a dúvida sobre a relação entre a palavra e o referente: "Mas teria sido?". Em terceiro lugar, a constatação de que a narrativa de Riobaldo é também uma versão, uma procura do "quem das coisas".

Guimarães Rosa, juntamente com Machado de Assis, João Cabral e Drummond, participa do grupo de escritores com maior consciência metalingüística dentro da literatura brasileira, que trabalhou artesanalmente a língua e a narrativa. Desde suas primeiras experiências como escritor construiu sua poética, que teve um processo evolutivo: da palavra à narrativa e, daí, novamente à palavra, desta vez integrada à narrativa. O processo, que culminou em *Grande Sertão: Veredas*, teve sua continuidade em *Primeiras estórias* e, depois, em *Tutaméia*, onde Rosa voltou a cultivar, de forma contida, minuciosa, o que já havia feito de modo grandioso e espraiado nos contos de *Corpo de baile* e em *Grande Sertão: Veredas*. É como se, depois do épico, se voltasse para a simplicidade do *hai-kai* e para a perplexidade fecunda do *koan*.

Para nossa tristeza, Rosa ficou encantado antes de terminar sua obra. No entanto, deixou para nós um grande sertão de textos que nos enlevam e nos cativam, onde sempre poderemos trilhar novas veredas. Travessias.

Lutz Cláudio Vieira de Oliveira é Mestre em Literatura Brasileira, com a dissertação *O sentido e a máscara em "Grande sertão: veredas"*; e Doutor em Literatura Comparada, com a tese *O percurso dos sentidos, sobre a obra de Guimarães Rosa*.

“Sertão:
estes
seus
vazios.



Jovem vaqueiro. Local: Vereda Danta, município de Serra das Araras.
“O senhor nem tem calo em coração para poder me escutar.” (GSV)

*O senhor vá, alguma
coisa encontra”*

(João Guimarães Rosa, em Grande Sertão: Veredas)

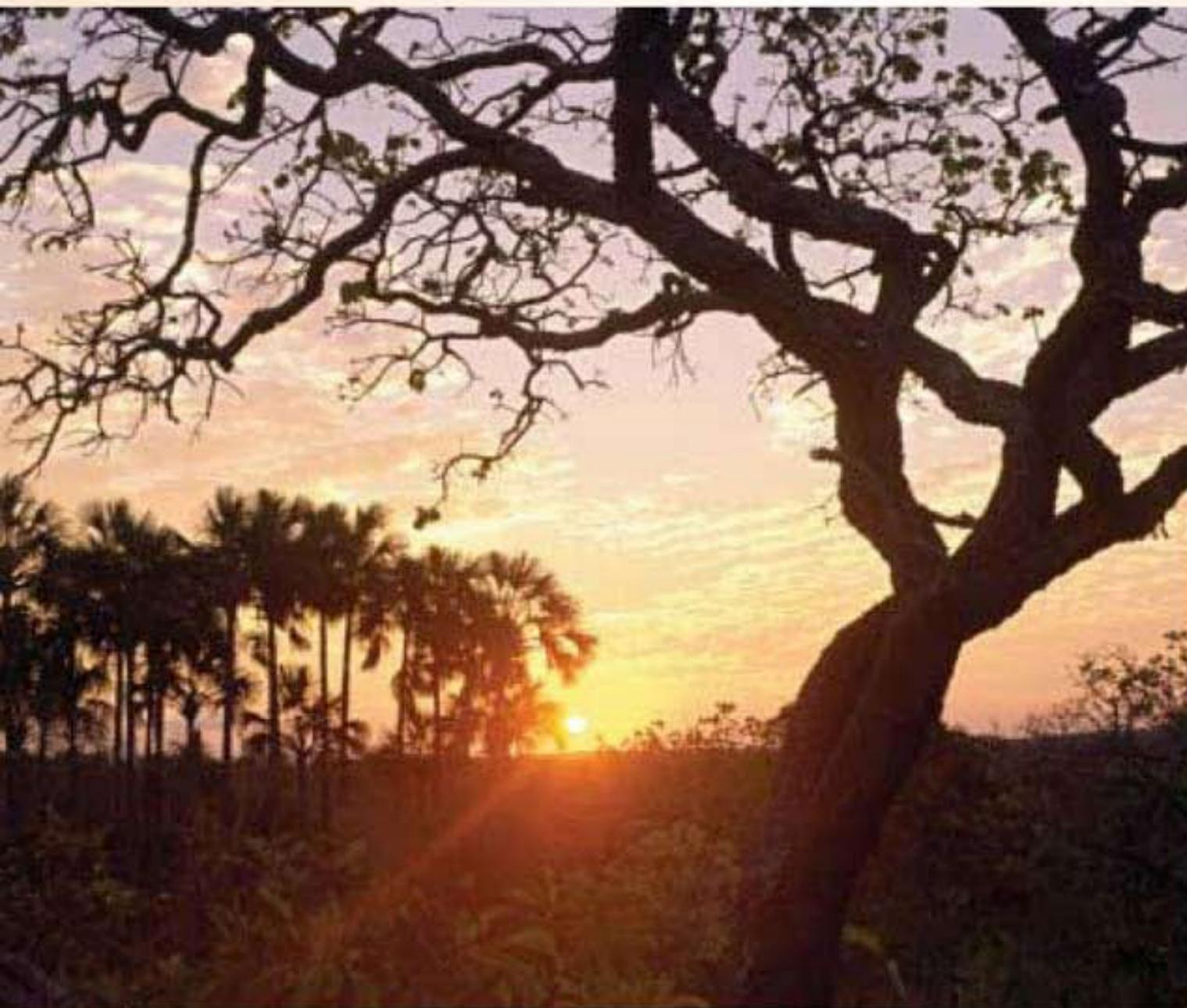
FOTOGRAFIAS DE GERMANO NETO

O fotógrafo Germano Neto acolheu o conselho de Guimarães Rosa e, jagunço à sua maneira – pois que armado com sua máquina fotográfica – adentrou ao grande sertão de Minas Gerais neste ano. E quanta coisa de fato lá encontrou!

Paisagens, brejos de onde nascem os rios, buritizais que perseguem os cursos d’água, árvores do Cerrado com as saias baixas, os cemitérios nos quintais, o vaqueiro

tangendo sua boiada, as heroínas famílias sertanejas, uma santidade de água doce (o rio São Francisco)... magnífico cenário onde bandos de jagunços fidalgos travaram honrados combates. Magnífico cenário onde o sertanejo de hoje segue travando as batalhas pela vida.

O sertão lá está nos ermos de Minas. É verdade que ferido pela monocultura e pela fome voraz das guseiras que transformam o cerrado em carvão. Mas o sertão é igual ao sertanejo, é igual aos lordes jagunços de Riobaldo e Joca Ramiro, não se rende!



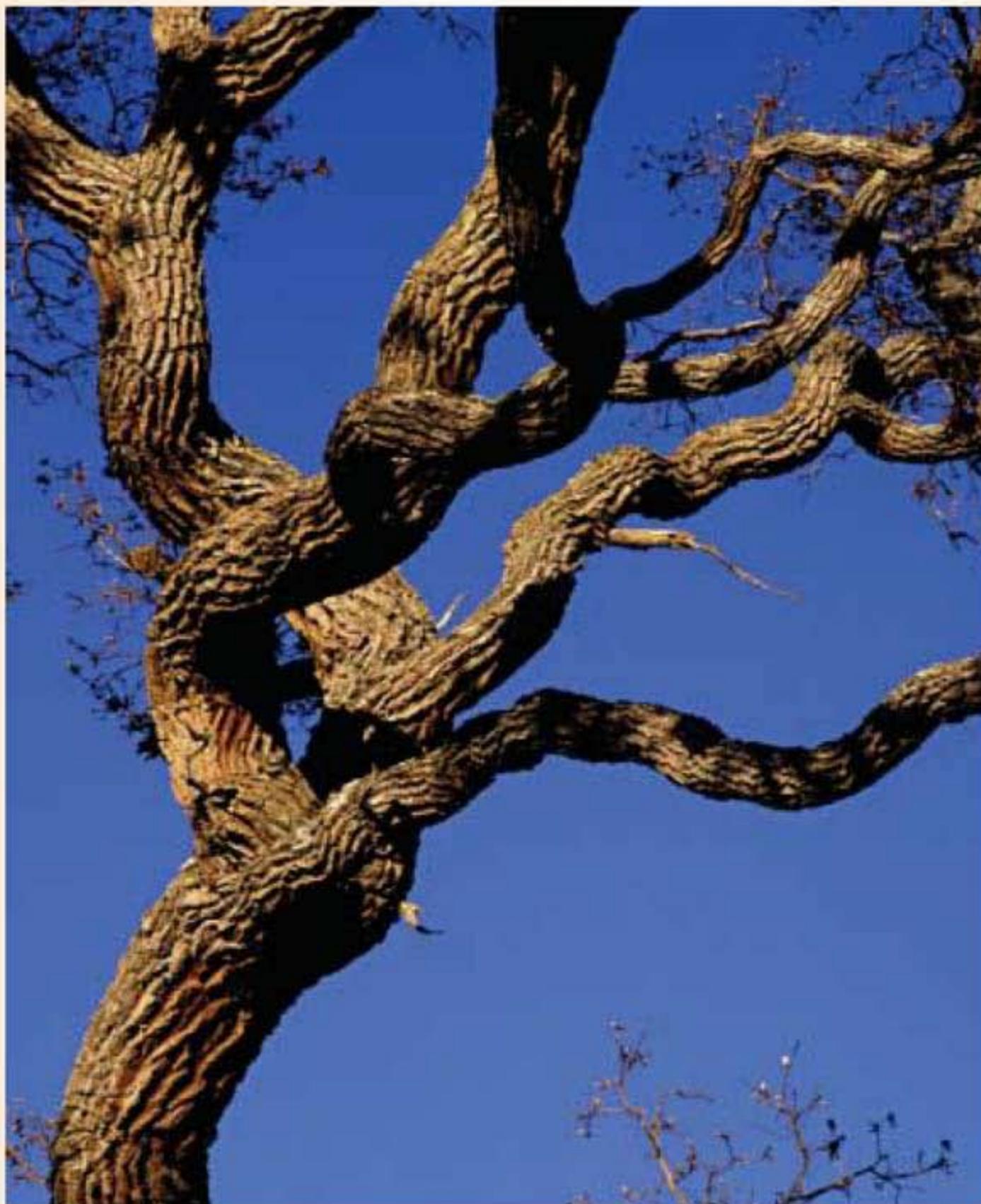
Pequizeiro (árvore símbolo do Cerrado) com vereda ao fundo (Parque Nacional Grande Sertão: Veredas)
"O Garança se regalava com os pequis, relando devagar nos dentes, aquela polpa amarela e enjoada. Aceitei não, daquilo não provo: por demais distraído que sou, sempre receei dar nos espinhos, craváveis em língua." (GSV)



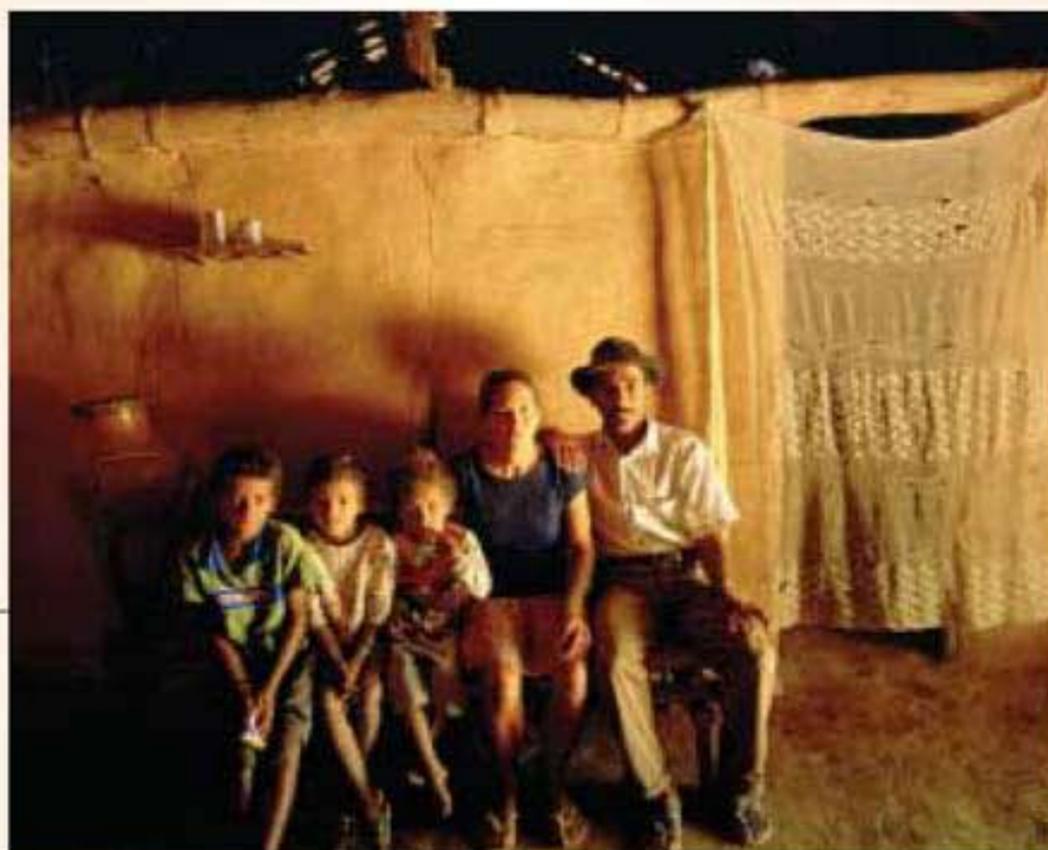
Cemitério. Local: Morro do Fogo, município de Serra das Araras.
"Viver é negócio muito perigoso..." (GSV)



Buriti. "Saem dos mesmos brejos – buritizais enormes. Por lá sucuri geme. Cada surucuiú do grosso: voa corpo no veado e se enrosca nele, abofa – trinta palmos!" (GSV)



Pau ferro, árvore típica do Cerrado. "Em que afundamos num cerrado de mangabal, indo sem volência, até perto de hora do almoço. Mas no terreno iam se abaixando menorzinhas, arregaçavam saia no chão. De vir lá, só algum tatu, por mel e mangaba." (GSV)



Família (Jesus é um líder dos pequenos agricultores no Vão do Buraco), município de Serra das Araras. "O mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas – mas que elas estão sempre mudando." (GSV)

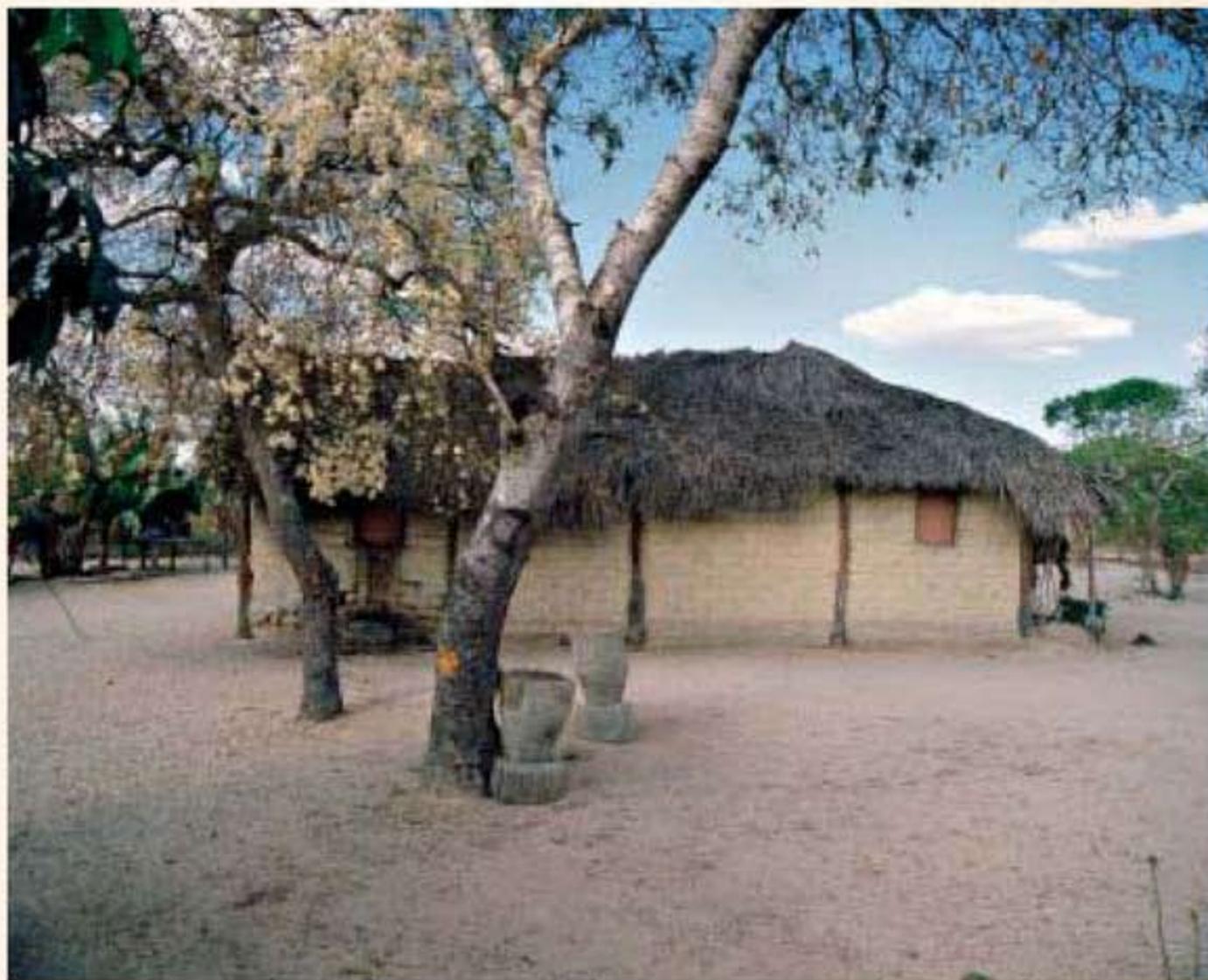


Vereda da Onça. Município de Morro da Garça.

“Ou no Meamão – depois dali tem uma terra quase azul. Que não que o céu: esse é céu-azul vivo, igual a um ovo de macuco. Ventos de não deixar formar orvalho... Um punhado quente de vento, passante entre duas palmas de palmeira...” (GSV)

Casa típica sertaneja. Local: Margem do rio Carinhanha.

"Creio e não creio. Tem coisa e cousa, e o ó da raposa... Dali para cá, o senhor vem começos do Carinhanha e do Piratinga, filho do Urucuia." (GSV)



Rio São Francisco. Ao passar pela fazenda Pedrões, município de Três Marias.

"O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia." (GSV)





Sombra do Buriti.

*Local: Rio Pardo,
Afluente do Rio São
Francisco.*

*"Nas lagoas aonde nem
um de asas pouso, por
causa da fome de jacaré e
da piranha serrafina. Ou
outra – lagoa que nem
abre o olho, de tanto
junco. Daí longe em
longe, os brejos vão
virando rios. Buritizal
vem com eles, buriti se
segue, segue." (GSV)*

*Sertão calcinado. Próximo ao povoado
de Ribeirão da Areia.*

*"Eu quase que nada sei. Mas desconfio de
muita coisa." (GSV)*



Diálogo com Guimarães Rosa

POR GÜNTER LORENZ

Trechos da entrevista
concedida a Günter Lorenz
em 1965, em Gênova *



Guimarães.

(...) Lorenz: (...) Gostaria de falar com você sobre o escritor Guimarães Rosa, o romancista, o mágico do idioma, baseando-nos em seus livros que fazem parte, penso eu, do tema "o homem do sertão".

Guimarães Rosa – Sim, acho que se quiséssemos dizer sobre estes três ou quatro pontos tudo o que temos de dizer, daqui a um ano ainda estaríamos conversando. E nem você nem eu temos tanto tempo. Suponho que esta enumeração das coisas que lhe

interessam a meu respeito não tem uma seqüência estrita...

Lorenz: Apenas uma seqüência improvisada, intercambiável.

Guimarães Rosa – Precisamente. E por isso gostaria que começássemos pelo que você mencionou como tema final. Chamou-me "o homem do sertão". Nada tenho em contrário, pois sou um sertanejo e acho maravilhoso que deduzisse isso lendo meus livros, porque significa que você os entendeu. Se você me chama de "o homem do sertão" (e eu realmente me considero como tal), e queremos conversar sobre esse homem, já estão tocados no fundo os outros

* In *Guimarães Rosa, Seleção de Textos* de Eduardo de Faria Coutinho, org., Civilização Brasileira/Pró-Memória-Instituto Nacional do Livro, 1983)

pontos. É que eu sou, antes de mais nada, este “homem do sertão”; e isto não é apenas uma afirmação biográfica, mas também – e nisto pelo menos acredito tão firmemente como você – que ele, esse “homem do sertão”, esta presente como ponto de partida mais do que qualquer coisa.

Lorenz: Fixemos este ponto de partida; e para encaminhar nossa conversa, queria propor-lhe um início convencional: biográfico, embora ele já não seja tão convencional, se minhas conclusões sobre o que disse há pouco estiverem certas. Nasceu no sertão, aquela estepe quase mística do interior de seu país, encarnada como um mito de consciência brasileira...

Guimarães Rosa – Sim, mas para sermos exatos, devo dizer-lhe que nasci em Cordisburgo, uma cidadezinha não muito interessante, mas para mim, sim, de muita importância. Além disso, em Minas Gerais. Sou mineiro. E isto, sim, é o importante, pois quando escrevo, sempre me sinto transportado para esse mundo. Cordisburgo. Não acha que soa como algo muito distante? Sabe também, que uma parte de minha família é, pelo sobrenome, de origem portuguesa, mas na realidade é um sobrenome sueco que na época das migrações era Guimaranes (1), nome que também designava a capital de um estado suevo na Lusitânia? Portanto, pela minha origem, estou voltado para o remoto, o estranho. Você certamente conhece a história dos suevos. Foi um povo que, como os celtas, emigrou para todos os lugares sem poder lançar raízes em nenhum. Este destino, que foi tão intensamente transmitido a Portugal, talvez tenha sido o culpado por meus antepassados se apegarem com tanto desespero àquele pedaço de terra que se chama o sertão. E eu também estou apegado a ele...

Lorenz: Você está se referindo a seu “caráter literário” que inclui-se no importante grupo de literatos brasileiros denominados regionalistas?

Guimarães Rosa – Sim e não. É necessário salientar pelo menos que entre nós o “regionalismo” tem um significado diferente do europeu, e por isso a referência que você fez a esse respeito em sua resenha de *Grande Sertão* é muito importante. Natural-

mente não gostaria que na Alemanha me considerassem um Heimatschriftsteller (2). Seria horrível, uma vez que é para você o que corresponderia ao conceito de “regionalista”. Ah, a dualidade das palavras! Naturalmente, não se deve supor que quase toda a literatura brasileira esteja orientada para o “regionalismo”, ou seja, para o sertão ou para a Bahia. Portanto, estou plenamente de acordo, quando você me situa como representante da literatura regionalista; e aqui começa o que eu já havia dito antes: é impossível separar minha biografia de minha obra. Veja, sou regionalista porque o pequeno mundo do sertão...

Lorenz: Pequeno talvez para o Brasil, não para os europeus...

Guimarães Rosa – Para a Europa, é sem dúvida um mundo muito grande, para nós, apenas um mundo pequeno medido segundo nossos conceitos geográficos. E este pequeno mundo do sertão, este mundo original e cheio de contrastes, é para mim o símbolo, diria mesmo modelo de meu universo. Assim, o Cordisburgo germânico, fundado por alemães, é o coração do meu império suevo-latino. Creio que esta genealogia haverá de lhe agradar.

Lorenz: O que importa é que, além disso, ela é exata. Mas voltemos à sua biografia...

Guimarães Rosa – Creio que minha biografia não é muito rica em acontecimentos. Uma vida completamente normal.

Lorenz: Acho que não é bem assim. Em sua vida você passou por sua série de etapas muito interessantes, até mesmo instrutivas. Estudou medicina e foi médico, participou de uma guerra civil, chegou a ser oficial, depois diplomata. Deve haver ainda outros fatos, pois estou apenas citando de memória.

Guimarães Rosa – Chegamos novamente ao ponto que indica o momento em que o homem e sua biografia resultam em algo completamente novo. Sim, fui médico, rebelde, soldado. Foram etapas importantes de minha vida e, a rigor, esta sucessão constitui um paradoxo. Como médico conheci o valor mis-

tico do sofrimento; como rebelde, o valor da consciência; como soldado, o valor da proximidade da morte...

Lorenz: Deve-se considerar isto como uma escala de valores?

Guimarães Rosa – Exato, é uma escala de valores.

Lorenz: E estes conhecimentos não constituíram, no fundo, a espinha dorsal de seu romance Grande Sertão?

Guimarães Rosa – E são. Mas devemos acrescentar alguns outros sobre os quais ainda temos de falar. Mas estas três experiências formaram até agora meu mundo interior; e, para que isto não pareça demasiadamente simples, queria acrescentar que também configuram meu mundo a diplomacia, o trato com cavalos, vacas, religiões e idiomas.

Lorenz: Parece uma sucessão e uma combinação um tanto quanto curiosas de motivos.

Guimarães Rosa – Bem, tudo isto é curioso, mas o que não é curioso na vida? Não devemos examinar a vida do mesmo modo que um colecionador de insetos contempla os seus escaravelhos.

(...) Lorenz: Atrevo-me a apostar que a maioria de seus leitores alemães, antes de ler seu livro, nem sequer sabia que o sertão existe. Provavelmente ainda o considera uma invenção sua.

Guimarães Rosa – Também acho. Recentemente, durante minha viagem à Alemanha, convenci-me disso. Um crítico que me foi apresentado como homem famoso – prefiro não dizer seu nome – felicitou-me por eu haver “inventado uma nova paisagem literária”, tão “magnífica”, assim entre aspas. Coisas semelhantes me aconteceram na Itália, na França e até na Espanha. Mas é preciso aceitar essas coisas, não se pode evitá-las. Quando escrevo, não posso estar constantemente acrescentando notas de rodapé para assinalar que se trata de realidade.

(...) Lorenz: E o seu Riobaldo? Acho que você ainda não acabou de caracterizá-lo.

Guimarães Rosa – Eu sei. Gostaria de acrescentar que Riobaldo é algo assim como Raskolnikov, mas um Raskolnikov sem culpa, e que, entretanto, deve expiá-la. Mas creio que Riobaldo também não é isso. Melhor, é apenas o Brasil.

(...) Lorenz: Novamente um paradoxo magnífico: “eu tento o impossível”. Entretanto, deveríamos ser ainda mais concretos. Temos essa questão do compromisso, que talvez pudéssemos utilizar nesse sentido. Como você definiria, por exemplo, sua concepção do dever de um autor, diferenciando-a de Astúrias ou, naturalmente, de Jorge Amado?

Guimarães Rosa – Gosto de Astúrias porque se parece tão pouco comigo. Este homem é um vulcão genial, uma exceção, segue suas próprias leis. Nós nos entendemos e nos admiramos, porque somos muito diferentes um do outro. Mas ele vive de um modo que gera perigo: ele pensa ideologicamente.

Lorenz: E Jorge Amado? Você não acha que este grandioso fabulista e amigo dos homens também pensa ideologicamente?

Guimarães Rosa – Sem dúvida, ele também é um ideólogo; mas sua ideologia me é mais simpática que Astúrias. Astúrias tem algo do distanciamento incorruptível de um sumo-sacerdote; sempre enuncia novos dez mandamentos. Isto é admirável, mas não encanta. As palavras de Astúrias são palavras de um pai, de um patriarca que emite sentenças no sentido do Antigo testamento. Amado é um sonhador, e sem dúvida alguma um ideólogo, mas adota a ideologia do conto de fadas com suas normas de justiça e expiação. Amado é um menino que ainda crê no Bem, na vitória do Bem; defende a ideologia menos ideológica e mais amável que já conheci. Astúrias é a poderosa voz do juízo final. Amado vai dando pinceladas a mais não poder, e certamente quer mandar ao diabo muitas coisas, mas o faz de forma tão encantadora que nos convence com maior razão. Astúrias se expressa com palavras de ferro.

(...) Lorenz: Ainda tenho uma última pergunta,

a cuja resposta dou muita importância. Não ria, vou lhe perguntar em que está trabalhando agora. Sei que isso não levaria a nada. Mas gostaria que me dissesse o que pensa do futuro da América Latina.

Guimarães Rosa – Realmente, pensei que você estava querendo me comprometer agora e depois me perguntar todo ano quando ficaria pronto o livro anunciado. Prefiro que não tenha sido assim. Sou um homem que viu muitas coisas no mundo, que entende muito de literatura mundial. Não quero pecar por presunção, mas comparando quantitativamente o que se escreve, por exemplo, na Europa, com o que se escreve entre nós, sinto-me um tanto orgulhoso. É claro que também entre nós se imprime muita coisa medíocre que nada tem a ver com literatura. Mas isso existe sempre e em toda parte. Entre nós, não só no Brasil e não só entre os escritores velhos e os de minha geração, há muitos que justificam as maiores esperanças e permitem que encaremos tranqüilamente o futuro. A América Latina se tornou no terreno literário e artístico, digamos em alemão, *Weltfähig* (“apta para o mundo”). O mundo terá de contar. Olhe, Lorenz, não seria tão errado reduzir todas as ciências a uma lei básica, como fizeram os escolásticos e cientistas medievais. Não, eu não quis evocar a teologia. Mas quero pintar um panorama que, no fundo, delinea todos os problemas intelectuais da atualidade. Olhe, o futuro da Europa e de toda humanidade é como uma equação com várias incógnitas. A Europa é pequena, mas seus habitantes são ativos e, além disso, têm a seu favor uma grande tradição. E, entretanto, os europeus não têm qualquer influência sobre essas incógnitas que determinam o futuro de seu continente. O “x” e o “y” desta equação decidirão o amanhã, tanto assim que quase já se pode dizer hoje. A América Latina talvez não seja a incógnita principal, o “x”, mas provavelmente será o “y”, uma incógnita secundária muito

importante. Pela matemática, sabe-se que uma equação não se resolve se uma segunda incógnita não for eliminada. Suponhamos agora que a América Latina seja a tal incógnita “y”. Com isso a Europa está em um ponto culminante para o seu futuro. E não estou falando apenas das necessidades e do potencial econômico de meu continente. Você sabe que nós, os latino-americanos, nos sentimos muito ligados à Europa. Para mim, Cordisburgo foi sempre uma Europa em miniatura. Amamos a Europa como, por exemplo, se ama uma avó. Por isso espero que a Europa reconheça a equação e leve em conta o “y”. Isso não lhe traria nenhum prejuízo. Por nós e conosco talvez a Europa tenha um futuro não só no campo econômico, não só no campo político, mas também como fator de poder espiritual. No final das contas, somos parentes espirituais: avó e netos. A Europa é um pedaço de nós; somos sua neta adulta e pensamos com preocupação no destino, na enfermidade de nossa avó. Se a Europa morresse, com ela morreria um pedaço de nós. Seria triste, se em vez de vivermos juntos, tivéssemos de dizer uma oração fúnebre pela Europa. Estou firmemente convencido, e por isso estou aqui falando com você, de que em 2000 a literatura mundial estará orientada para a América Latina; o papel que um dia desempenharam Berlim, Paris, Madri ou Roma, também Petersburgo ou Viena, será desempenhado por Rio, Bahia, Buenos Aires e México. O século do colonialismo terminou definitivamente. A América Latina inicia agora seu futuro. Acredito que será um futuro muito interessante, e espero que seja um futuro humano.

Notas

(1) Esta cidade do norte de Portugal atualmente se chama Guimarães. Situa-se na província do Minho, perto de Braga, antiga cidade real e de peregrinação.

(2) Citado em alemão por Guimarães Rosa.

Riobaldo, Zé Bebelo, Antonio Dó...
na formação da
bravura do povo
brasileiro

KERISON LOPES

Pessoas e seus episódios de vida ficaram marcados na memória do sertão e foram imortalizados pelo romance rosiano

“Eu queria decifrar as coisas que são importantes. E estou contando não é uma vida de sertanejo, seja se for jagunço, mas a matéria vertente”. (GSV)

Há meio século, o mundo era encantado pela força da epopéia criada por João Guimarães Rosa em *Grande Sertão: Veredas*. Romance de cavalaria, de amor proibido, de pacto com o diabo, de história do sertão, cada um pode ser atraído por um dos diversos caminhos deste livro labirinto. Em uma destas trilhas, são ilustradas as relações sociais e de poder materializadas ao longo dos primeiros 50 anos da República Velha, centrado em alguns temas como os fenômenos do coronelismo e da jagunçagem.

Para povoar suas páginas, personagens e fatos históricos da região do São Francisco mineiro e seus afluentes

foram intensamente explorados, prática sempre utilizada pelo escritor de Cordisburgo no seu processo de criação, “meus romances são na realidade contos nos quais se unem a ficção poética e a realidade”.

O mundo de Riobaldo Tatarana, personagem principal da trama, e de seu bando, revela a beleza natural do cerrado sertanejo com a bruteza de seus jagunços embrenhados em viver guerreando. Para desvendar e transpor aquele pedaço de chão e sua gente, Guimarães Rosa se aproveitou da sua vivência como homem sertanejo e buscou elementos em uma profunda pesquisa de campo, documentada nas famosas cadernetas de anotações que colheu nas incursões com cavaleiros e vaqueiros pelo sertão.

Pelas lembranças do velho Riobaldo, que conta sua estória ao “Doutor” ouvinte, conhecemos a realidade vivida por brasileiros encravados nos Gerais das

Minas, uma região dominada pela violência de jagunços que foram imortalizados pela história oral de seus contadores. Através da estória destes sertanejos mineiros pode-se ter uma idéia de como Guimarães Rosa entendia a formação do povo brasileiro.

Seria a forma literária de entender a constituição da nossa nação, um "romance de formação", como chamou o professor Willi Bolle, em seu *grandesertão.br*. Para Bolle, o clássico rosiano contribuiu para abrir novas perspectivas para a interpretação do país, assim como outros intérpretes como Darci Ribeiro, Sérgio Buarque de Holanda, Euclides da Cunha, Caio Prado Jr, Gilberto Freire.

No tempo e no espaço

Abordar o romance de Rosa de uma perspectiva histórica sempre é dificultado em função de o narrador dissimular, ou sonegar, ao leitor o dado histórico direto, em particular a data dos acontecimentos narrados. Não é apresentada indicação clara sobre o tempo em que teriam se passado. Na guerra dos jagunços pelos sertões de Minas, Bahia e Goiás, o leitor é embriagado pelos feitos heróicos e sentimentais da narração do protagonista e quase sempre termina a primeira leitura sem levantar tal indagação. Porém, numa visão mais atenta, podemos encontrar algumas pistas que fazem a localização dos fatos encontrar seu lugar em seu devido período. Guimarães Rosa deixou algumas indicações camufladas no texto, com datas e referências que possibilitam nosso encontro.

A travessia em busca da estória dentro da história, ou do seu contrário, passa por alguns episódios narrados por Riobaldo e tem seu lugar no tempo e no espaço. Casos como a passagem da Coluna Prestes pela região que serviu de cenário das aventuras dos jagunços de Rosa. "*Os revoltosos passaram por aqui, soldados de Prestes, vinham de Goiás, reclamavam posse de todos os animais de sela. Sei que deram fogo, na barra do Urucuaia, em São Romão, aonde aportou um vapor do governo, cheio de tropas da Bahia*". (GSV: 115).

Para o antropólogo Saul Martins, o episódio descrito por Riobaldo foi muito importante e marcou a memória da região dos Gerais. "Todos que viveram este período se lembram. A Coluna Prestes é uma citação obrigatória e Guimarães Rosa a utilizou porque faz parte da história do Sertão". Realmente, como

contou o jagunço, os revoltosos entraram em Minas Gerais vindos de Goiás (local que serviu de cenário do romance), onde realizaram grande batalha na cidade de Anápolis, incendiando vários caminhões do Exército. Sua entrada se deu exatamente em agosto de 1925. Uma parte da Coluna chegou a entrar na cidade de São Romão, mas recuou tendo encontrado uma tropa de soldados legalistas. Os revoltosos voltaram para seu Quartel General montado à margem esquerda do Rio Urucuaia.

Duas balizas facilitam a localização do romance em um período histórico. Começando na decadência do Império e alcançando o período próximo à passagem da Coluna Prestes na região. Nesse intervalo, Riobaldo faz uma série de referências à República, à República Velha e ao Segundo Reinado, descrevendo episódios e personagens históricos que reforçam a hipótese da localização sugerida.

Para falar do final do Império, Guimarães Rosa utiliza a menção do "*batistério*", um documento de batismo de Diadorim, encontrado por Riobaldo no final do romance e que apresenta a data assim descrita: "*Lá registrada, assim. Em um 11 de setembro da era de 1800 e tantos*" (GSV: 620). Desta forma, podemos identificar um marco inicial para o desenrolar da estória. Período que pode ser identificado também no momento em que o bando de jagunços cruza com alguns velhos que lhes fala do recente período do império.

Outra referência histórica pode ser observada na visita de Riobaldo à casa do comerciante Assis Wababa, em que o alemão Vupes dá a notícia de que "*em breves tempos os trilhos do trem-de-ferro se armavam de chegar até lá, o Currálinho então se destinava ser lugar comercial de todo valor*" (GSV: 140). A chegada da estação na cidade de Corinto, sede de Currálinho, foi em 20 de março de 1906, quando foi inaugurada a estação da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Personagens rosianos

A região do São Francisco mineiro "*e seus pertos*" cultivou muitos heróis que perpetuaram suas estórias através da cultura oral. Guimarães Rosa bebeu nesta rica fonte para povoar a de Riobaldo, incluindo feitos de figuras como Andalécio, Horácio de Matos, Maria da Cruz, João Duque, João Brandão, Liobas e, evidentemente, Antônio Dó, o principal nome do cangaço

mineiro, odiado pelas autoridades policiais e adorado pelos ribeirinhos, ou como bem expressou Riobaldo:

“severo bandido. Mas por metade; grande maior metade que seja” (GSV:52).

Trata-se do mais importante “bandoleiro”, como era tratado, de Minas Gerais, expandindo seu poderio justamente na região por onde passam as estórias do *Grande Sertão: Veredas*. Comandou aquelas terras sertanejas por duas décadas e mobilizou em seu combate os maiores contingentes militares até então. Apesar das várias investidas, nunca conseguiram pôr as mãos no perseguido. Pelo contrário, centenas de soldados e oficiais foram assassinadas pelo temido bando de Antônio Dó.

Esta é a personagem real mais citada por Guimarães Rosa no *Grande Sertão: Veredas*. Exatas cinco vezes, às páginas 16, 18, 66, 128, 129. Além disso, foi também lembrado pelo escritor em quase todos os seus livros. Em *Sagarana*, ele o cita no conto “A hora e a vez de Augusto Matraga”, em *Tutaméla*, em “Barra da Vaca”. A importância de Antônio Dó para a composição do romance pode ser medida não só pelas referências ao seu nome, mas também por figuras que cruzaram seu caminho e são citados também no livro, como Andalécio, Marcelino (Pampa), Dr. Cantuária. Entre as vezes em que é citado na saga de Riobaldo, o maior destaque é dado a uma passagem histórica em que Antônio Dó invadiu com seu bando a cidade de São Francisco.

As características do seu tipo de cangaço – chamado por Riobaldo de *“bandido pela metade”* – talvez tenham inspirado muito o próprio narrador, que teve contato com o jagunço: *“Antônio Dó eu conheci, certa vez na Vargem Bonita, tinha uma feirinha lá, ele se chegou, com uns seus cabras, formavam grupos calados, arredados”*.

Guimarães Rosa faz uma descrição fiel de como foram seus principais feitos, como a passagem histórica em que Antônio Dó invadiu com seu bando a cidade de São Francisco.

Dó gozou de uma liberdade conquistada no poder de sua força e virou juiz de paz no sertão. Não sem merecimento, até hoje é chamado por aqueles lados de o “Rei do sertão”. Pode-se dizer que Antônio Dó mantém-se vivo na história graças muito mais à tradição oral do que à chamada historiografia oficial. Considerando ter sido ele o mais perseguido homem pelas forças oficiais das Minas Gerais e ter sido vito-

rioso em todas as batalhas sua importância é pouco reconhecida. Mas não por seu povo.

Outro que fez fama na violenta cidade de São Francisco do início do século passado foi o jagunço Andalécio, a quem Riobaldo demonstra apreço. *“Andalécio foi meu bom amigo. Ah, tempo de jagunço tinha mesmo de acabar, cidade acaba com o sertão. Acaba?”* (GSV:183). Guimarães Rosa faz um trocadilho quando cita o nome do jagunço, ao que parece propositalmente. Chamava-se Andalécio Gonçalves Pereira e era conhecido como Indaleste. No romance, Rosa afirma o contrário: *“Andalécio – o que de nome real: Indalécio Gomes Pereira”* (GSV: 182).

Segundo Saul Martins, Andalécio era muito temido e respeitado por sua valentia em toda a região em torno da cidade de São Francisco. Viveu no início do século passado. Era casado com a filha do major Anacleto José dos Santos, muito influente na região, o que lhe trazia laços estreitos com as forças policiais. Na grande caçada praticada por estas forças para pegar o bandoleiro Antônio Dó, sempre serviu de força auxiliar às milícias, como na responsabilidade que teve em guiar oitenta milicianos comandados pelo temido Alferes Felão.

Após atuar anos como aliado das forças policiais, se desentendeu com o major Alcides Amaral, um oficial enviado para a cidade de São Francisco, e outro personagem transportado para as páginas do livro por Guimarães Rosa. Nos primeiros dias no seu trabalho, Amaral decretou a prisão de Andalécio.

Na delegacia, o tratamento foi dos piores, o que acarretou em uma grande vingança, como nos informa Riobaldo: *“A ver, por vingar, porque antes o major Alcides do Amaral tinha prendido o Andalécio, cortado os bigodes dele... Mas, nestes derradeiros anos, quando Andalécio e Antônio Dó forcejaram de entrar lá, quase com homens mil e meio mil, a cavalo, o povo de São Francisco soube, se reuniram, e deram fogo de defesa”* (GSV: 182).

Realmente, depois de sofrer com suas perseguições, Antônio Dó concordou em contribuir na vingança de Andalécio e invadiram a cidade. Porém, tudo não passava de uma emboscada arquitetada pelo Rei das Gerais. Dó retirou seus homens e deixou o bando do suposto aliado ser derrotado e o Andalécio capturado e morto.

Outro sertanejo citado na trama é Horácio de Mattos, o coronel mais famoso da Chapada Diamantina, na Bahia. Horácio comandou a região por anos, servindo

com seus homens e bandos aliados ao governo de Arthur Bernardes contra a coluna Prestes e na revolução de 1930 ao lado do líder nacionalista Getúlio Vargas.

Maria da Cruz e seu filho Pedro Cardoso também foram lembrados, citados como parentes de um dos principais jagunços da estória, Titão Passos, que seria, como Diadorim revela, bisneto de Pedro Cardoso que, por sua vez, foi realmente filho de Maria da Cruz. Esta última foi uma das mais importantes personalidades daquela região. Liderou uma grande rebelião popular para a tomada do poder e chegou a mobilizar milhares de revoltosos que com muito custo foram derrotados pelas forças oficiais das Minas setencistas. Foi a inconfidência mineira feita em armas pelo povo sertanejo, liderado por fazendeiros da região do São Francisco.

O Coronel João Duque é citado por Riobaldo como o homem forte da região do Carinhonha, posto realmente alcançado pelo sertanejo, na divisa de Minas e Bahia. A cidade tem este nome em função do rio que é o marco da divisão territorial entre os dois estados. O líder regional assumiu esta condição em 1919. Conviveu intensamente com duas outras personagens do romance roseano: Rotílio Manduca e Antônio Dó. Quanto ao primeiro estava constantemente em disputas acirradas e que levavam a combates entre seus bandos. Em relação a Antônio Dó era como se fosse um protetor que gozava da força do bando e da fama do jagunço. Dó esteve pelas terras do fazendeiro morando por dois ou três anos, onde assentou garimpo de pedras preciosas em um afluente do Rio Urucuia. O bandoleiro tentou se estabelecer pelo local, que vinha lhe dando muita rentabilidade. E os Moreira, centenários em Caririnha, viram a ascensão de outro coronel ligado a Franklin, João Duque.

João Brandão curiosamente é uma personagem citada por Guimarães Rosa e também por Euclides da Cunha no livro *Os Sertões*. O repórter do *Estado de São Paulo* o chama de "um quadrilheiro desempenado", que "destroçava escoltas" e embrenhava-se no alto sertão do São Francisco, levando cargueiros carregados de armas, principalmente de espingardas, para serem utilizadas pelos seguidores de Antônio Conselheiro na guerra de Canudos.

"Vêm quietos no escuro"

Outros personagens de Guimarães Rosa que rechearam o romance são uma mistura do ficcional com

o real. Entre outros, Zé Bebelo, Compadre Meu Quelemém e Diadorim teriam existido, mas com outros nomes e pequenas diferenças. Através de algumas pistas deixadas por Rosa, podemos identificá-los ou, pelo menos, apontar algumas semelhanças com figuras que existiram nos Gerais, apenas "desconfiar", pois "sertão o senhor sabe, tudo certo, tudo incerto" (GSV: 354).

Apesar de camuflar seu nome, Zé Bebelo pode ser relacionado com o temido Rotílio Manduca. A personagem traz consigo um conjunto de significados que vai muito além do apresentado em primeira vista. Segundo pesquisas realizadas por antigos moradores da região e de estudiosos do folclore mineiro, todas as evidências deixadas por Guimarães Rosa comprovam que Zé Bebelo "não passa de um codinome de Rotílio Manduca, ou que Zé Bebelo é a encarnação de Rotílio Manduca", como afirma Levínio Castilho. Com seus 85 anos, Castilho começou suas pesquisas quando adquiriu a fazenda Baluarte, que pertenceu a Rotílio Manduca, como o próprio Riobaldo conta no romance: "*Dele sozinho, o que se diz; uma duzentas mortes! Conheceu, o senhor, no barranco do São Francisco o Coronel Rotílio Manduca - em sua Fazenda Baluarte!*" (GSV: 145).

O começo da trajetória de Riobaldo pelo mundo da jagunçagem se dá pelos braços de Zé Bebelo, seu chefe jagunço, que após ser alfabetizado pelo protagonista do romance, sai pelo Norte como "seu secretário" em sua campanha política baseada em muitos discursos e combate aos bandos armados.

José Rebelo Adro Antunes (mera coincidência com o nome do também deputado sertanejo José Aldo Rebelo), segundo Riobaldo, teria nascido na "*bondosa Vila Mateira do Carmo da Confusão*" (GSV: 122). Era um misto de político e cangaceiro, sempre prodigioso em projetos: "*deputado fosse, então reluzia perfeito o Norte, botando pontes, baseando fábricas, remediando a saúde de todos, preenchedo a pobreza, estreando mil escolas. O que imponho é se educar e socorrer as infâncias deste sertão!*" (GSV: 223).

A inspiração para criação de Zé Bebelo teria vindo de Rotílio Manduca, que nasceu em 1885, em Remanso na Bahia, cidade tomada pelas águas da represa de Sobradinho. A fama e a valentia de Rotílio começou a virar notícia pelo sertão, desde quando, ainda adolescente, baleou o próprio pai, após a família sofrer a humilhação do abandono do progenitor. Para o editor da *Revista da Universidade de São Paulo*, Marco Antonio

Coelho, “é um dos mais valentes jagunços de que se teve notícia; hábil no uso do punhal, da faca e do trabuco. Tinha como objetivo limpar o sertão dos jagunços usando suas próprias artimanhas”. Ainda segundo Coelho, Rotílio Manduca tinha uma outra “vida”, tão interessante quanto a já descrita. “Despia seu gibão de couro de sertanejo e envergava ternos de linho da alta sociedade carioca, a fim de circular livremente no Rio de Janeiro e Belo Horizonte”.

Estas características do jagunço são também ressaltadas por Saul Martins. Segundo o antropólogo, Manduca tinha duas faces distintas. Por um lado, amava as artes, as letras, era elegante na cidade, lia os clássicos, fazia versos, freqüentava rodas de intelectuais em que fazia parte Manuel Bandeira. Por outro, continua Martins, Manduca estava no Rotílio do sertão bravo, onde imperavam desmandos, a prepotência e o crime.

As evidências apontam para uma utilização de Guimarães Rosa de Rotílio Manduca para constituição do personagem Zé Bebelo. A história deste sertanejo pode ter contribuído também para a composição de uma das maiores personagens da literatura brasileira, Diadorim, *Maria Deodorina Bittencourt Marins Ramiro*. Para Saul Martins, esta também saiu da realidade para as páginas do livro. Segundo ele, documentos e relatos de pessoas da época comprovam que existiu um caso semelhante de mulher disfarçada de jagunço nos Gerais. Diadorim seria uma personagem tirada da história de Rotílio Manduca, que

“tinha uma mulher sempre ao seu lado dormindo todos os dias na sua barraca, porém com um disfarce que a deixava como um macho”.

O historiador Geraldo Tito Silveira confirma a inusitada existência: “Rotílio, querendo imitar o Marechal André Massena, um dos maiores cabos de guerra dos exércitos napoleônicos, andava também com uma bela amásia, uma cabocla de pele requeimada, vestida como homem em um uniforme de campanha, ocupando no seu ‘estado maior’ o lugar de ajudante de ordens!”.

Percorrendo os caminhos de Riobaldo Tatarana, em seus passos ou seguindo suas estórias, encontramos uma cesta de relatos e de sertanejos heróicos que Guimarães Rosa pôde recolher e transportar para seus livros. Em *Grande Sertão: Veredas*, comprovadamente, ele usou e abusou. Pessoas e seus episódios de vida que ficaram marcados na memória do sertão foram imortalizados pelo romance rosiano. A encarnação efetiva do sistema jagunço é o grande personagem coletivo que constitui o pano de fundo do livro.

Na encruzilhada descrita por Riobaldo se dispõe, assim, um novo pacto: entre o real e o ficcional, estipulado pelo gênio Guimarães Rosa. Aqui foram indicadas algumas pistas para a travessia proporcionada pela leitura de *Grande Sertão: Veredas*. E para celebrar os 50 anos da obra, só fazendo cada um a sua travessia.

Kerison Lopes é jornalista (kerisonlopes@hotmail.com).

Referências

- BOLLE, Willi. *grandesertão.br – O romance de formação do Brasil*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2004.
- CASTILHO, Levínio. “No rastro de um personagem de Guimarães Rosa”. In: *Revista da Academia Mineira de Letras*, vol. 33. Belo Horizonte, 2004.
- COELHO, M. A. T. “As diversas vidas de Zé Bebelo”. In: *Revista Estudos Avançados*. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da USP, 2003.
- CUNHA, Euclides. *Os Sertões*. São Paulo: Publifolha, 1999.
- MARTINS, Saul. *Antônio Dó*. Belo Horizonte: SESCOMG, 1997.
- Entrevista realizada em setembro de 2005.
- SILVEIRA, G. T. “O Padre Velho”. In: BRASIL, H. O. *De Contendas a Brasília de Minas*. Texto datilografado. Sem data.
- ROSA, G. *Ficção Completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.
- ROSA, Guimarães. *Grande Sertão: Veredas – 19ª ed.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

As incertezas contemporâneas de Riobaldo

Jô Moraes

Foi também a partir da sua própria verdade que ele encontra a energia para trilhar novos caminhos

Visitar as *Veredas* de Guimarães Rosa, no ciclo histórico que lhe sucedeu, não carece de razão de estudo. Pode ser só a vontade de pegar um caminho para entender o conflito humano presente, ou até mesmo uma saída terapêutica para conviver com ele.

Em licença literária, se é que se pode assim chamar o exercício de revisitar as incertezas de Riobaldo, vale a pena prosear com esse personagem tão brasileiro. O fato é que o espírito do tempo não apagou os traços mais fundos do “homem humano” e de sua travessia, tão fartamente listados em *Grande Sertão*.

As incertezas de hoje, as razões da vida e do que cerca o mundo continuam sendo o desafio de todos e de cada um, mesmo em meio às seguras veredas feitas de concreto.

O que falta mesmo é a vontade e a coragem de as pessoas viverem se perguntando para se encontrarem, como fazia Riobaldo – o personagem mais contemporâneo no rumo da sabedoria.

“O que é que tu acha do que acha, Alaripe?”, pergunta Riobaldo. E esclarece o sentido da inquietação ante a resposta desorientada do companheiro: “– que não isso; que da vida, vagada em si, no resumo?” (432). (*)

Na angustiante narrativa de seu viver, Riobaldo trilha uma caminhada permanente para descobrir sua verdade, o que levou o Compadre Quelemem a reprovar suas incertezas. Narra seu tempo de desorientação: “De primeiro, eu fazia e mexia, e pensar não pensava. Não possuía os prazos” (11). Aponta a mudança no seu jeito de viver: “Mas agora, feita a folga que me vem... me inventei nesse gosto de especular idéia” (11). E é desse seu primeiro prazo de pensar que ele conclui: “Viver é negócio muito perigoso...” (11).

Impregnado das marcas religiosas de então, tenta explicações além delas povoando seus momentos

com indagações: “É e não é. O senhor ache e não ache. Tudo é e não é” (12).

Durante todo o tempo de sua narrativa, Riobaldo se permitiu o registro de suas incertezas. Mesmo no auge da preparação de um conflito com Hermógenes, seu grande desafeto, em momento de descanso das tropas, assume seu estado: “eu sem segurança nenhuma, só as dúvidas e nem soubesse o que tinha de fazer” (431).

O conflito que o sentimento por Diadorim despertava em Riobaldo e a ausência de explicações no terreno religioso, que amenizassem seu sofrimento, mantinham acesa a procura da sua verdade: “Não podendo entender a razão da vida, é só assim que se pode ser ver o bom jagunço...” (432).

É a descoberta da identidade de Diadorim, após sua morte, o caminho para que ele encontre sua verdade e todo o sofrimento que ela lhe produz. “Foi assim. Eu tinha me debruçado na janela para poder não presenciar o mundo” (454).

Assume na sua plenitude a consciência do acontecido: “A vida da gente nunca tem termo real”. E é a verdade que desconstrói o seu poder: “Desapoderei”, entrando em profunda inconsciência marcada por um quadro febril que leva longos dias.

Mas é também a partir da sua verdade que ele encontra a energia para trilhar novos caminhos. “Era feito eu me esperasse debaixo de uma árvore tão fresca” (...) “A primeira coisa que eu queria ver, e que me deu prazer, foi a marca dos tempos, numa folhinha de parede”.

Jô Moraes é deputada estadual pelo PCdoB/MG.

(*) Referências: ROSA, João Guimarães. *Grande Sertão: Veredas*. José Olympio: Rio de Janeiro, 9ª ed., 1974.

A resistência do mundo árabe é parte da luta antiimperialista

JOSÉ REINALDO CARVALHO

As guerras preventivas de Bush, sendo a guerra de Israel no Líbano mais uma delas, mostram quão distante está o mundo dos justos critérios para organizar a ordem internacional

No momento em que redigimos estas notas – 28 dias depois do início dos bombardeios israelenses sobre o Líbano – o Conselho de Segurança da ONU ainda não deliberou sobre um documento capaz de produzir o único, razoável e aceitável efeito esperado de algo que seja digno de ostentar o título de resolução desse organismo ao qual a comunidade internacional atribui a responsabilidade de atuar como guardião da paz e promotor da harmonia entre as nações. A única resolução aceitável, no caso do Líbano, para efeito de promover a paz é a cessação dos bombardeios e de quaisquer operações militares israe-

lenses em território libanês, ou o que se convencionou chamar de cessar-fogo imediato.

É sempre positivo que países influentes no concerto internacional e detentores do poder de veto no Conselho de Segurança tomem a iniciativa e impeçam que os Estados Unidos decidam sozinhos sobre o curso dos acontecimentos. Igualmente importante, contudo, é não permitir que os organismos internacionais e a ONU, *a fortiori*, sejam instrumentalizados e obrigados a deliberar mediante uma pressão chantagista. Israel e os Estados Unidos condicionam o cessar-fogo à manutenção de sua presença como força de ocupação no Líbano e à liquidação física e logística do Hezbolá (do árabe Hizb Allah – Partido de Deus). É digno de

asco o cinismo com que as autoridades da diplomacia norte-americana entravam as negociações, impedindo a rápida decisão sobre o cessar-fogo, para permitir o tempo necessário a Israel a fim de completar seu desígnio através do holocausto da população libanesa. Somente então, cumpridas as condições impostas por Israel e os Estados Unidos, o "processo de paz" ingressaria numa nova etapa, através do envio de uma "força multinacional", sobre cuja composição e patrocínio há muitas controvérsias.

Enquanto isso, a aviação israelense continua a bombardear intensamente o Líbano, a capital Beirute e seus arredores. Em quatro semanas de uma guerra desigual, os facínoras israelenses fizeram uma razia. O Líbano encontra-se em chamas e sob destroços – mais de mil mortos, população civil massacrada, infra-estrutura destruída, êxodo de cerca de 1 milhão de pessoas e prejuízos da ordem de 2 bilhões de dólares à economia do país. O massacre de Cana, em 30 de julho, ficará para sempre na história como uma ata de acusação aos sionistas, sucessores dos fascistas, como crime de lesa-humanidade pelo qual inapelavelmente um dia, ainda que tardio, terão de pagar, como ato de justiça em nome da dignidade do gênero humano, da razão e da excelência dos valores democráticos.

Uma avaliação realista nos leva a duvidar da eficácia e da justiça dos entendimentos realizados entre os Estados Unidos e a França em 5 de agosto, base para uma eventual resolução do Conselho de Segurança sobre o "fim do conflito". Na verdade, da maneira que as coisas estão sendo conduzidas, e dada a intransigência dos Estados Unidos e Israel em impor cláusulas que assegurem seus interesses expansionistas, somos levados a crer exatamente no oposto. Ao não enfrentar, sequer perfunctoriamente, as verdadeiras motivações que levaram Israel a atacar o Líbano em 12 de julho, corre-se o risco de confundir agressor e vítima, dar ainda mais força a Israel e atuar no sentido de agravar os fatores de crise e de guerra, não apenas no Líbano, que é tão somente o cenário atual, mas em toda a região (cenário permanente), ou pelo menos numa parte significativa desta, num arco que abrange Palestina, Síria e Irã.

Não foi o incidente fronteiriço em que forças da Resistência nacional libanesa, nomeadamente o Hesbolá, atacaram uma guarnição inimiga o que provocou a fúria de Israel. Nem é, portanto, a reação israe-

lense algo "desmedido" e "desproporcional", mas "justificável", como pretendem a mídia estipendiária e os governos acovardados. Igualmente, não foi outro fato semelhante protagonizado por forças da Resistência palestina duas semanas antes o que levou o Exército israelense a atacar Gaza e a desencadear atos de terrorismo de Estado contra o governo legitimamente constituído da Autoridade Nacional Palestina. Esses incidentes apenas apressaram algo já metodicamente planejado e preparado.

A atual escalada belicista de Israel é a decorrência de uma estratégia conscientemente elaborada pelos Estados maiores imperialista e sionista. A existência e a atividade de Israel como Estado expansionista e cabeça de ponte do imperialismo norte-americano na região choca-se objetivamente com as aspirações nacionais dos povos árabes e o palestino. A opção de Israel e dos Estados Unidos pela violência decorre da concepção de que Israel só estará em plena segurança se destruir a Resistência nacional árabe e palestina e eliminar os países considerados rivais na região –, hoje Síria e Irã, como foi até recentemente o Iraque de Saddam Hussein. Assim, a guerra no Líbano é parte de um conjunto de ações que abrangem a anexação do território palestino; o impedimento da autodeterminação palestina, que só existirá com a criação de um Estado soberano sobre um território íntegro; o desmantelamento do Líbano e a instalação de um enclave militar no território desse país; além da confrontação com a Síria e o Irã, adversários desses planos expansionistas e, portanto, considerados inimigos fideis dos sionistas.

Por sua vez, os Estados Unidos, que usam Israel como seu instrumento, encontram-se empenhados na execução do plano de "reestruturação" do Oriente Médio, prioridade do segundo mandato de Bush, no qual a diplomacia é o que menos conta, como não contava quando eles decidiram atacar o Iraque em 2003, a despeito da oposição do Conselho de Segurança e de constituir uma evidente violação de todas as normas do direito internacional. Do mesmo modo como naquela ocasião, Bush e seus operadores de política externa consideraram a ONU "irrelevante", Condoleeza Rice declarou, numa coletiva à imprensa em 21 de julho, o que em outras épocas um condutor de política externa provido de algum pudor silenciaria, por se tratar de algo inconfessável. "Não vejo – disse a secretária de Estado do

segundo governo Bush – qualquer interesse na diplomacia se for para voltar ao *status quo* anterior entre Israel e o Líbano. Penso que isso seria um erro. O que nós estamos presenciando de certa forma é um começo, são as dores do parto de um novo Oriente Médio e, seja o que for que façamos, devemos estar certos de que avançaremos para o novo Oriente Médio e não voltaremos ao antigo”. Entendamos o que disse a senhorita secretária de Estado. Os Estados Unidos não aceitam que o Líbano permaneça livre da ocupação israelense, que durou 18 anos, de 1982 a maio de 2000, quando as tropas sionistas foram escorraçadas do país pelo Hezbolá, que desde então se credenciou e se engrandeceu aos olhos do povo libanês não como organização “terrorista” ou “fundamentalista”, “a serviço do Irã”, mas como força de libertação nacional. “O Hezbolá goza de grande prestígio no Líbano porque libertou nosso país. Em todo o mundo árabe você escuta ‘o Hezbolá preserva a honra árabe, e apesar de ser muito pequeno enfrenta Israel’. E é claro que Nasrallah (secretário-geral da organização) tem o meu respeito”, disse o presidente libanês Emile Lahoud, em entrevista publicada no jornal alemão *Der Spiegel* – reproduzida no Brasil pelo sítio de internet UOL em 26 de julho. A secretária de Bush não aceita também que o Hamas, outro movimento de Resistência nacional, indexado como “organização terrorista”, tenha vencido as eleições na Palestina, como não aceita que depois da tentativa do imperialismo norte-americano de dividir o Líbano, estimulando a chamada “Revolução do Cedro” em 2004, o Hezbolá tenha conquistado quase um terço das cadeiras do Parlamento nacional e tomado parte do governo do país, o que dissipou o perigo de uma guerra civil. O governo estadunidense não aceita que sua secretária tenha sido instada pelo primeiro-ministro libanês, Fouad Siniora, a cancelar a viagem ao Líbano quando ocorreu o massacre em Cana e que tenha dito que não negociaria enquanto não se declarasse o cessar-fogo. Ou que esse mesmo governante que os Estados Unidos supunham poder manipular indefinidamente tenha, também ele, agradecido de público ao Hezbolá “pelo sacrifício feito em nome do país”. A isso é que a secretária chama de “volta ao *status quo*”. E a isso é que os EUA declaram guerra, mancomunados com seus sicários israelenses.

Tudo está a indicar que o novo Oriente Médio de Bush e Olmert, e todos os herdeiros de Sharon, depende mais da repetição dos crimes da aviação israelense

do que dos acertos entre Douste-Blazy e John Bolton. Para além da retórica, estão as manobras estadunidenses e israelenses protelatórias do cessar-fogo. No mundo unilateral e convulsionado pelas guerras preventivas de Bush, as únicas ações consideradas válidas na atual crise do Oriente Médio são a ocupação unilateral dos territórios palestinos; a construção do muro; a divisão da Palestina em três bantustões e a redução do seu território à décima parte; o desrespeito sistemático a anteriores resoluções da ONU; a nova (atual) invasão do Líbano; a destruição desse país; a nova invasão de Gaza; e as ameaças abertas de confrontação com a Síria e o Irã. Tem sido assim também no Afeganistão e no Iraque, que não são guerras passadas, mas conflitos em curso, em pleno desenvolvimento. No Iraque sucedem-se os massacres. Falluja e Hadhita são fatos da atualidade a mostrar que o novo Oriente Médio de Bush não será fruto de um entendimento para a paz, mas de uma carnificina.

Entretanto, mirando a perspectiva e tendo em conta as forças em confronto, algo nos diz que não existirá o novo Oriente Médio concebido pelo imperialismo norte-americano. E que do holocausto provocado por ele em conluio com seus aliados de Israel, poderão resultar vários cenários, difíceis de prever pela dureza dos confrontos que inevitavelmente se produzirão. Uma coisa é certa, porém. Da carnificina com que Bush empesta o ambiente no limiar do século XXI não surgirá a paz, nem a estabilidade.

No Oriente Médio não cabe outra solução duradoura que não passe por uma resolução abrangente e justa para o conflito árabe-israelense, que não se restringe ao Líbano. O ponto de partida terá de ser a decisão sobre a questão palestina, com a retirada de Israel de todos os territórios ocupados, a criação do Estado nacional palestino e o respeito à soberania de todos os países da região, o que pressupõe a convivência com a Síria e o Irã, tal como estes são.

A convicção de que o novo Oriente Médio do imperialismo norte-americano é uma miragem difunde-se cada vez mais não só nos países da região, mas entre as forças que em todo o mundo e mesmo nos Estados Unidos são solidárias com a Resistência árabe-palestina. É um espectro assustador a tirar o sono dos senhores da Guerra que habitam a Casa Branca e operam desde o Pentágono. É cada vez mais improvável um Oriente Médio dócil e submisso aos ditames do impe-

rialismo estadunidense e de Israel. A derrota dos planos israelenses e norte-americanos quanto ao futuro do Oriente Médio está sendo desenhada também no terreno político. A atual guerra israelense no Líbano é o mais duradouro conflito entre os agressores sionistas e a Resistência árabe. E que diferença para 1967, quando Israel se impôs numa guerra de seis dias! Um mês depois de iniciado o atual conflito, não há perspectiva para Israel de silenciar e deter os *Katiusha*. Em 5 de agosto, ocorreram as primeiras batalhas terrestres entre o exército invasor e as forças da Resistência. É indifereçável o sentimento de derrota em Israel e, inversamente, em meio ao horror semeado pelos bombardeios israelenses, é também patente um sentimento de orgulho nacional no Líbano por estar conseguindo levar adiante a resistência, pois nunca nenhuma força militar árabe agüentou por tanto tempo um ataque de Israel, que possui o mais poderoso exército da região. As conseqüências políticas são óbvias e inevitáveis. O Líbano, que há um ano estava à beira de uma guerra civil fomentada pelos EUA e Israel que instrumentalizam determinadas forças políticas internas, hoje em meio à guerra esforça-se pela unidade de seu povo, como fator político decisivo para o enfrentamento do agressor externo. Não é difícil prever que o mesmo sentimento de orgulho nacional e de ser possível resistir se espalhe a outros rincões do mundo árabe.

O mito da invencibilidade norte-americana também se esboroa no Iraque. Na semana seguinte ao massacre de Cana, generais estadunidenses e seus pró-cônsules no Iraque foram obrigados a admitir que o país se encontrava à beira da guerra civil. Três anos depois da ocupação, está longe, muito longe o momento em que os Estados Unidos poderão dizer que afinal "democratizaram", "reestruturaram" e submeteram o Iraque. Tal é a sensação do fracasso que se debate abertamente nos círculos políticos dos EUA e mesmo às escondidas, dentro da Casa Branca e do Pentágono, sobre uma irrecusável disjuntiva: permanecer no terreno sofrendo vergonhosas derrotas ou retirar as tropas.

George W. Bush e Condoleeza Rice talvez tenham razão num ponto. O holocausto dos libaneses equivale de fato às dores de um parto. Longas e lancinantes dores, não do nascimento do "novo Oriente Médio" de dominação colonialista, mas de uma nova luta anti-imperialista, que objetivamente vai alterar a "novíssi-

ma" ordem mundial instaurada por Bush. Há muitas ilusões no mundo de hoje quanto ao desenvolvimento do cenário mundial. As guerras preventivas de Bush, sendo a guerra de Israel no Líbano mais uma delas, mostram quão distantes estamos duma "raison de Systeme", em que prevaleçam o multilateralismo e justos critérios de legitimidade para organizar a ordem mundial. Resistir e lutar, com firmeza, tenacidade e amplitude, com capacidade de unir todas as forças do progresso, da paz, da democracia e do socialismo parece ser a postura e a perspectiva do movimento antiimperialista em face do unilateralismo e do belicismo dos EUA e de seus aliados. A resistência em curso no Oriente Médio é parte desse movimento, acumula na mesma perspectiva.

José Reinaldo Carvalho é jornalista, diretor do Cebrapaz e consultor do Brussel's Tribunal contra os Crimes de Guerra; autor de Conflitos Internacionais no Mundo Globalizado e A Luta Antiimperialista versus a Hegemonia Norte-americana, em conjunto com Lejane Mato Grosso.

P.S.: Finalmente, depois de 33 dias de massacre e genocídio, o Conselho de Segurança da ONU aprovou a Resolução 1701 determinando o cessar-fogo imediato. A exigência de que tivesse fim o holocausto do povo libanês foi um clamor de toda a humanidade. A Resolução sobre o cessar-fogo resultou da tenacidade e do heroísmo com que a resistência libanesa se opôs à agressão e rechaçou os invasores. Apesar de todo sofrimento infligido ao povo libanês, Israel foi derrotado. Os sionistas e seus patronos estadunidenses retardaram ao máximo essa decisão sobre o cessar-fogo porque supunham que quando este fosse politicamente inevitável, seu inimigo já estaria batido.

Foi todo o contrário o que ocorreu. Se em aspectos positivos determina o cessar-fogo, a Resolução 1701 contém alguns aspectos contraditórios. Não é correto estabelecer uma equivalência entre a retirada das forças israelenses do sul do Líbano e o desarmamento e a desativação da milícia Hezbolá. A presença de tropas israelenses no Líbano fere a soberania nacional deste último e nessa medida constitui violação flagrante do direito internacional, ao passo que o modo de lidar com a milícia do Hezbolá é uma questão que o próprio Líbano tem condições de resolver. Quanto à presença de tropas sob comando da ONU, precisaria corresponder a uma necessidade explicitada pelos órgãos de soberania do Líbano (governo e parlamento) e cingir-se ao estrito objetivo de resguardar o território libanês da presença de forças estrangeiras.

O cessar-fogo determinado pelo Conselho de Segurança da ONU não encerra a crise no Oriente Médio, porquanto não foram atacados os fatores que a determinaram.



Pai libanês segura filho morto nos ataques de Israel.

Até quando?

EDUARDO GALEANO

Até quando os horrores continuarão a ser chamados de erros?

Esta carnificina de civis começou a partir do seqüestro de um soldado. Até quando o seqüestro de um soldado israelense poderá justificar o seqüestro da soberania palestina? Até quando o seqüestro de dois soldados israelenses poderá justificar o seqüestro de todo o Líbano?

A caça aos judeus foi, durante séculos, o esporte

preferido dos europeus. Em Auschwitz desembocou um antigo rio de espantos, que havia atravessado toda a Europa. Até quando os palestinos e outros árabes continuarão a pagar por crimes que não cometeram? O Hezbolá não existia quando Israel arrasou o Líbano em suas invasões anteriores. Até quando continuaremos a acreditar no conto do agressor agredido, que pratica o terrorismo porque tem direito de se

defender do terrorismo? Iraque, Afeganistão, Palestina, Líbano... Até quando se poderá continuar a exterminar países impunemente?

As torturas de Abu Ghraib, que despertaram certo mal-estar universal, nada têm de novo para nós, os latino-americanos. Nossos militares aprenderam essas técnicas de interrogatório na Escola das Américas, que agora perdeu o nome, mas não as manhas. Até quando continuaremos aceitando que a tortura continue legitimando, como fez a Corte Suprema de Israel, em nome da legítima defesa da pátria?

Israel deixou de ouvir 46 recomendações da Assembleia Geral e de outros organismos das Nações Unidas. Até quando o governo israelense continuará a exercer o privilégio de ser surdo? As Nações Unidas recomendam, mas não decidem. Quando decidem, a Casa Branca impede que decidam porque tem direito de veto. A Casa Branca vetou, no Conselho de Segurança, 40 resoluções que condenavam Israel. Até quando as Nações Unidas continuarão a atuar como se fossem outro nome dos Estados Unidos? Desde que os palestinos foram desalojados de suas casas e despojados de suas terras muito sangue correu. Até quando continuará correndo sangue para que a força justifique o que o direito nega?

A história se repete, dia após dia, ano após ano, e um israelense morre para cada 10 árabes que morrem. Até quando a vida de cada israelense continuará valendo 10 vezes mais? Em proporção à população, os 50 mil civis, em sua maioria mulheres e crianças, mortos no Iraque equivalem a 800 mil americanos. Até quando continuaremos a aceitar, como se fosse costume, a matança de iraquianos, em uma guerra cega que esqueceu seus pretextos? Até quando continuará sendo normal que os vivos e os mortos sejam de primeira, segunda, terceira ou quarta categoria?

O Irã está desenvolvendo a energia nuclear. Até quando continuaremos a acreditar que isso basta para provar que um país é um perigo para a humanidade? A chamada comunidade internacional não se angustia em nada com o fato de Israel ter 250 bombas atômicas, embora seja um país que vive à beira de um ataque de nervos. Quem maneja o perigosímetro universal? Terá sido o Irã o país que lançou as bombas atômicas em Hiroshima e Nagasaki?

Na era da globalização, o direito de pressão pode

mais do que o direito de expressão. Para justificar a ocupação ilegal de terras palestinas, a guerra se chama paz. Os israelenses são patriotas e os palestinos são terroristas, e os terroristas semeiam o alarme universal.

Até quando os meios de comunicação continuarão a ser receios de comunicação?

Esta matança de agora, que não é a primeira nem será, receio, a última, ocorre em silêncio? O mundo está mudo? Até quando seguirão soando em sinos de madeira as vozes da indignação?

Estes bombardeios matam crianças: mais de um terço das vítimas, não menos da metade. Os que se atrevem a denunciar isto são acusados de anti-semitismo. Até quando continuarão sendo anti-semitas os críticos dos crimes do terrorismo de Estado? Até quando aceitaremos esta extorsão? São anti-semitas os judeus horrorizados pelo que se faz em seu nome? São anti-semitas os árabes, tão semitas como os judeus? Por acaso não há vozes árabes para defender a pátria palestina e repudiar o manicômio fundamentalista?

Os terroristas se parecem entre si: os terroristas de Estado, respeitáveis homens de governo, e os terroristas privados, que são loucos soltos ou loucos organizados desde os tempos da Guerra Fria contra o "totalitarismo comunista". E todos agem em nome de Deus, seja Deus, Alá ou Jeová. Até quando continuaremos a ignorar que todos os terrorismos desprezam a vida humana e que todos se alimentam mutuamente. Não é evidente que nesta guerra entre Israel e Hezbolá são civis, libaneses, palestinos, israelenses, os que choram os mortos? Não é evidente que as guerras do Afeganistão e do Iraque e as invasões de Gaza e do Líbano são incubadoras do ódio, que fabricam fanáticos em série?

Somos a única espécie animal especializada no extermínio mútuo. Destinamos US\$ 2,5 bilhões, a cada dia, para os gastos militares. A miséria e a guerra são filhas do mesmo pai: como alguns deuses cruéis, comem os vivos e os mortos. Até quanto continuaremos a aceitar que este mundo enamorado da morte é nosso único mundo possível?

Eduardo Galeano é escritor e jornalista uruguaio. Artigo escrito originalmente para a revista cubana La Jiribilla.

Auto-suficiência defensiva na América do Sul

HÉCTOR HERRERA JIMÉNEZ

O embargo à Venezuela poderia abrir alternativas de desenvolvimento tanto a nosso país quanto a toda a América do Sul

No dia 3 de junho chegaram à Venezuela os primeiros 33 fuzis AK-103 russos e, no dia 21, 3 novos Mi-17-2 com a função de salvamento e resgate.

Em relação ao infame embargo sobre vendas de armas, decretado pelo governo Bush contra a Venezuela com o objetivo de desacreditá-la perante a opinião pública internacional, é preciso fazer uma leitura correta – especialmente entre as pessoas encarregadas de fazer políticas públicas no nosso país. É importante fazer divulgar que essa foi uma ação meramente declarativa porque na verdade já havia sido efetuada há dois anos.

Pela concepção autárquica de segurança, a autonomia e a sustentabilidade devem chegar às sociedades mediante recursos próprios para que assim se obtenha ascensão humana. No caso da Venezuela e de sua política de Segurança Integral da Nação, deveria ser assumido este raciocínio lógico.

O nosso governo deve continuar a levar adiante, como tem feito até agora, o desenvolvimento da indústria militar da Venezuela com a implementação de políticas de Estado e de ações concretas que a estimule a tornar-se mais independente em relação aos outros países para alcançar nossos objetivos estratégicos de segurança e defesa.

O apoio dado pelo governo nacional à Companhia Anônima de Indústrias Militares (Cavim) tornou evi-

dentos em pouco tempo avanços tecnológicos impressionantes, como o surgimento da Pistola Grande Potência, conhecida como "Zamorana", do revólver RRR ou 3R, das submetralhadoras Orinoco e Soberana, da danosa granada "Maisanta", da fabricação de explosivos "ressonantes" para uso militar e na exploração de petróleo. Contudo, nossos militares estão fazendo reparos e alterações nos sistemas eletrônicos dos aviões Fúria; alterações mais profundas em nossas fragatas no estaleiro de Dianca e em outros; produziram o eficiente veículo multifuncional "Tiuna" que já faz parte de nossa provisão. E ainda produzem computadores PC e laptops e tantos outros projetos que conduzem a um despertar de nossas potencialidades e capacidades.

A configuração de uma nova ramificação de relações e alianças políticas, sociais, industriais e comerciais com países amigos – deste e de outros hemisférios, alinhados a nosso ideário de respeito, liberdade e justiça social – nos ajudaria a agregar talento à determinação visando à emancipação tecnológica e à participação. Por exemplo, com alianças estratégicas e de unidade de tecnologias locais do Mercosul (sobretudo, Brasil e Argentina que têm as tecnologias militares mais avançadas da América do Sul), em associação com Federação Russa, China, Índia e Venezuela, poderíamos tornar realidade o crescimento local e regional e obter respeito – e dissuadir as potências agressoras –, autonomia e a batalhada auto-sustentabilidade que predeterminará a Multipolaridade.

Imaginemos o que outras nações sul-americanas poderiam também fazer nas diferentes áreas da indústria militar, da aeronáutica, naval e do exército. Poderíamos nos ajudar mutuamente, nos solidarizar com os que podem menos e nos completar um aos outros. Isso significaria uma verdadeira revolução de liberdade econômica, social, política, militar e desenvolvimento humano nas sociedades da nossa região. Em relação às alianças com as nações-irmãs de outros hemisférios nos transformaríamos num verdadeiro Bloco Regional de Poder forte e coeso e poderíamos competir com outros blocos de poder que sempre nos viram como subdesenvolvidos, dependentes e fracos.

Chegaram em Carabobo, no porto de Puerto Cabello, os primeiros 33 mil fuzis russos AK-103. É preciso esclarecer dois aspectos bem importantes. Primeiro, todos, e cada um deles, serão numerados e neles serão impressos o escudo de armas do nosso país e



A integração também envolve a defesa.

a inscrição "Forças Armadas da Venezuela" para dificultar que sejam transferidos indevidamente para outros países. Segundo, o novo armamento venezuelano possui um sistema de mira de precisão e de visão noturna, com uma baioneta e um lança-granadas anexos. Vale dizer que por si só o AK-103 é um sistema de armas. E ainda junto com os fuzis vêm milhões de munições e repositórios. Pelo contrato, está prevista a instalação de uma fábrica deles na Venezuela a partir do número 101 mil com a correspondente transferência de tecnologia e de aglomerados locais.

Desse modo, há previsão de aquisição de esquadrões dos polivalentes e versáteis Caça-bombardeiros Sukhoi-30 também russos. A isso não se pode entender como carreira armamentista, porque apenas estamos adquirindo alguns equipamentos de defesa tática e estratégica para nosso país. E também porque estamos reagindo contra uma agressão continuada e a violação de contrato por parte dos Estados Unidos, cuja administração de modo unilateral deixou de nos enviar repositórios para nossos F-16.

O grande desafio dos povos sul-americanos e de seus governos nacionalistas é encontrar vias de aproximação mais diretas em relação a esses acordos, que conduzam à auto-sustentabilidade defensiva local e regional para nos configurar num verdadeiro bloco regional de poder.

Héctor Herrera Jiménez é tenente-coronel, editor-diretor da revista Âmbito Cívico-militar e presidente da Frente Cívico-militar Bolivariana da Venezuela. Tradução por Marta Lucília Ruy.

Entrevista com João Quartim de Moraes

A esquerda militar no Brasil

O professor da Unicamp João Quartim de Moraes relançou, pela editora Expressão Popular, o primeiro volume do livro A Esquerda Militar no Brasil. Esta obra, publicada pela primeira vez em 1991, já nasceu clássica, ajudou a romper o silêncio que caíra sobre parte da história da esquerda brasileira e contribuiu para superação de uma série de preconceitos em relação à atuação dos militares na vida política brasileira.

O projeto do autor é vasto, devendo se concretizar numa obra de três volumes – dos quais dois já foram publicados. O primeiro que o público tem agora reeditado aborda da conspiração republicana até a Coluna Prestes; o segundo, da Coluna até o levante da Aliança Nacional Libertadora e o último – ainda em preparação – da participação de revolucionários brasileiros na defesa da República espanhola até o golpe de 1964.

Há poucos anos você lançou Liberalismo e Ditadura no Cone Sul – uma coletânea de artigos que tinham como tema central a participação política dos militares na América do Sul – e agora você relança o primeiro volume de Esquerda Militar no Brasil. De onde vem o interesse por este te-

ma que era um verdadeiro tabu para a intelectualidade de esquerda?

Quartim – Antes de mais nada, motivou-me a constatação de que o golpe de 1964, como disse com lúcida precisão o saudoso Nelson Werneck Sodré, “foi político, embora operado por forças militares”. Sodré retomou esta argumentação notadamente nos debates que marcaram os trinta anos do movimento sedicioso desencadeado em 31 de março de 1964. Mostrando que, de 1945 em diante, as intervenções políticas das Forças Armadas foram inspiradas pelos partidos reacionários derrotados nas urnas, ele explicou com clareza e farta documentação o processo através do qual os latifundiários e a burguesia entreguista intoxicaram ideologicamente parcela ponderável da oficialidade.

Ao contrário do que geralmente se pensava, os militares, incluindo a oficialidade, não tiveram apenas um papel negativo na história brasileira. Esta, sem dúvida, é uma das contribuições de seu livro. Por favor, fale um pouco sobre o papel progressista desempenhado por eles no processo da abolição da escravidão.

Quartim – O Clube Militar, em seu quarto mês



de existência, em outubro de 1887 escreveu a página mais generosa de sua secular existência. Ameaçados em seus odiosos privilégios, os donos de escravos reagiam à crescente mobilização abolicionista com uma truculência que seria imitada, no século seguinte, pelos inimigos da reforma agrária. Martinho Campos, que chefiara o gabinete do Império em 1882, assim resumia seu programa de governo: “Os abolicionistas são salteadores; mas, para estes, tenho meu revólver. A escravidão deve ser mantida, por amor dos próprios escravos”. Por amor dos próprios escravos que, teimando em não compreender as motivações filantrópicas de seus proprietários, fugiam em massa das senzalas e das plantações, intensificava-se a caça aos fugitivos; como, porém, embora numerosos, os esbirros empregados neste sórdido trabalho de busca e captura mostravam-se incapazes de deter a onda de evasões os senhores de escravos passaram a pressionar o governo para que, como diriam hoje, mobilizasse o Exército em defesa da ordem social, isto é, na caçada aos foragidos. Em vários centros urbanos formavam-se quilombos, entre eles o de Santos, contra o qual se encarniçavam especialmente os escravocratas por ali se concentrarem, em nú-

mero crescente, fugitivos das plantações de café da região de Campinas. O apelo ao Exército para desmantelá-lo era tido como iminente. Foi então que, reunidos no recém-fundado Clube Militar, os oficiais abolicionistas elaboraram, sob a direção de Deodoro da Fonseca que assumira a presidência da nova entidade, um “requerimento” à regente Isabel, apresentando “um pedido que é antes uma súplica”: que “o Governo Imperial não consinta que nos destacamentos do Exército que seguem para o interior [...] os soldados sejam encarregados da captura dos pobres negros que fogem à escravidão...”. Essa histórica resolução está redigida num tom de respeito e de dignidade que torna ainda mais eloqüente a inspiração ética que o anima.

Por que o jacobinismo – representado na figura do Marechal Floriano – não constituiu uma alternativa viável, tendo que abandonar o governo nas mãos da oligarquia agro-exportadora paulista?

Quartim – O jacobinismo original (o da Revolução Francesa de 1789-1794) foi definido por Antonio Gramsci com insuperável concisão: aliança da burguesia revolucionária com os camponeses. O fato de o nosso ter sido circunscrito aos centros urbanos, notadamente ao Rio de Janeiro, dá a medida de seus limites. Com a circunstância muito agravante do apoio ao extermínio de Canudos. Mas embora confundisse patriotismo e chauvinismo, o jacobinismo brasileiro configurava uma corrente republicana radical cujo grande inspirador foi Floriano Peixoto, que, embora não tenha, obviamente, a estatura de um Maximilien Robespierre, esboçou os rudimentos da plataforma histórica da esquerda nacionalista em nosso país.

Determinamos o significado de uma política tanto pelo que ela propõe quanto por aqueles que a ela se opõem. O ferrenho escravocrata liberal Silveira Martins, principal ideólogo das forças ultrafederalistas e monarquistas que em junho de 1892 se levantaram no Rio Grande do Sul contra o governo federal (o objetivo imediato era derrubar o governador do Estado, Júlio de Castilhos, republicano convicto com grande

prestígio popular e um dos grandes pioneiros da escola pública em nosso país), anos antes no Senado do Império, tinha atacado o projeto Dantas, que emancipava os escravos sexagenários, nos seguintes termos: "Será o suplício da Constituição, uma falta de consciência e escrúpulo; um verdadeiro roubo, a naturalização do comunismo, a ruína geral, a situação do Egito, a bancarrota do Estado, o suicídio da Nação". Um século mais tarde, os porta-vozes do latifúndio retomariam as mesmas imprecações, em tom igualmente histérico, contra a reforma agrária.

No livro, fundamento e desenvolvimento a tese de que, com a chegada de Prudente de Moraes à presidência, a ditadura dos generais positivistas foi substituída pela dos fazendeiros. Um destacamento militar bastou para derrubar o Império. Mas quem mandava no país eram os grandes agrários, donos da terra e dos cafezais. Ainda predomina, entretanto, mesmo em certos meios de esquerda, a interpretação liberal de nossa história política, que contrapõe a "sociedade civil" (uma destas expressões feitas de borracha mole, que se prestam a todas as torções: inclui tanto os que jantam no Fasano quanto os que dormem embaixo da ponte) ao Estado (considerado em abstrato, sem referência à dominação e exploração de classe).

Durante a República Velha também ocorreram várias intervenções militares, fundamentalmente da baixa oficialidade. Que papel elas desempenharam na crise do regime oligárquico?

Quartim – O fato de o principal movimento político dos militares durante a República Velha ser conhecido por tenentismo indica que o espírito de rebelião atravessou horizontalmente a escala hierárquica: os jovens oficiais, de baixa patente, batiam-se pelo progresso, ao passo que os mais velhos e mais próximos do topo da carreira defendiam a ordem dos fazendeiros. Mas os esquemas topológicos (baixo/alto; esquerda/direita) só são úteis quando não se interpretam de modo demasiado literal. Tenentes de direita foram protagonistas do movimento dito dos "jovens turcos", que combateu raivosamente os "tenentes"; de outro lado, as ainda pouco estudadas "salvações" dos anos dez (contestação militar do poder político das oligarquias agrárias) foram conduzidas por coronéis e generais, numa divisão vertical (de alto a

baixo da escala hierárquica) da oficialidade.

Todos os levantes tenentistas, bem como a grande maioria das demais intervenções militares (inclusive as "salvações"), foram dirigidos contra a dominação política das oligarquias rurais, contribuindo decisivamente para miná-la (1924-1927), derrubá-la (1930) e impedir sua restauração (1932). No segundo volume de *A Esquerda Militar no Brasil* ("da Coluna à Comuna"), publicado em 1994, mostro que a chamada "revolução constitucionalista" de 1932 foi, na verdade, uma frustrada tentativa de restabelecer a velha república dos fazendeiros.

Mas de todas as rebeliões militares, a de mais profundo conteúdo social e por isso mesmo mais cruelmente reprimida foi a revolta dos marinheiros (dita "da chibata"), em 1910, contra os maus tratos e os atrozes castigos corporais a que eram discricionária e sistematicamente submetidos pelos oficiais.

Existe uma crítica provinda de setores de esquerda – inclusive comunista – que atribui um viés autoritário e elitista ao movimento tenentista, por ter-se recusado a mobilizar e armar os trabalhadores, especialmente no levante de São Paulo em 1924. O que isso tem de verdadeiro?

Quartim – Os liberais de todos os matizes sempre terão razão num ponto: os tenentes eram tenentes, tanto quanto na lógica formal dizemos $A=A$. Eram, portanto, funcionários da organização que constitui a ossatura do aparelho do Estado e o braço armado de sua força coativa e que, por isso mesmo, é fortemente hierarquizada e rigidamente disciplinada. Não poderiam se transformar da noite para o dia, mesmo quando empenhados na contestação da ordem estabelecida, em bolcheviques ou algo parecido.

Sabemos que a linguagem política nunca é ideologicamente neutra. "Autoritarismo" e "elitismo" são alguns destes "conceitos" de borracha molenga que podem ter certo valor descritivo, mas se prestam a todas as manipulações da historiografia e da "ciência política" burguesa, sobretudo estadunidense.

No que concerne à recusa de "mobilizar e armar os trabalhadores" é preciso não confundir o estabelecimento dos fatos com sua interpretação. Assinalo que houve amplo recrutamento de voluntários durante o período em que São Paulo esteve em poder

dos rebeldes e procuro explicar por que não houve aliança política dos dirigentes “tenentistas” com os dirigentes populares paulistanos. Melhor do que em “elitismo”, falo, no livro, em limites burgueses da consciência democrático-revolucionária dos “tenentes”. A participação popular na luta armada não ultrapassaria a forma do recrutamento de voluntários. Nada de milícias operárias. A exatidão histórica exige, entretanto, que não se atribua esta atitude ao tenentismo em geral, mas fundamentalmente ao general Isidoro Dias Lopes e aos oficiais a ele mais diretamente ligados. Em sua qualidade de chefe militar do movimento, Isidoro fez prevalecer seu ponto de vista, contrário ao armamento do proletariado. Consta que o Major Miguel Costa não partilhava desta opinião.

O que levou uma parte da burocracia de Estado, justamente aquela que tem por função preservar a ordem, a viver em pé de guerra contra a monarquia e a República oligárquica? Quais interesses de classe esse setor das Forças Armadas representava?

Quartim – O marxismo nos fornece a chave teórica deste complexo de questões. Nem a burocracia, nem o Estado pairam, sempre idênticos, acima do movimento concreto da história. Procurei reconstituir sinteticamente a evolução das relações entre Império e Exército. Elas só podem ser compreendidas levando em conta o caráter precário da organização estatal, que nas zonas agrárias, estava, em larga medida, às ordens dos fazendeiros, classe dominante no Império, e de seus prepostos. Eles aceitaram a centralização do poder, na medida em que a estabilidade institucional garantia a ordem social, mas necessitavam também de uma força armada política e organicamente descentralizada que constituísse um instrumento de dominação adequado a uma classe cuja base econômica era a grande plantação escravista. Essa força, a Guarda Nacional, foi criada pelo padre Feijó logo nos primeiros meses de Regência (a 18 de agosto de 1831), para servir de “sentinela da Constituição jurada”. Sua função primordial era, na fórmula concisa da *História militar do Brasil* de Sodré, “neutralizar as forças armadas regulares”. Com efeito, já em seu primeiro ano de existência sufocou uma rebelião militar que pretendia a volta ao trono de D. Pedro

I. O efetivo do Exército foi reduzido, de 1830 para 1831, de cerca de 30.000 a cerca de 14.000 homens.

Não era, evidentemente, por espírito antimilitarista e ainda menos por convicções pacifistas que a oligarquia agrária empenhava-se em enfraquecer o Exército. O que neste a inquietava era seu caráter de braço armado do poder central. Já a Guarda Nacional era na verdade um conjunto de milícias estaduais, recrutadas e comandadas pelos grandes agrários ou por algum de seus prepostos na política local (ungido do título de coronel). Eles eram, sobretudo, liberais no sentido institucional do termo: queriam um Estado ultrafederal, descentralizado ao máximo, de maneira a que o poder efetivo ficasse o mais perto possível da sede de suas fazendas. Se o duque de Caxias é o patrono do Exército, é porque entre este e a monarquia havia uma convergência objetiva: a preservação da unidade nacional.

O Exército se tornara antiescravista a partir da guerra do Paraguai. Os filhos dos fazendeiros consideravam engajar-se nas durezas e riscos da guerra a última de suas opções existenciais. Mais fácil era pagar um “voluntário” negro que lutasse em seu lugar, em troca da alforria. Não apenas por razões humanitárias, mas, sobretudo, por constatar que, em caso de confronto bélico, a nação podia contar mais com os escravos do que com os senhores, os militares tenderam a aderir à causa da emancipação.

Dezessete anos depois, proclamando a Abolição, a monarquia reduziu a quase nada sua sustentação por parte da oligarquia agrária. Mesmo porque muitos dos fazendeiros que já não mais, ou só residualmente, recorriam ao trabalho escravo tinham aderido, com graus diversos de convicção, à causa republicana. Cabe perguntar por que os militares tomaram a iniciativa de derrubar o regime em 15 de novembro de 1889, embora a Regente Isabel tivesse assinado a lei de 13 de maio de 1888 e a despeito da contradição entre o objetivo político-institucional do Exército (fortalecer o poder central, até como condição de sua própria sobrevivência como organização nacional) e o da fração republicana da oligarquia, que pretendia, como os demais fazendeiros, enfraquecer o poder central em proveito do poder local e regional. Realizou amplamente este programa na chamada “aliança do café com leite”.

Quanto à questão dos interesses de classe que os

militares rebeldes representavam, a melhor resposta, dentre as muitas que foram oferecidas é a de que estavam em sintonia com todos os que viviam do outro lado da porteira das fazendas. Cabe, porém, enfatizar a continuidade dos valores positivistas que inspiraram os jovens oficiais abolicionistas dos anos 1880 e os tenentes dos anos 1920.

Uma das particularidades do comunismo no Brasil foi a forte participação de militantes e dirigentes provindos da oficialidade das Forças Armadas. A própria direção da Aliança Nacional Libertadora era composta por oficiais do Exército e da Marinha. A que se deve esse fenômeno?

Quartim – Não havia militares no grupo fundador do PCB. Mas, até a intervenção sectária e obreirista do Secretariado sul-americano do Komintern, houve apoio aos levantes tenentistas. Esta posição está claramente sustentada em *Agrarismo e industrialismo* de Octavio Brandão (obra pioneira recentemente relançada pela editora Anita Garibaldi), sem esquecer de que Astrojildo Pereira foi visitar Luis Carlos Prestes em seu exílio boliviano para lhe expor e discutir os princípios do comunismo. Praticamente toda a ala esquerda do movimento tenentista convergiu para o comunismo seguindo a mesma referência que a tinha levado a não aderir, em 1930, ao dispositivo armado da Aliança Liberal. Esta referência tinha um nome glorioso, o Cavaleiro da Esperança.

Os militares também tiveram um papel importante – se não central – na campanha nacionalista ocorrida na década de 1950. A Campanha “O Petróleo é Nosso!” foi praticamente comandada por oficiais.

Em 1950, a chapa nacionalista, encabeçada pelos generais Estillac Leal e Horta Barbosa, venceu por ampla maioria as eleições para a direção do Clube Militar. Mais do que meros nacionalistas, os oficiais que a integravam eram também antiimperialistas. Além da campanha “O Petróleo é Nosso!”, tiveram também papel importante, ao lado do PCB (do qual alguns faziam parte), na luta para impedir que soldados brasileiros servissem de tropa auxiliar na invasão estadunidense da Coreia, decidida pelo presidente Truman (o mesmo das duas bombas atômicas). Nelson Werneck Sodré, que a integrava e já era considerado, não

sem razão, o principal teórico da esquerda militar, assumiu a direção do Departamento Cultural do Clube, cuja revista tornou-se a tribuna dos oficiais empenhados a fundo na batalha pelo desenvolvimento nacional, por uma política externa independente e por reformas sociais avançadas. A direita militar, exacerbada pelos ódios da “guerra fria”, logo se articulou numa “Cruzada Democrática” para aniquilar esse perigoso foco subversivo que ousava contestar a subordinação do Brasil ao “colosso do Norte” (fórmula reverencial dos deslumbrados com o poderio do dólar e do Pentágono). Com o apoio dos colossos estadunidenses, logrou não somente derrotar a ala nacionalista do Exército, mas também acuar Getúlio ao suicídio.

Na História militar do Brasil Sodré relata as perseguições então desatadas, que só seriam suplantadas pelo expurgo promovido pelos golpistas vitoriosos de 1964 contra seus companheiros de farda fiéis à legalidade constitucional. Interrompida em 1955, quando o general Lott desarticulou o dispositivo golpista da UDN contra a posse de JK, a perseguição recrudescceu em 1960 com a vitória de Jânio Quadros sobre o general Lott, candidato nacionalista.

O fiasco do golpe militar de 1961 contra a posse de João Goulart renovou o oxigênio intelectual nos meios militares, permitindo e até suscitando a eclosão de novos movimentos de militares de esquerda. O plural aqui é decisivo: estes movimentos foram pelo menos três, o dos oficiais nacionalistas, o dos sargentos e o dos marinheiros e fuzileiros navais. Não foi “gradualmente” que eles perderam espaço dentro das Forças Armadas, mas de um só golpe, o de 31 de março de 1964.

O que liga os jacobinos republicanos do final do Império e início da República aos tenentes revolucionários da década de 1920 e aos oficiais nacionalistas de 1950? Em outras palavras, o que o autoriza a colocá-los todos dentro do que você chamou de esquerda militar?

Quartim – O nexos histórico que liga os tenentes revolucionários dos anos 1920 aos oficiais nacionalistas dos anos 1950 são os tenentes aliancistas e comunistas dos anos 1930. Já disse acima o nome que expressa eminentemente esta continuidade de três décadas: Luis Carlos Prestes. Já a conexão entre os jaco-

binos do final do Império e início da República e o tenentismo é bem mais tênue. É nítida, entretanto, a continuidade, num tempo histórico de cerca de três gerações, dos valores positivistas que inspiraram os jovens oficiais, da participação na campanha abolicionista e na proclamação da República aos levantes antioligárquicos dos anos 1920: confiança na emancipação da humanidade através do conhecimento científico, ênfase nos princípios republicanos, na escola pública etc.

A esquerda se determina pelas causas que defende e pelos inimigos que combate. Todos estes movimentos militares combateram por causas generosas e politicamente avançadas. Todos contestaram as iniqüidades da ordem estabelecida.

A história da esquerda militar parece ser a crônica de uma derrota. Os jacobinos foram derrotados pelas oligarquias no alvorecer da República, depois a esquerda tenentista perdeu espaço no pós-1930 e, por fim, a oficialidade nacionalista depois de altos e baixos foi eliminada no pós-1964. A esquerda militar não conseguiu impor sua hegemonia nas Forças Armadas e exercer influência decisiva nos rumos do Estado brasileiro.

Nem tudo foram derrotas: 1888, 1889, 1930 e 1932 marcaram vitórias das forças do progresso. A esquerda tenentista perdeu espaço no pós-1930 porque, erroneamente em meu entender, não participou do movimento que derrubou a república oligárquica. Recuperou-o (por muito pouco tempo) com a Aliança Nacional Libertadora (ANL), um dos mais pujantes avançados revolucionários de massas de nossa história. Não se inclinando perante o ato de força de Getúlio a ANL enveredou pela trilha da insurreição, tentando responder à repressão política pela violência armada. As consequências foram terríveis e politicamente catastróficas.

Outras vitórias das forças do progresso não teriam sido possíveis sem a participação ativa da esquerda militar. Além da criação da Petrobras, a ela devemos, em larga medida, a vitoriosa resistência aos golpes reacionários de 1955 e de 1961, bem como a realização do plebiscito de 3 de janeiro de 1963, em que 80% dos votantes disseram sim ao reconhecimento dos plenos poderes presidenciais de João Goulart.

Quanto às razões da derrota da esquerda militar brasileira, elas são as mesmas que as da derrota de

toda a esquerda brasileira e, portanto, se inscrevem no estudo do imenso desastre para nossa nação que foi a vitória da contra-revolução de 1964.

Você tem sido incisivo ao afirmar que o golpe militar de 1964 destruiu a possibilidade de ser mantida a tradição de uma esquerda militar nacionalista no seio da corporação militar. Esta é uma situação irreversível ou é possível que volte a se constituir uma esquerda militar no país? Qual deveria ser a atitude da esquerda socialista diante das Forças Armadas na atualidade?

Quartim – O movimento socialista, notadamente os comunistas, exercerão influência junto aos militares de espírito verdadeiramente patriótico se defenderem e, sobretudo, levarem adiante, uma plataforma que assuma as grandes aspirações históricas das forças progressistas brasileiras: as reformas sociais avançadas que ponham fim à miséria de nosso povo, o desenvolvimento das forças produtivas de nosso país, a afirmação da soberania nacional através de uma política externa independente e voltada para a integração sul-americana.

Mas, perante a memória histórica do povo brasileiro, cometeríamos, entretanto, a pior das infidelidades – a traição à memória de nossos mortos – se consentíssemos em pagar, pelas boas relações com os militares de hoje, o preço do esquecimento dos crimes cometidos pela ditadura. Mesmo porque, nos países sul-americanos submetidos ao terrorismo de Estado, só no Brasil os torturadores não somente permanecem totalmente impunes, mas também continuam a receber elogios por parte da cúpula do Exército.

Augusto Buonicore é mestre em história pela Unicamp e diretor do Instituto Maurício Grabois.

Registro crítico ao legado de Miguel Reale

EDVAR LUIZ BONOTTO

Após o recente desaparecimento do grande jusfilósofo paulista, cabe às gerações atuais situar dialeticamente a obra de Miguel Reale entre o direito brasileiro

Miguel Reale é personagem ativa na conceituação de “direito brasileiro”, tanto por sua construção e por sua produção de idéias e consecuições de idéias jurídicas na vida do país, quanto por seu oposto via reprodução de idéias “universais” às quais deveria se moldar a vida brasileira.

Reale criticou Hans Kelsen e protagonizou a elaboração do “Novo” Código Civil. Nos dois grandes legados ele também teve papel contraditório. Na crítica a Kelsen há uma identidade germinal entre ambos. O Novo Código Civil, embora apresente a sistematização das novas formas de comportamento social, mantém os fundamentos teóricos da conservado-

ra estrutura de monopolização da propriedade e da riqueza – agora em sua face financeirizada. Não por acaso ele foi sancionado nos últimos momentos do governo de Fernando Henrique Cardoso, a quem Reale apoiava.

Reale é personagem do caminho da “modernização conservadora”, como alguns autores caracterizam o processo de condução das elites? Talvez sim, pois Reale não chega ao locus do debate sobre rupturas. Mesmo a noção de “rupturas incompletas” é demasiadamente avançada para incorporar as idéias e a ação de Reale. Assim, podemos situar sua elaboração no campo conservador – mas em diálogo com parcelas do pensamento avançado.

Reale pode ser entendido como uma expressão das elites paulistas no século XX, que fizeram a con-

tra-revolução antinacional de 1932 (a chamada “revolução” constitucionalista). Sua trajetória política começa com a militância no integralismo, atinge o ápice na ação política durante o regime militar de 1964 e termina como sumidade na colaboração com a gestão de Fernando Henrique Cardoso. Mesmo no final da vida escreveu em defesa do intelectual Plínio Salgado. Na fase autoritária sob o Regime Militar do qual fora militante atuou como reitor da USP (Universidade de São Paulo).

Mas a grande herança de Miguel Reale é sua **Filosofia do direito** – cuja expressão máxima é a **Teoria Tridimensional do Direito**. Aqui ele fez e continua a fazer escola. Partindo de uma crítica ao normativismo kelseniano, ele abre espaço para uma determinada abordagem dialética, histórica e sociológica da norma jurídica, ampliando assim os horizontes do direito. Usamos a palavra “determinada” porque se diferencia de outras abordagens dialéticas, em especial a do campo hegeliano e marxista.

A dialética pré-hegeliana de Reale sempre teve a preocupação de evitar a idéia de contradição e a resolução do conflito por uma das partes em questão.

Assim, em todo o legado realeano há essa somatória de contradições e contrariedades a serem analisadas.

Trajectoria teórica

Miguel Reale, em “Minha trajetória filosófica” – texto anexo ao livro *Miguel Reale na UnB (1)*, que reúne conferências e debates do seminário realizado em 1981 na Universidade de Brasília –, descreve seu percurso teórico:

“Convenci-me de que, se o retorno a Kant tivera o mérito de repropor o problema da ‘subjetividade transcendental’, não oferecia, porém, base segura para mais adequada compreensão do papel da subjetividade no mundo dos valores e da história, os quais se correlacionam essencialmente com a consciência, ou o ‘espírito subjetivo’, mas não podem ser reduzidos a ela. (...) Pareceu-me indispensável superar a fratura aberta entre causalidade e liberdade, e, por via de consequência, entre epistemologia e ontologia, atendendo, nesse ponto, às reformulações feitas por E. Husserl e seus continuadores”. (UnB, 1961: p. 161)

Segundo ele descreve, do neokantismo à fenomenologia de Husserl muitos problemas e autores foram analisados (o que, obviamente, não dá para reproduzir neste espaço). Reale, então, dá um grande salto em relação aos limites à influência de Kelsen:

“O primeiro resultado dessa nova compreensão do processo cultural deu-se nos domínios da experiência jurídica, onde desenvolvi a denominada ‘teoria tridimensional do direito’, a qual se caracteriza pela demonstração de que a norma jurídica não se reduz a uma simples proposição lógica, não obstante o seu aspecto formal. A bem ver, toda regra de direito representa uma integração contínua de fatos sociais e valores, correlacionados segundo estruturas sempre sujeitas a supervenientes mutações históricas”. (Idem, *ibidem*: p. 162)

Assim, desenvolve-se uma escola de direito “tridimensionalista” que, superando o estrito enfoque da norma, incorpora o fato e os valores alargando o horizonte e as perspectivas de compreensão da ciência jurídica. Aspectos históricos e dialéticos passam a ser discutidos no estudo do direito – o que, por um ângulo progressista, tornou-se um grande avanço.

Para Reale:

“O homem, penso eu, é, em si mesmo, um ser histórico porque conhece e é capaz de conhecer, mesmo porque ele não conhece porque quer, mas sim porque não pode deixar de conhecer e de ‘tornar objetivo’, independente dele, o produto de seu próprio conhecimento”. (Idem: p. 162)

Ainda segundo ele:

“Resultou dessa meditação a necessidade de reexaminar o problema dialético, em geral objeto de estudo apenas à luz dos enfoques hegeliano ou marxista”. (Idem: p. 161)

Porém, Reale deixa claro qual a sua apropriação desses elementos, demarcando campo com os seguidores de Hegel e Marx:

“Prefiro antes um ‘pluralismo de perspectivas’ que nos leve a uma dialética de complementaridade. Esta se caracteriza pelo reconhecimento de que o processo histórico-cultural não se desenvolve segundo progressivas sínteses superadoras de contrários e contraditórios, mas sim através de ‘sínteses abertas’, formadas pela co-implicação de elementos que só podem ser compreendidos em sua mútua correlação, sem que um deles seja reduzido ao outro. A ‘dialética

dos opostos', de tipo hegeliano ou marxista, representaria, assim, uma das formas possíveis da 'dialética de complementaridade', desde que não se pretenda alcançar uma absurda síntese de termos contraditórios". (Idem: p. 164)

É normal essa diferenciação, afinal Reale se propôs a desenvolver um conhecimento voltado para a ação, mas sob a ótica dos interesses conservadores da elite paulista. Ele surge na cena como militante do integralismo e se afirma politicamente como "conspirador-revolucionário" (autodenominado por ele, Idem: p. 141) do golpe militar de 1964, período em que foi secretário de Estado paulista e reitor da USP.

Por ele mesmo

Em *Miguel Reale na UnB* há ainda um capítulo denominado "Miguel Reale por ele mesmo", em que o importante filósofo do direito paulista discorre sobre sua vida, experiência e obra.

A certa altura, após lembrar suas primeiras décadas de vivência que corresponderiam a uma primeira fase de sua vida e obra, ele aborda o contexto de seus aprendizados e elaborações que desembocaram na teoria tridimensional do direito. Percurso em que Reale foi

"(...) desenvolvendo estudos que, aos poucos, iriam me levar ao superamento do neokantismo. Minha *Filosofia do direito*, publicada em 1953, já consubstancia essa mudança, com o delineamento de uma teoria histórico-axiológica da cultura, fundada nos pressupostos de uma posição epistemológica que denominei ontognoseologia: eram caminhos paralelos, através dos quais dava um sentido dialético e mais pronunciadamente axiológico às idéias de Husserl, Hartmann e Scheler". (Idem: pp. 137-8)

Para Reale, a elaboração filosófica deve ter significado prático para o advogado ou o juiz. Isso também se aplica à teoria tridimensional:

"A filosofia do direito, para ser válida, precisa conter uma mensagem, algo de significativo para o homem que labuta no Foro, trabalha nas consultorias ou participa dos planos da administração pública ou privada. Está no âmago da teoria tridimensional do direito essa constante preocupação pelas aspirações sociais, pelos fatos e valores que devem se integrar na unidade harmônica da norma jurídica". (Idem: p. 139)

A partir dessas duas citações, observamos os pressupostos racionais e possíveis aplicações do processo de gestação da teoria tridimensional. Adiante, o grande mestre de recentes gerações inteiras de operadores jurídicos apresenta momentos de desenvolvimento e suas teorizações, em que parte de determinados referenciais, mas a eles acrescentando elementos próprios:

"Como lembrei, houve uma fase de meu pensamento, a segunda em que passei, de certo modo, de Kant a Husserl. Mas não recebi as diretrizes fenomenológicas sem as submeter a uma revisão crítica, acorde com o que já adquirira através do 'historicismo axiológico'. Por tais motivos, não me conformei com o sentido estático da filosofia fenomenológica. Procurei dialetizá-la e, posteriormente, com grande surpresa e alegria, ao ler a obra póstuma de Husserl, *A crise da ciência européia e a filosofia fenomenológica*, eu verifiquei que ele, na última fase da sua vida, também tinha chegado a uma posição paralela, reconhecendo a certa carência de historicidade de sua obra. Foi a melhor resposta a certos críticos que haviam declarado incompatível com a fenomenologia husserliana qualquer reflexão de tipo histórico ou dialético". (Idem: p. 140)

Ele continua:

"Da mesma forma, dissenti de outros mestres da fenomenologia, Max Scheler e Nicolai Hartmann, no que se refere à sua concepção de valores, por ambos considerados espécies de objetos ideais. Uma de minhas possíveis contribuições à axiologia consiste, ao contrário, na consideração dos valores como objetos autônomos, distintos dos objetos ideais, por não serem expressões do ser (*sein*) mas sim do dever ser (*sollen*) (...)". (Idem)

Na seqüência ele registra que em sua trajetória:

"Essa colocação do problema iria conduzir-me a uma terceira fase, correspondente, no plano jurídico, a meu livro *O direito como experiência*, de 1968, e, no plano da filosofia geral, àquela que talvez seja a minha obra maior, *Experiência e cultura*, de 1977. Na primeira desenvolvo a teoria dos modelos jurídicos, e, na segunda, procuro sistematizar meus pensamentos, visando a fundar uma teoria geral da experiência. Projeção imediata desse livro é o que publiquei em 1980, sob o título de *O homem e seus horizontes*". (Idem)

Assim, em poucas linhas, procuramos expor al-

gumas idéias sobre a obra de Reale, tendo por referência o que ele disse e escreveu diante de seu próprio público, no seminário de 1981 na UnB. Claro, de lá para cá diversos elementos enriqueceram sua obra, mas consideramos o aqui exposto como uma boa referência inicial.

Nosso objetivo foi preparar terreno para adentrarmos especificamente à teoria tridimensional do direito, seu detalhamento e repercussões. Nesse percurso tentaremos ressaltar nossa concordância com aspectos dessa teoria, notadamente a superação do kelsenianismo. Mas também seria necessário desenvolver uma síntese própria com duplo enfoque – um, com base numa tentativa de desenvolvimento dentro de seus próprios parâmetros e, outro, procurando criticá-la dentro de parâmetros dialéticos marxistas.

Teoria tridimensional do direito

Em “Fundação da teoria tridimensional do direito”, prefácio à terceira edição de *Fundamentos do direito* (2) de 1998 – obra escrita originalmente em 1940 para o concurso à docência na USP –, Miguel Reale registra a gênese, descreve as fases de desenvolvimento posterior de sua teoria e as obras de referência correlatas.

“Em minha tese de concurso já estavam fixados, penso eu, os alicerces do que viria a ser o tridimensionalismo (...)”. (Reale, 1998: p. vii)

Reale contextualiza o debate original de suas elaborações:

“De início, o meu problema mais preocupante era o de superar a dominante contraposição vigente entre ‘ser’ e ‘dever ser’, ou no caso particular do direito, o divórcio entre a realidade jurídica e o mundo dos valores e dos fins. Explica-se, assim, o fato de ainda não usar o termo ‘tridimensionalidade’, falando em ‘bidimensionalidade do direito’, tanto em *Fundamentos do direito* como em *Teoria do direito e do Estado*, obra publicada no mesmo ano [1940] (...)”. (Idem, ibidem: p. viii)

Ele afirma que em tais obras o tridimensionalismo já estava claramente conceituado. Para Reale:

“O que importa, porém, não são as palavras, mas os conceitos ou as idéias, tal como resulta dos seguintes tópicos extraídos da edição originária de *Fundamentos do direito*:

‘O direito é uma ordem de fatos integrada em uma ordem de valores’.

‘O direito não é puro fato, nem pura norma, mas é o fato social na forma que lhe dá uma norma racionalmente promulgada por uma autoridade competente segundo uma ordem de valores’.

‘(...) é na própria ordem jurídica positiva, que podemos encontrar a integração (note-se) fato-valor-norma, à qual corresponde esta outra: eficácia social, validade ética, validade tecnico-jurídica’”. (Idem: p. ix)

Reale comenta um elemento importante para o entendimento de sua concepção de *valor*, parecendo justificar o motivo de diversos intérpretes o definirem como seguidor do culturalismo:

“(...) já situo a questão no âmbito do culturalismo jurídico, referindo-me à pessoa humana como ‘valor fonte’ de todos os valores, salientando, por isso, a existência de ‘constantes axiológicas’ (hoje, digo ‘invariantes’) de origem histórica, mas que valem ‘como se’ (*als ob*) fossem inatas”. (Idem: p. ix)

Seria esse o estágio de elaboração inicial da teoria tridimensional por Reale. A seguir ele descreve um importante passo adiante na sua consolidação, cujo marco na década de 1950 é a obra *Filosofia do direito*:

“O que faltava para se constituir definitivamente uma teoria, ou seja, um sistema de idéias mestras de valor teórico e prático, era a compreensão dialética de *fato*, *valor* e *norma* como elementos ou fatores complementares, bem como o entendimento do valor como um ‘ens a se’, e não como espécie de entes ou ‘objetos ideais’, conforme tese então dominante, seguida até mesmo de Max Scheler e Nicolai Hartmann. A meu ver, ao contrário, o valor é uma expressão autônoma do ‘dever ser’ (*sollen*) tal como sustentado desde a 1ª edição de minha *Filosofia do direito*, que é de 1953, com a qual o tridimensionalismo adquire mais consistência”. (Idem: p. x)

Na seqüência, no mesmo prefácio de 1998, o eminente pensador paulista nomeia o momento e obras que servem de referência para entendermos o estágio superior de desenvolvimento de suas idéias e da sua teoria tridimensional:

“Por fim, a terceira fase no desenvolvimento da teoria tridimensional começou em 1968, com meus livros básicos, *O direito como experiência* e *Teoria tridimensi-*

onal do direito, nos quais dou mais concretude a meu pensamento, estabelecendo uma correlação essencial entre fontes e modelos do direito, título de um de meus mais recentes trabalhos (1994)". (Idem: p. x)

Ele, então, aponta os saltos que caracterizam sua compreensão de *dialética* como *dialética de complementaridade*, basilares à formatação definitiva de sua teoria:

"Verifica-se, à luz do exposto, que as modificações introduzidas na teoria tridimensional do direito, tal como fora configurada na 1ª edição do presente livro [*Fundamentos do direito*], resultaram de novas colocações de ordem geral, no tocante ao conceito do valor como objeto do 'dever ser' (*sollen*) e não do 'ser' (*sein*) e, quase que concomitantemente, a adoção da dialética de complementaridade como a mais adequada a explicar a correlação integrante existente entre fato, valor e norma. Daí a conseqüente visão do direito como experiência, em função e em razão de suas fontes e modelos". (Idem: p. x)

Seriam então esses os momentos descritos por Reale para resumir a trajetória da teoria tridimensional conforme sua própria visão. Trabalharemos a seguir os elementos internos desta teoria (fato, valor e norma), procurando elementos de confluência e divergência com esse autor – com destaque ao conceito de *valor*.

Reale versus Kelsen?

A obra de Miguel Reale apresenta aspectos continuadores e, concomitantemente, críticos à de Hans Kelsen. Podemos falar, assim, de um *desenvolvimento crítico* para expressar a relação entre ambos.

É crítico no sentido de que Reale procura realmente criticar a concepção originária (o neokantismo) e a vertente como escola jurídica (a Escola de Marburgo e a obra da Stammler) de Kelsen, como fica claro em sua primeira grande referência aqui já trabalhada: o livro *Fundamentos do direito*. Nele, Reale caracteriza o surgimento do pensamento de Kelsen:

"(...) a sua doutrina, em suma, brota do seio da ciência jurídica positiva, no momento em que esta, atingindo o ponto extremo da generalidade conceitual e da abstração sistemática, exige uma revisão de pressupostos metódicos". (Reale, 1998: p. 151)

Adiante Reale define:

"Kelsen é kantista, mas kantista especialmente quanto ao método, pois se algo distingue ele e a seus

companheiros da Escola de Viena é a preocupação da pureza metodológica como condição primeira de uma verdadeira e autônoma ciência do direito". (Idem, *ibidem*: p. 152)

E diz:

"(...) Kelsen declara que o direito, entendido como direito positivo, pertence todo ao domínio do *dever ser* como produto normativo. O direito exprime, assim, um *dever ser* que vale por si, não envolvendo nenhuma forma concreta de comportamento, nenhuma orientação prática de conduta. É em suma, lógica, mas não eticamente finalista". (Idem, *ibidem*: pp. 153-4)

Então Reale busca reforço à sua crítica, citando Recansés Siches:

"A teoria jurídica de Kelsen toma como paradigma a doutrina geral do direito a *Crítica da razão pura de Kant*; e o método jurídico forma uma parêntese homóloga com o método transcendental. Assim como para Kant o sujeito (a forma do conhecimento) produz ou determina o objeto, para Kelsen o conhecimento normativo produz ou determina o direito ou o Estado. Destarte Estado e direito aparecem como produtos da construção jurídica, como resultado do método jurídico". (Idem, *ibidem*: p. 162)

Mas, concomitantemente à crítica, a elaboração realeana é também desenvolvimento em relação a Hans Kelsen, uma vez que Reale se situa no mesmo parâmetro liberal-burguês de Kelsen – havendo, portanto, uma continuidade. Embora com diferenciações, Kelsen e Reale compartilham um núcleo comum na concepção de Estado (o Estado burguês) e o direito como forma jurídica (o direito sob o sistema capitalista). Compartilham uma visão comum de sociedade, sob o prisma de classe e de Estado (mesmo com algumas contrariedades), e do direito situado em estados cujo desenvolvimento se deu de forma tardia, mantendo as estruturas conservadoras da riqueza e da propriedade (caso do Império Austro-Húngaro e Alemanha, ambiente de Kelsen, e do Brasil, de Reale). Assim, sob esse aspecto não há ruptura no paradigma de conhecimento – (concebendo-se *paradigma e ruptura* na obra de Kuhn, *Estrutura das revoluções científicas*) (3) – entre as elaborações do filósofo paulista e a sua matriz germânica. Ou seja, não há *contradição* ou *revolução* no sentido dialético entre as elaborações teóricas de ambos.

Ainda em *Fundamentos do direito*, Reale aponta

elementos comuns com Kelsen, mesmo na noção de *ciência do direito*, demarcando com as interpretações mais abrangentes do direito:

“(...) queremos pôr em relevo o fundo de verdade que se contém na doutrina de Kelsen, que deve ser escoimada de seus exageros, mas não deve ser perdida de vista ante toda ameaça de redução da ciência do direito a um capítulo da sociologia”. (Idem, *ibidem*: p. 135)

E mesmo na concepção de *norma jurídica* há intersecção, uma vez que, enquanto essência e conteúdo da norma, ambos se fundem na compreensão dela como elemento da *forma jurídica* – a norma como elemento-chave do direito sob o capitalismo, que deve ser garantida pelo Estado (com este sendo eternamente capitalista, portanto a-histórico). A essência e o conteúdo da norma jurídica de ambos envolvem a universalização dos valores de troca. Sua diferenciação se dá no lidar com sua aparência fenomênica.

Mas dentro desse parâmetro de desenvolvimento e seus limites, Miguel Reale vai muito além do formalismo jurídico kelseniano ao desenvolver a teoria tridimensional do direito e ao apresentar diferenciações e acréscimos significativos nas concepções de fato, valor e norma, bem como na relação entre esses elementos.

Em *Lições preliminares de direito* (4), de 1973, Reale afirma:

“Nas últimas quatro décadas o problema da tridimensionalidade do direito tem sido objeto de estudos sistemáticos, até culminar numa teoria, à que penso ter dado uma feição nova, sobretudo pela demonstração de que:

a) onde quer que haja um fenômeno jurídico, há, sempre e necessariamente, um fato subjacente (fato econômico, geográfico, demográfico, de ordem técnica etc); um valor, que confere determinada significação a esse fato, inclinando ou determinando a ação dos homens no sentido de atingir ou preservar certa

finalidade ou objetivo; e, finalmente, uma regra ou norma, que representa a relação ou medida que integra um daqueles elementos ao outro, o fato ao valor;

b) tais elementos ou fatores (fato, valor e norma) não existem separados um dos outros, mas coexistem numa *unidade concreta*;

c) mais ainda, esses elementos ou fatores não só se exigem reciprocamente, mas atuam como elos de um *processo* (o direito é uma realidade histórico-cultural) de tal modo que a vida do direito resulta da interação dinâmica e dialética dos três elementos que a integram”. (Reale, 1996: p. 65)

Nessa relação entre fato, valor e norma Reale conclui pela dialética de complementaridade, caracteriza pelas sínteses abertas – diferenciando-a da dialética hegeliana e marxista que, segundo ele, teria o defeito de acentuar a resolução por um dos lados dos opostos contraditórios. Nessa questão, a dialética de Reale pouco se diferencia das concepções de Kant, optando pelas antinomias no lugar de contradições.

Podemos afirmar assim que tanto Kelsen como Reale pertencem à vertente kantiana – criticada por Hegel e Marx – e que entre eles há uma continuidade matizada pelas diferenças de contextos concretos que os envolveu.

Para finalizar, consideramos a teoria tridimensional de Reale como um referencial a ser criticado, mas também a ser desenvolvido pelas novas gerações de estudiosos do direito. E para este fim, a dialética hegeliano-marxista, ao contrário do que afirmou o ilustre teórico paulista, tem papel fundamental, porque pode ajudar a evidenciar os limites metodológicos, histórico-concretos e também de classe do legado de Miguel Reale.

Édvar Luiz Bonotto é doutor em direito (filosofia do direito e do Estado) pela PUC-SP.

Notas

(1) UnB. *Miguel Reale na UnB: conferências e comentários de um seminário realizado de 9 a 12 de junho de 1981*. Brasília: Editora UnB, 1981.

(2) REALE, Miguel. “Fundamentos do direito” (3ª ed). São Paulo: *Revista dos Tribunais*, 1998.

(3) KUHN, T. S. *Estrutura das revoluções científicas*, 5ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

(4) REALE, M. *Lições preliminares de direito*, 23ª ed. São Paulo: Saraiva, 1996.



Agrarismo e industrialismo (de Octávio Brandão)

O livro de Octávio Brandão é pioneiro na reflexão dos comunistas sobre a sociedade brasileira. Restam poucos originais da primeira edição publicada em 1926 - um dos quais se encontra no acervo do Arquivo Edgard Leuenroth (AEL) da Unicamp com a preciosidade maior de ter em suas margens anotações do próprio Brandão, revisando o texto publicado. Reeditar o livro com os comentários de Brandão era um projeto antigo; agora encampado pela Editora Anita Garibaldi (com total apoio do AEL/Unicamp e da Secretaria de Cultura de Alagoas), sob coordenação de José Carlos Ruy e João Quartim de Moraes.

Em 28 de julho de 1924, pouco mais de dois anos depois da fundação do Partido Comunista do Brasil (PCB), Brandão iniciou a redação de *Agrarismo e industrialismo, Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra de classes no Brasil*, como anuncia o subtítulo. Nas precárias condições da clandestinidade - escondendo-se da polícia de Artur Bernardes - concluiu "a parte fundamental" do livro menos de um mês depois. Este texto, ainda incompleto, circulou em cópias datilografadas, servindo de subsídio para as teses que Astrojildo Pereira apresentou ao II Congresso do PCB (16 a 18 de maio de 1925). O livro só foi publicado em abril de 1926, sob o pseudônimo de Fritz Mayer e com indicação falsa do lugar de edição (Buenos Aires) para despistar a polícia política de Artur Bernardes.



Partido renovado, Brasil soberano, futuro socialista

(11º Congresso do PCdoB)

O livro contém a Resolução política e demais documentos do 11º Congresso do Partido Comunista do Brasil, recentemente realizado. Entre as singularidades do nosso tempo, a *Resolução Política* do 11º Congresso do PCdoB ressalta no plano internacional a ofensiva imperialista norte-americana empreendida por meio de guerras e ameaças contra os povos e uma economia capitalista prenhe de paradoxos, crises e instabilidade. Sublinha, noutro pólo, a intensificação da resistência dos povos e países em sua luta pela paz e pelo direito ao desenvolvimento. Ressalta, ainda, que do bojo dessa realidade contraditória emerge uma nova luta pelo socialismo.

No plano nacional, apresenta importante sistematização da luta pela superação do neoliberalismo nos marcos de uma experiência concreta e inconclusa - o governo Lula - e reflexões políticas importantes sobre o ineditismo histórico, no caso brasileiro, da participação dos comunistas no governo da República; governo este de composição ampla e heterogênea.

A *Resolução Política* sistematiza concepções e caminhos de edificação de um Partido à altura dos desafios dessa época histórica no qual o movimento revolucionário percorre um longo período de acumulação de forças.

Pedidos: www.anitagaribaldi.com.br - livraria@anitagaribaldi.com.br

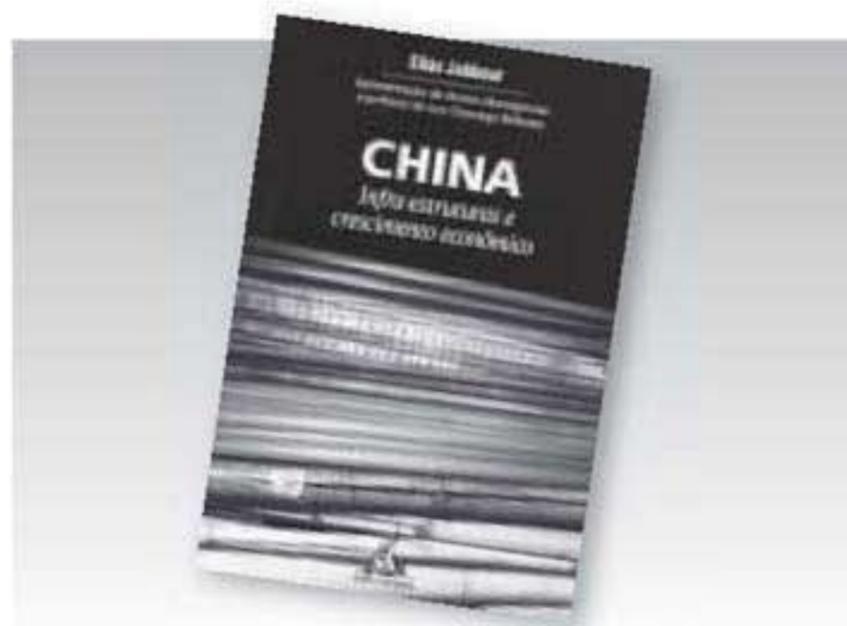


A globalização do capital e os Estados nacionais

(de Davidson Magalhães)

O livro faz uma abordagem das relações entre o Estado e o processo histórico de acumulação do capital. São analisadas as diferentes fases do desenvolvimento capitalista e identificadas as relações específicas e as articulações mútuas existentes entre o Estado e a reprodução do capital. A globalização do capital, atual fase do desenvolvimento, inaugurou um novo padrão de acumulação. Ao analisar as diversas concepções acerca desse novo momento, conclui que a globalização do capital não modificou as contradições fundamentais do capitalismo entre o trabalho e o capital e entre sua tendência endógena à globalidade dos seus fluxos econômicos e a territorialidade de sua gestão política. O acirramento das contradições endógenas do capitalismo, na fase da globalização do capital, torna cada vez mais ampla a ação do Estado, reafirmando a sua necessidade permanente e crescente.

Davidson de Magalhães Santos é mestre em Economia pela Universidade Federal da Bahia, professor de economia da Universidade Estadual de Santa Cruz, desde 1990. Vereador por dois mandatos (1989 a 1996) e secretário de Indústria, Comércio e Turismo do município de Itabuna (2001 a 2003). Coordenador de atividades para o Nordeste da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível).



China: infra-estruturas e crescimento econômico

(de Elias Jabbour)

Aborda o enfrentamento dos problemas decorrentes do estágio de desenvolvimento alcançado pela China desde 1978 até a segunda metade da década de 1990, e as demandas pela superação dos efeitos da crise asiática de 1997, tendo por base o objetivo estratégico de formação de uma economia pós-fordista de caráter continental. O livro é uma adaptação da sua dissertação de mestrado em geografia pela FFLCH/USP, com apresentação de Armen Mamigonian e prefácio de Luiz Gonzaga Belluzzo. Trata-se de obra-síntese de mais de uma década de estudos e pesquisas voltados para a compreensão da construção do socialismo em formações sociais periféricas e de forma mais específica o processo de construção e evolução da República Popular da China, em especial o período que compreende o início da política de Reforma e Abertura – capitaneada por Deng Xiaoping – datada de 1978.

O jovem autor paulistano de 30 anos de idade, com artigos publicados no Brasil e no exterior, é pesquisador do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (LABOPLAN) do Departamento de Geografia da FFLCH-USP e do Núcleo de Estudos Asiáticos (NEAS) do Departamento de Geociências do CFH da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Pedidos: www.anitagaribakli.com.br - livraria@anitagaribakli.com.br



São Paulo:
realidade
e perspectivas –
efeitos
do liberalismo tucano
no estado
(de Rita Casaro, org.)

O livro reúne textos de vários autores que desmontam os argumentos e as políticas do tucanato em São Paulo, com base em seminário realizado sobre o tema. Mostra que os governos do PSDB têm sido nocivos ao povo e aos trabalhadores paulistas e que a mudança se torna necessária. Especialistas das áreas de economia, política, energia, saneamento, habitação, transporte, educação, cultura, saúde e segurança apontaram a necessidade premente de resgatar o papel do governo estadual, que precisa ir além do mero encontro de contas ao final de cada ano fiscal, a bem da população paulista e de todo o país.

Escrevem: Rita Casaro, Marcio Pochmann, Wilson Cano, Maria Izabel Noronha, Jamil Murad, Vanderlei Siraque, Sérgio Mamberti, Nivaldo Santana, Murilo Celso de Campos Pinheiro, Nazareno Stanislaw Affonso, Paulo Teixeira, Angelo Del Vecchio e Nádia Campeão.



As delícias
do amargo
& uma Homenagem
(de Adalberto Monteiro)

Terceiro livro de poemas de Adalberto Monteiro, *As delícias do Amargo & uma Homenagem* se fez a partir de uma diversidade de motivações poéticas. Nele comparecem o lirismo, o erotismo, a temática social e ecológica e a poesia falando de si e dialogando com as outras manifestações artísticas. A homenagem a que se refere o título do livro, sexta e última parte da obra, é um tributo do poeta a um dos principais líderes do movimento revolucionário e dos comunistas brasileiros, João Amazonas. Com esse intrigante *As Delícias do Amargo*, a poesia convida o leitor a romper com a rotina alienante e o conduz aos campos do inusitado, aos mares de prazeres desconhecidos ou pouco explorados.

O autor, Adalberto Monteiro, tem 48 anos, é jornalista e poeta. Como jornalista é editor da revista *Princípios* e integra a equipe editorial do portal Vermelho. Ativista político, é membro da direção nacional do Partido Comunista do Brasil e preside o Instituto Maurício Grabois. Adalberto é piauiense de Cocal e residiu muito tempo em Goiânia, Goiás. Nos últimos anos, mora em São Paulo.

Pedidos: www.anitagaribaldi.com.br - livraria@anitagaribaldi.com.br

Uma pós-modernidade de libertação

Uma Pós-Modernidade de Libertação – Reconstruindo as esperanças.

Luiz Carlos de Freitas. São Paulo: Autores Associados, 2005. Coleção Polêmicas do Nosso Tempo, 123 pp.

O livro trata das incertezas de nosso tempo de uma maneira a desvendar seu conteúdo. O nosso contexto está marcado por duas grandes possíveis interpretações teóricas sobre as incertezas.

A incerteza apresentada pela pós-modernidade como manifestação de uma condição inexorável, frente à qual só nos restam a adaptação e a incerteza como produto das condições materiais e espirituais do desenvolvimento das próprias contradições do capitalismo. Estas são duas grandes posições em disputa.

O livro se desenvolve destacando os vários aspectos envolvidos na construção de um ambiente socialmente paralisante, construído como manifestação subjetiva da primeira concepção, buscando ao mesmo tempo evidenciar que a profunda compreensão das incertezas como produto das contradições materiais e espirituais do próprio capitalismo pode abrir grandes possibilidades de superação da ordem capitalista.

O desafio teórico dessa obra consiste em argumentar nesse sentido.

Para que um mínimo de esperança seja recolocado e os diferentes e variados movimentos de contestação sejam organizados – visando à criação de uma nova ordem –, é necessário vencer as elaborações que nos imobilizam e buscam justificar as incertezas como condição de uma nova época.

Nesse livro, através de quatro capítulos – “O que nos impede de pensar”, “A crise do capitalismo real e as incertezas”, “A tentativa de naturalizar as incertezas” e “A necessidade de reconstruir as esperanças” – desmistificam-se as incertezas naturalizadas como fenômeno de uma época e condição insuperável e indicam-se os elementos para a construção de uma visão de superação das incertezas a partir do entendimento de algumas de suas principais raízes.

Para isto, o autor – apesar de proclamar não pos-

suir pretensão de falar como filósofo ou como sociólogo, mas sim como educador – não pôde deixar, para cumprir seu intento, de enveredar com muita competência nas duas áreas. O que não é de estranhar, pois, como ele mesmo afirma, um educador preocupado com o tempo presente e necessitando situar-se no cenário global não teria outra opção. As teorias educacionais não podem ser entendidas sem essas interfaces.

E hoje – embora para alguns as abordagens pós-modernas tenham perdido sua força –, comungo com a idéia defendida pelo autor de que estas abordagens continuam fortemente influenciando e cada vez mais se constituindo em esteio teórico não só das teorias educacionais e suas derivações pedagógicas e curriculares, como também de outras áreas da práxis social.

Partindo das idéias de I. Wallerstein, Luiz Carlos de Freitas busca mostrar que na queda do socialismo real e nas diferentes interpretações deste marcante fato histórico reside grande parte da origem das incertezas que nos assombram.

Freitas dá grande contribuição ao debate em torno desse fato histórico ao trabalhar aspectos teóricos de fundo que costumam dar às abordagens pós-modernas certo grau ilusório de inovação.

Estas questões são condensadas e trazidas para a análise social como partes constitutivas do que se costuma chamar de “teoria do caos”. Trata-se dos conceitos de contradição versus bifurcação, diferença e particularidade e da forma como vêm sendo trabalhadas as categorias de complexidade e historicidade.

O autor revela o arcabouço positivista e pragmático hoje presente nas abordagens de naturalização das incertezas.

Com base na análise de G. Arrighi sobre os ciclos sistêmicos de acumulação do capital e de suas crises de hegemonia – que nos permite entender as configurações do capitalismo atual –, Luiz Carlos de Freitas nos mostra as particularidades do que se convencionou chamar de sociedade de consumo, mobilizando teoricamente os leitores para que exerçam a crítica à modernidade capitalista nas suas particularidades atuais e optem, de forma fundamentada, pela construção dos princípios de uma pós-modernidade comprometida com a libertação resgatando de forma atualizada os princípios de libertação presentes na modernidade.

Madalena G. Peixoto

25 ANOS SEM DEIXAR OS PRINCÍPIOS DE LADO.

A Capital Brasileira da Cultura homenageia a revista Princípios pelos seus 25 anos de contribuição ao avanço das idéias e da luta social.

OLiNDA 2006

**1ª Capital
brasileira
da cultura**

OLiNDA
Patrimônio da Humanidade


**PREFEITURA
POPULAR**



Com Guarnieri, o povo subiu ao palco



"É possível o ser humano vencer, mas com a consciência disso, com a consciência de que ele pode evoluir, na medida em que souber que jamais encontrará um mínimo de felicidade, se esta se basear na exploração, na miséria, na fome e na dor da maioria do povo desta terra. Quero dizer que há algum tempo estou me reanimando por dentro, e descobrindo que é possível continuar. Eu me lembro que no final da estréia do *Eles não usam black-tie*, aqui em cima, muito emocionado subi numa cadeira e fiz um compromisso solene de que jamais abandonaria minhas idéias e tudo aquilo que me levou a escrever a peça. Fico satisfeito porque, olhando para trás, apesar dos momentos de desencanto que cada um tem na sua vida, nunca dei pra trás. É preciso tomar todas as medidas, e urgente, para colocar um rumo novo. Quero dizer que chegaremos! Adiante, companheiros, chegaremos lá!"

Gianfrancesco Guarnieri,

*trecho da fala no ato em sua homenagem
realizado pelo Instituto Maurício Grabois
no Teatro de Arena em São Paulo,
em 18/05/1998*

